

YARA MARIA DE CARVALHO

O MITO ATIVIDADE FÍSICA/SAÚDE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Campinas

1993



O MITO ATIVIDADE FÍSICA/SAÚDE

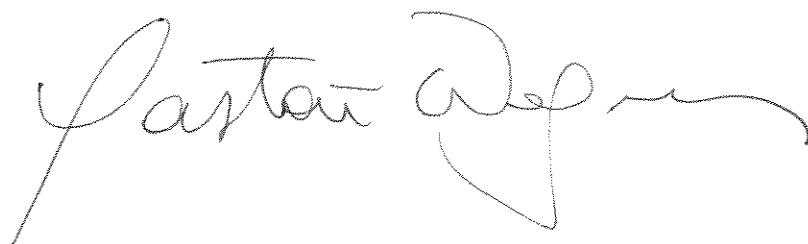
ORIENTADOR: Gastão W. S. ^{Wagner Sousa} Campos ^h

ORIENTANDA: Yara M. ^{maria} de ^h Carvalho ^{nº 2153}

Campinas

1993

Dissertação de Mestrado apresentada
como exigência parcial para obtenção do
grau de Mestre em Educação Física à Co-
missão Julgadora da Faculdade de Educa-
ção Física da UNICAMP, sob a orientação
do Prof.Dr. Gastão W.S.Campos.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Gastão W.S. Campos', with a long horizontal flourish extending to the right.

COMISSÃO JULGADORA

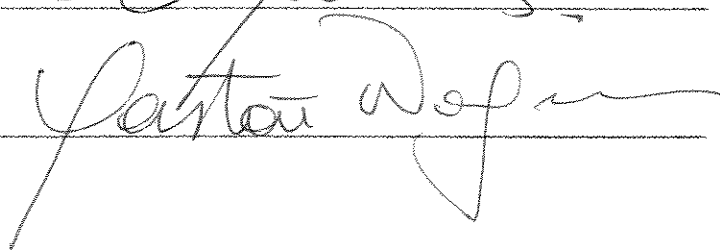
NELSON CARVALHO MARCELLINO



EVERARDO DUARTE NUNES



GASTÃO WAGNER DE SOUZA CAMPOS

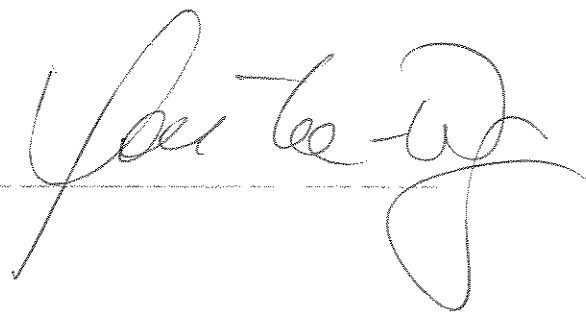


O MITO ATIVIDADE FÍSICA/SAÚDE

YARA MARIA DE CARVALHO

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida por
YARA MARIA DE CARVALHO
e aprovada pela Comissão Julgadora
em 20/12/93

Assinatura:

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Yara Maria de Carvalho', is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive, with a large loop at the end.

APRESENTAÇÃO

Qual o sentido do mito na nossa sociedade? De que forma a relação atividade física/saúde está associada à idéia do mito? Como Educação Física e Saúde Pública, enquanto áreas de conhecimento, se colocam diante desse mito? Quais os projetos dominantes de sociedade e de Educação Física, em particular, que legitimam esse mito?

Essas foram as principais questões que nortearam a elaboração deste trabalho. Há algum tempo nos sentíamos incomodados com o fato de nos depararmos com os mais variados apelos incentivando a prática física, justificada pela saúde e com o respaldo de um movimento mais amplo da sociedade.

Poucas contraposições têm sido formuladas a respeito dessa "verdade imposta". Nesse sentido, direcionamos essa pesquisa para a sua possibilidade de detectar elementos que possam ser apropriados como instrumentos para uma percepção e reflexão crítica relativa ao mito atividade física/saúde.

Desse modo, buscamos contribuir para a mudança deste cenário nesse contexto, passando de objetos para sujeitos dessa história, mesmo porque uma atitude crítica pode nos colocar de modo não "alienado" ao poder desse mito.

AGRADECIMENTOS

Muitas seriam as pessoas a agradecer ... e, certamente, não me recordaria de todas se me propusesse a fazê-lo aqui. Por esse motivo, optei por tentar identificá-las lembrando de algumas das suas expressões verbais e gestuais, perceptíveis através das cenas do nosso cotidiano. A você:

- que me incentivou
- que ao nos encontrarmos perguntava sobre o trabalho
- que esteve disponível
- que me deu sugestões, que me orientou
- que ofereceu ajuda
- que não perdeu a paciência com o meu papo de "horas e horas" sobre a dissertação
- que compreendeu os momentos em que precisei falar "não"
- que se preocupava com os meus sumiços
- que dizia sentir saudades de mim
- que ao encontrar um artigo, um texto ou uma discussão relacionada ao meu objeto de estudo dizia: "pensei em você" ou "trouxe um artigo de que você vai gostar"
- que ria comigo das "piadas" que eu mesma fazia das situações de mestranda
- que analisou e discutiu comigo o trabalho
- que esteve atento às minhas dúvidas
- que me deu "alguns furos"
- que me alertava para o fato de eu só "pensar naquilo"

Se você se identifica com alguma ou algumas dessas "manifestações", aproveite essa sua leitura para, formalmente, lhe dizer que você, de alguma maneira, contribuiu para que esse trabalho se realizasse.

Se você não se percebe entre elas é engano seu. É sim, porque neste momento, estou reconhecendo-o pelo fato de o meu trabalho estar sendo motivo da sua atenção. Afinal, ele não terminou ... Aliás, ele está apenas começando ...

De qualquer modo, aqui fica a certeza de que estarei sempre atenta a vocês que me ajudaram a crescer e a viver com esse mito, é claro. Contudo, de forma menos "alienada" a ele, na busca de uma qualidade de vida melhor para nós e para o conjunto da sociedade.

Dedico a você, que busca se
perceber através dos mitos...

RESUMO

O MITO ATIVIDADE FÍSICA/SAÚDE

Este trabalho tem como objeto de investigação a relação que se estabeleceu e que se perpetua entre a atividade física e a saúde, particularmente na sociedade brasileira nas duas últimas décadas. Por questões didáticas e para efeito de discussão, nos o dividimos em cinco momentos:

- I. INTRODUÇÃO

Explicitamos a trajetória que originou o tema de estudo e de que modo o desenvolvemos. O conceito de mito foi abordado de forma a orientar ao leitor o sentido da relação atividade física/saúde.

- II. ALGUNS DOS CONCEITOS QUE FUNDAMENTAM O PROJETO HEGEMÔNICO PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

O conceito de corpo que, de certo modo, foi tomado como objeto de estudo tanto pela Educação Física como pela Medicina e Saúde Pública serviu como "plano de fundo" nessa discussão. Reconstituindo a História da Saúde Pública no Brasil do final do século XIX até nos dias atuais, situamos os conceitos de saúde e doença. A definição de atividade física, por sua vez, foi remarcada entre os envolvidos os conceitos físicos brasileiros.

- III. A EDUCAÇÃO FÍSICA "SERVINDO" A INTERESSES ... DE POUCOS

Optamos por nos envolver com a explicitação de um quadro que possibilitasse uma visão abrangente do discurso hegemônico para a Educação Física no Brasil. Contudo, para que os fatos abordados se constituíssem foi preciso que esse projeto específico estivesse em sintonia com um projeto maior para a sociedade. Qual é esse projeto, qual a sua concepção, a que interesses ele corresponde, quem participa na sua elaboração e implementação, foram algumas questões que permearam esse capítulo;

- IV. O POSICIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DIANTE DESSE CONTEXTO

Partindo da concepção e prática da categoria profissional, evidenciamos algumas tendências encontradas na literatura e definimos outras no interior do CBCE, com o intuito de identificarmos os "sujeitos" desse contexto e apontarmos problemas a serem aprofundados;

- V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exploramos esse cenário reconstituído tentando "amarrar" as principais categorias analíticas utilizadas e proceder a uma síntese a respeito do nosso entendimento sobre ele.

APRESENTAÇÃO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO

1. A trilha até o objeto
2. O mito atividade física/saúde

II. ALGUNS DOS CONCEITOS QUE FUNDAMENTAM O PROJETO HEGEMÔNICO PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

1. A relação dual entre corpo e mente
2. O que se escreve sobre a história do "VELHO" corpo
3. Da doença à saúde
4. Da saúde à doença
5. A atividade física ... na sua perspectiva utilitarista

III. A EDUCAÇÃO FÍSICA "SERVINDO" A INTERESSES ... DE POUCOS

1. Alguns elementos analíticos na constituição de um projeto dominante para a Educação Física: uma síntese das décadas de 70 e 80 no Brasil
 - 1.1. Um projeto de governo: "Exercício e Saúde"
2. A Educação Física atendendo a que necessidades?
3. O projeto dominante específico para a Educação Física em consonância com o projeto dominante de sociedade para o Brasil

IV. O POSICIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DIANTE DESSE CONTEXTO

1. De que "sujeito" se fala: definindo o perfil desse profissional
 - 1.1. Sobre o conceito de "sujeito"
 - 1.2. Características do profissional vinculado à Educação Física
2. As tendências na Educação Física
 - 2.1. Algumas tipologias encontradas na literatura
 - 2.2. As tendências da "instituição": o CBCE
3. As tendências dos "sujeitos"...ou os "sujeitos" das tendências?

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. A relação atividade física/saúde como reflexo do "movimento" que se processa na sociedade brasileira

VI. ANEXOS

1. Algumas imagens retratando o cenário reconstituído até aqui.

VII. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

I. INTRODUÇÃO

1. A trilha até o objeto

A idéia desta introdução é justamente proporcionar uma visão geral do sentido e objeto dessa proposta de estudo desenvolvida durante o programa de mestrado.

No que se refere ao tema, em específico, ele surgiu por diversos fatores - embora de alguns deles, certamente, nem tivéssemos consciência - que nos incomodavam enquanto profissionais de Educação Física. Algumas questões relativas à atividade física e à saúde, como se a atividade física, por si só, propiciasse saúde. Perguntas do tipo: "Quantas vezes eu tenho que correr por semana?"; "Qual é a melhor academia?"; "É melhor andar ou nadar?", eram constantemente formuladas por pessoas com as quais convivíamos e outras à procura de um profissional que as orientasse.

Essa situação nos intrigava por vários motivos, entre os quais, porque as dúvidas que se originavam do "senso comum" eram sempre as mesmas; porque a nossa formação universitária, de certo modo, "incorporava" essa relação sem grandes questionamentos. Quer dizer, não é possível recordar, se é que houve, o dia em que discutimos, no espaço acadêmico, quando e de que modo essa associação se constituiu; o profissional, quando questionado sobre as atividades a serem praticadas, tempo necessário, etc., por princípio ou, de antemão, buscava sanar as dúvidas formulando receitas, aplicando modelos, ou seja, de imediato, supostamente resolvendo o problema; o acesso à informação através,

principalmente, dos veículos de comunicação de massa e da publicidade em geral era uma via de mão única. O que a televisão, os jornais, as revistas divulgavam ia na direção de reforçar esse entendimento, qual seja, de que a atividade física promove saúde!

Pois bem, talvez fosse redundante dizer, mas faltava alguma coisa nessa história toda. Como é que as pessoas, de maneira geral, poderiam acreditar no que estava posto sobre a atividade física e a saúde se nem nós, profissionais de Educação Física, tínhamos uma explicação, um conhecimento que justificasse a sua pertinência?

Enfim, foi esse contexto que determinou a minha escolha pelo tema. E daí surgiu outro problema: de que modo abordar essa questão de maneira a esclarecer sobre a sua origem, a sua legitimação na sociedade brasileira?

Deparamo-nos então com um problema de ordem teórico-metodológico. Para compreender essa questão entendemos ser relevante, neste momento, explicitarmos o nosso entendimento sobre os conceitos, particularmente de corpo, atividade física e saúde/doença.

Muitos pesquisadores já se haviam debruçado no sentido de estar confirmando, ou melhor, comprovando a relação atividade física e saúde, recorrendo, para tanto, ao aporte das ciências empírico-analíticas, aquelas que, fundamentalmente, desenvolvem-se a partir de quatro pressupostos, quais sejam: observação, hipótese, experimentação e generalização.

Apropriando-se da relação atividade física/saúde como objeto de estudo central, este trabalho se propôs, no item "II. Alguns dos conceitos que fundamentaram o projeto hegemônico para a Educação Física

no Brasil", a tarefa de refletir e discutir sobre essa associação com o intuito de proceder a uma redefinição dos conceitos de atividade física, saúde e doença; de entender como as relações sociais, políticas e econômicas possibilitaram a aproximação entre a Educação Física e a Saúde Pública, e também de explicitar quais os mecanismos que sustentaram a "redescoberta" da atividade física na sua concordância com a saúde - particularmente, nas últimas duas décadas - que viabilizou a perpetuação de uma determinada compreensão hegemônica dessa relação.

Do nosso ponto de vista, portanto, os conceitos de atividade física/saúde que fundamentaram esse entendimento são restritos. Para tratar dessa problemática, num primeiro momento, retomamos o conceito de corpo que, de certo modo, foi tomado como objeto de estudo tanto pela Educação Física como pela Medicina e pela Saúde Pública. Portanto, o corpo pode ser considerado como ponto comum que une, especificamente, essas três áreas.

Num segundo momento, o objetivo foi esclarecer as definições dos conceitos de saúde/doença correntes em nosso meio, reconstituindo, para tanto, a história da Saúde Pública no Brasil do final do século XIX até os nossos dias.

Contudo, reconstituir a história das disciplinas não seria convergir com uma visão fragmentada?

Certamente, se tivéssemos a pretensão de esgotar o problema a partir de visões limitadas ao campo de atuação e investigação de ambas as áreas. Não foi o caso. Buscamos, através desses campos, possibilitar o esclarecimento da interpretação dos conceitos em questão, como modelos que são reproduções do modelo dominante de sociedade brasileira.

Num terceiro momento, discorreremos sobre o conceito de atividade física, situando-o dentro do universo da Educação Física brasileira.

No item "III. A Educação Física 'servindo' a interesses...de poucos", optamos por envolver-nos com a concretização de um quadro que possibilitasse uma visão abrangente do discurso hegemônico para a Educação Física, presente em nossa sociedade e que incorporasse os conceitos anteriormente discutidos, e historicamente referenciados.

Nessa linha, destacamos alguns elementos que contribuíram na constituição de um projeto dominante para a Educação Física, dentre eles: a instituição escolar, a instituição de ensino superior, os laboratórios, as leis, o discurso oficial da Educação Física, e o desenvolvimento da Saúde Pública na visão da área médica.

Para que a maioria dos fatos que foram anteriormente abordados se concretizassem realmente, era preciso que esse projeto específico para a Educação Física estivesse em sintonia com um projeto maior para a sociedade, logo, também em consonância com outros setores específicos, com outros atores, enfim, sintonizados com um objetivo maior. Qual é esse projeto, quais os seus princípios, a que interesses ele corresponde, e quem participa na sua elaboração e implementação foram algumas das questões que permearam esse terceiro item.

Num outro momento, no item "IV. O posicionamento dos profissionais da área diante desse contexto", a idéia foi justamente discutir como se tem colocado o profissional vinculado à Educação Física em relação a esse contexto. A partir da concepção e prática dessa categoria profissional se tentou identificar e situar de que forma atuava no sentido de legitimar ou de se contrapor ao projeto dominante.

E, por fim, no item "V. Considerações finais", abordamos essa problemática tentando "amarrar" as principais categorias analíticas utilizadas nesse estudo. E, de certo modo, essa estratégia de "finalização" de um trabalho, a nosso ver, possibilita ao leitor uma síntese atualizada a respeito do nosso entendimento sobre essa problemática.

Pois bem, é importante esclarecer desde já que, para refletir e discutir sobre a relação atividade física/saúde, nos fundamentamos numa abordagem histórico-dialética, tendo em conta a nossa preocupação em trazer essa discussão procedendo a um outro recorte, diferente do até então predominantemente executado pelas ciências biológicas.

De outra perspectiva, os estudos que se desenvolvem a partir da linha sociológica podem ampliar as possibilidades de explicação que se buscam na problematização de determinado objeto de estudo. Não queríamos, por exemplo, detectar o número de profissionais que compreendem o conceito de saúde "como o completo bem-estar físico e mental", mas perceber em que medida e de que forma essa determinada maneira de pensar e reproduzir esse determinado conceito se materializou.

Nessa linha, era preciso perceber como as relações entre instituição, profissional, estudante e senso comum se estabeleciam para, em decorrência, transparecer a lógica que sustentava um determinado entendimento sobre a relação em questão.

Não negando a relevância das pesquisas voltadas para a comprovação ou refutação de determinada hipótese, aqui a nossa preocupação foi bastante diferente. Não esperávamos provar nada, a idéia foi contextualizar uma concepção hegemônica de atividade física/saúde inserida na realidade brasileira.

2. O mito atividade física/saúde

"... A repetição de um evento mítico, com seu jogo de variantes, adverte que algo de remoto acena para nós. Não existe evento mítico isolado, como não existe uma palavra isolada. O mito, como a linguagem, se dá inteiro em cada um de seus fragmentos. Quando um mito deixa atuar a repetição e a variante, aflora por um momento a ossatura do sistema, a ordem latente, coberta de algas"
(CALASSO, 1990, p. 98)

Para podermos entender a relação em questão, enquanto mito, é preciso esclarecer que os conceitos atividade física e saúde são abordados a partir de um referencial das ciências humanas. Cabe ressaltar que grande parte dos trabalhos desenvolvidos que têm como objeto, ou como tema, essa questão fundamentam-se numa perspectiva biologicista, ou seja, a saúde, na maioria das vezes, restringe-se à ausência de doença e a atividade física é entendida como o executar de uma prática física através de alguma modalidade esportiva.

Isso posto, iniciaremos essa discussão discorrendo sobre o conceito de mito para, posteriormente, esclarecer de que modo a relação atividade física/saúde pode ser interpretada como tal.

Pois bem, o conceito de mito é bastante amplo e rico. Ele surge como uma "verdade intuída, isto é, percebida de maneira espontânea, sem necessidade de provas" (ARANHA & MARTINS, 1986, p.22). De outro ângulo, o mito é "uma forma de o homem situar-se no mundo" (ARANHA & MARTINS, 1986, p.22).

O conceito de mito, ao longo do tempo, sofreu transformações. Na

época primitiva, por exemplo, a sua função não passava pela explicação da realidade. Servia para "acomodar e tranquilizar o homem em um mundo assustador" (ARANHA & MARTINS, 1986, p.23). Se "...tudo no mundo primitivo é sagrado..." (ARANHA & MARTINS, 1986, p.23), na medida em que "os primeiros modelos de construção do real são de natureza sobrenatural" (ARANHA & MARTINS, 1986, p.23), já que "...o homem recorre aos deuses para apaziguar sua aflição..." (ARANHA & MARTINS, 1986, p.23), "na sua ação o homem deve imitar os deuses nos ritos que atualizam os mitos primordiais, pois, caso contrário, a semente não brotará da terra, a mulher não será fecundada..." (ARANHA & MARTINS, 1986, p.24), entre outras preocupações daquele cotidiano.

É interessante notar, ao analisar esse homem enquanto sujeito, que, relacionando-se com o seu grupo social, dominava o coletivo ao individual, ou seja, percebe-se uma adaptação do indivíduo às normas, à tradição do seu grupo. Essa posição não crítica com relação à "verdade intuitiva" posta em questão ocasionava, no nosso ponto de vista, um dogmatismo, já que essa "consciência mítica é ingênua, desprovida de problematização e supõe a aceitação tácita dos mitos e das prescrições dos rituais. A adesão ao mito é feita pela fé, pela crença".

No século XIX esse conceito de mito é questionado. A ciência hegemônica, na sua visão positivista, entende e prega que "a maturidade do espírito humano se dá pelo abandono das formas míticas". Nesse sentido, o fato positivo é objetivo e pode ser medido, quantificado e controlado pela experimentação. Em suma, o mito se contrapõe à razão.

Se por um lado, contraditoriamente ao cânone levantado, se estabelece o mito da cientificidade, ou seja, prevalece a crença na ciên-

cia e, em decorrência, o mito da neutralidade, o mito da objetividade e o mito do progresso, por outro lado, não se pode negar um certo reducionismo nos pressupostos da perspectiva positiva de ciência na medida em que essa postura empobrece outras dimensões ou outras possibilidades de abordagens do mundo já abertas.

A nosso ver, contrariando o enfoque positivista, o mito pode ser o ponto de partida para a compreensão de determinado fato, ou do ser. E daí surge a questão: até que ponto o que pensamos, o que queremos, ao se originarem no horizonte da abstração, não se fundamentam em pressupostos míticos?

Se analisarmos o nosso cotidiano ele está repleto de ritos (casamento, nascimento, etc.) e de valores que são modelos universais (o lar, a imagem do pai, etc.). Vale dizer, o rito era a maneira pela qual o homem atualizava o mito. Nesse sentido, mito e razão não podem ser compreendidos separadamente. Eles são complementos. De que forma?

O mito pode ser questionado e o exercício da crítica racional elabora a discriminação. Contudo, hoje "Pouco se fala dos rituais a que os corpos são submetidos diariamente, segundo as conveniências do momento (...); praticamente tudo o que fazemos acaba por ser ritualizado" (SANTIN, 1990, p.141).

Os ritos não são invenção da sociedade contemporânea como pudemos explicitar anteriormente, eles acompanham a humanidade desde há muito tempo.... Todavia, se os mitos mudam, mudam também os ritos que passam a reproduzir os novos valores.

Exemplificando, segundo DORFLES, citado por SANTIN (1990), atualmente há uma profunda e alienante mitificação das relações homem-má-

quina, onde os rituais são tecnicizados a tal ponto que "o homem deposita sobre a máquina seu ethos e seu pathos, e se deixa dominar pelo elemento mítico no qual ele investiu o mecanismo. Toda esta vinculação com a máquina leva a uma perda da noção da própria corporeidade. Tanto é assim que se pode observar, diz DORFLES, as relações que existem entre indivíduos e suas máquinas - moto, automóveis, lanchas - com as quais se estabelece frequentemente uma relação de afetividade mórbida de caráter libidinal" (SANTIN, 1990, p.35).

Os ritos são operacionalizados através do corpo. "Não há ritual sem atitudes, gestos ou expressões corporais. O rito é a realização de uma atividade motora que se exprime por meios particulares, às vezes oficializados e institucionalizados, que viram quase sempre a execução de uma função determinada (GILLO DORFLES). O rito, portanto, deve ser entendido como uma atividade motriz privilegiada porque situa o corpo dentro de um contexto de valores que dá uma fisionomia corporal por estar orientado para objetivos específicos..." (SANTIN, 1990, p.141).

Por sua vez, esses objetivos podem estar vinculados ao sagrado, ao trabalho, à saúde, à doença ou às atividades físicas desenvolvidas no tempo disponível. Nesses casos pode haver "uma diminuição da intencionalidade consciente e, conseqüentemente, um aumento do caráter fetichista atribuído à uma técnica de execução das atividades. O que interessa, propriamente, não é o que se faz, mas como se faz. A eficácia do gesto, da ação, do movimento é atribuída exclusivamente à técnica, ou seja ao ritual, com que se executarão a atividade. A supervalorização da técnica da ritualidade faz com que as verdadeiras motivações e

o processo operativo, que conduzem ao resultado final, escapem do controle da maioria dos homens. Com isto se estabelece uma profunda cisão entre o momento criativo e inventivo, e o momento executivo e produtivo do processo (G.Dorfles, p.37)" (SANTIN, 1990, p.142).

O corpo passa a representar papéis e funções. O vestuário era e continua sendo um dos componentes básicos que ornamentam o corpo ritualizado. Com o advento da sociedade industrial surge o conceito da moda que "cresce na proporção direta da diversificação e do aumento das pompas rituais, e os rituais crescem na proporção do aumento das necessidades de máscaras sociais" (SANTIN, 1990, p.142).

E a atividade física/saúde com isso tudo?

Se ela é um mito, ela é a justificativa para o rito, ou melhor, para os ritos, porque existem inúmeras possibilidades para sua manifestação. E esses diferentes ritos materializam os "sonhos" - elaborados pelo "inconsciente" e também pelo "consciente" que, desse modo, tentam satisfazer as necessidades dos homens que se constroem ao longo do tempo - dos primitivos, dos empresários, dos consumidores, da indústria cultural, enfim, do próprio mito. E o ciclo se fecha, se amplia, e se perpetua ...

No que se refere especificamente à relação atividade física/saúde, decerto há um fundo de "verdade" no sentido de que a atividade física propicia a saúde e remedia a doença. Todavia, há que se ter claro, mais uma vez, que os estudos que estariam confirmando essa hipótese se fundamentam em pressupostos epistemológicos restritos, enquanto possibilidade de ampliação do objeto, ainda que consideremos o critério de cientificidade, de rigorosidade acadêmica supostamente inquestionável.

Quer dizer, já há algum tempo outras abordagens teórico-metodológicas analisam um mesmo objeto a partir de um enfoque ampliado que busca contextualizar o objeto de investigação, percebendo-o e situando-o a partir das relações que se travam socialmente. Nesta linha, o problema levantado passa, sim, pela necessidade de se explicar como se constituiu e em que condições se perpetua, esclarecendo, portanto, as várias forças sociais que determinaram a própria constituição do problema em questão.

Muito bem, estamos então trabalhando com a hipótese de que existe um mito, que é a relação atividade física/saúde, e a partir desse ponto, elaboraremos um modo de entendê-lo para, fundamentados numa análise crítica, refletirmos sobre ele.

Esse mito, por sua vez, relaciona-se diretamente com duas instâncias: o próprio corpo e as áreas em questão (Educação Física e Saúde Pública). De um lado, ele determina formas e maneiras de se usar o corpo. De outro lado, ele determina necessidades para se justificar a produção e veiculação também de determinado conhecimento com o intuito de conectar a atividade física com a saúde e de reforçar essa associação.

Como se coloca o profissional específico com relação a esse problema? Ele reproduz ou questiona o conhecimento? Ele deveria ser um modelo de corpo? Até que ponto ele é sujeito desse processo? Reproduz o "status quo"? Se reproduz é sujeito-objeto, sujeito enquanto instrumento de manipulação e manipulador. Se questiona é sujeito!

II. ALGUNS DOS CONCEITOS QUE FUNDAMENTAM O PROJETO HEGEMÔNICO PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

1. A relação dual entre corpo e mente

"As coisas, nas sociedades industriais desenvolvidas, são representadas como se tivéssemos um corpo, mas isso não é tão óbvio".
(GUATTARI, 1986, p.278)

Muito antes de Descartes, "ser humano significava ser uma mente encarnada (...)" (PORTER, 1992, p.303). Tal dualismo tem sido modelador das classificações, do uso linguístico, da ética e dos sistemas de valor. Mente e corpo têm atributos e conotações distintas, que lhes são designados a depender do espaço e do tempo. "A mente é canonicamente superior à matéria" (PORTER, 1992, p.303). Ontologicamente, "a mente, o desejo, a consciência ou o ego têm sido indicados como os guardiães e governantes do corpo, e o corpo deve ser seu criado" (PORTER, 1992, p.303).

Todavia, sustenta essa construção um corolário crucial: quando o corpo se rebela, a mente é a culpada. Por outro lado, estar subordinado hierarquicamente à mente é uma forma de degradar o corpo. "A questão de precisamente como atribuir honra e vergonha, deveres e responsabilidades, respectivamente à mente e ao corpo tem sido crucial para a avaliação do homem como um ser racional e moral no interior de sistemas de teologia, ética, política e jurisprudência, tanto teóricos quanto práticos" (PORTER, 1992, p.304).

Uma mulher está tendo delírios, seu jeito é extravagante, esquisito, duvidoso. Ela está "doente", todos concordam. Mas, qual o diagnóstico? Se a resposta datasse dos séculos XVI e XVII, poderíamos supor que ela estivesse sendo possuída por um demônio e, daí, identificada como uma feiticeira, ou uma bruxa; no período vitoriano, a resposta para qualquer anormalidade da consciência se caracterizava como uma "perturbação mental"; se a resposta datasse do século XX ela poderia estar com um sintoma de "doença mental"...

O fato é que "a tendência, fortemente defendida pela profissão médica, era cada vez mais enfatizar as causas orgânicas para aquilo que agora chamariamos sempre de <doença mental>. À vontade era assim garantido um alibi, e o corpo, quando doente, era mais prontamente desculpado, precisamente porque era <mais baixo> do que a mente teria sido" (PORTER, 1992, p.305).

A prática psiquiátrica desenvolvida por FREUD pode ser outro exemplo do intelectual prevalecendo sobre o físico, ao elaborar a teoria da escuta: o sujeito racionaliza situações ao contar seus problemas e o terapeuta intervém contrapondo-se à fala do paciente.

Outro exemplo bastante significativo da necessidade de se relativizar a relação mente/corpo, segundo as circunstâncias, o período, a classe e a cultura pode ser um acontecimento relatado pelo historiador e antropólogo de medicina, KLEINMAN: "Um americano do século XX sente-se <deprimido>; ele não consulta um clínico geral, mas um psicoterapeuta; é diagnosticado como sofrendo de um distúrbio psiquiátrico, algum tipo de neurose; o terapeuta investiga sua história de vida para recuperar sua felicidade. A pessoa equivalente na China, ao contrário,

atribui uma enfermidade comparável a uma desordem e a uma causa físicas. Seu médico confirma que sua doença é orgânica (pode ser chamada de <neurastenia>) e prescreve remédios. Apontado como vítima de uma doença somática, é permitido ao chinês assumir o <papel do doente>, e pode, por isso, merecer simpatia e atenção. Ao contrário, se ele alegasse, como seu correspondente americano, alguma forma de perturbação mental, teria sido uma admissão terrível e debilitante de defeito e desvio de caráter, o que lhe teria trazido estigma e desvantagens " (PORTER, 1992, p.307).

Esclarecer como se constituíram esses dois conceitos é um pressuposto fundamental para o entendimento das muitas histórias... E aqui, estaremos historicizando, no sentido de abordar os fenômenos de maneira histórica, e, ao mesmo tempo, fazendo história. Olhando a realidade com olho histórico, assim como FOUCAULT (1987), quando toma o corpo como objeto - trazendo-o para o âmbito da historicidade. Compreendendo a história como uma categoria que aborda o objeto em suas transformações.

Nesse sentido, GHIRALDELLI consegue esclarecer essa dualidade presente, particularmente, no campo da Educação Física. Se, por um lado, o autor afirma que a Educação Física não "separa corpo e mente", pelo fato das concepções terem encontrado um ponto comum entre elas, qual seja, buscar através do "movimento corporal humano parametrizado atingir a <mente> pelo <corpo>" (GHIRALDELLI, 1990, p.197), por outro lado, "de fato, a Educação Física <separa corpo e mente>" (GHIRALDELLI, 1990, p.197), na medida em que o movimento corporal humano, enquanto instrumento de "manipulação" da "mente", é manejado, na maioria

das vezes, de forma acritica, já que o priva "de uma qualidade do pensamento humano historicamente desenvolvido, capacidade esta que circunscreve o campo da liberdade - entendida aí como conhecimento e reconhecimento da necessidade" (GHIRALDELLI, 1990, p.197).

Para o autor supracitado, "o movimento, na Educação Física, esteve sempre como instrumento do controle objetivo da subjetividade" (GHIRALDELLI, 1990, p.197), ou seja, exemplificando, "quando no Tiro-de-Guerra aprende-se a marchar, não se está preparando para a guerra em ato - pois seria inconcebível marchar na guerra moderna, mas se está efetivamente, no uso do movimento enquanto algo que forja indivíduos com subjetividades capazes de se dirigirem ao campo de batalha" (GHIRALDELLI, 1990, p.197). E explica, "aí o movimento corporal humano está como claro disciplinador da vontade e artífice de uma específica compreensão <teórica> do mundo" (GHIRALDELLI, 1990, p.197). Assim, o movimento estaria integrado à mente, comandando e construindo-a.

Em que medida corpo e mente foram pensados separadamente e "manipulados" conjuntamente?

2. O que se escreve sobre a história do "VELHO" corpo

"...A história do corpo tem sido, em geral, negligenciada (...). Por um lado, os componentes clássicos, e por outro, os judaico-cristãos, de nossa herança cultural, avançaram ambos para uma visão fundamentalmente dualista do homem, entendida como uma aliança muitas vezes ansiosa da mente e do corpo, da psiquê e do soma; e ambas as tradições, em seus caminhos diferentes e por razões diferentes, elevaram a mente ou a alma e denegriram o corpo" (PORTER, 1992, p.292).

Ainda se perpetuam as velhas hierarquias!

Apesar das tentativas para demolir as resistentes ordenações - a revolução sexual, a "contracultura" dos anos 60, o feminismo dos 70 - elas ainda perduram. Parâmetros para se perceber as mudanças de valores e conceitos nos últimos tempos podem ser as disciplinas história da ciência e história das idéias, constituídas também pela história do corpo. De outra forma, se percebe, através dos conteúdos desenvolvidos por esses campos do conhecimento, uma superposição do corpo sobre a mente, ou vice-versa, a depender da época.

Segundo PORTER, vários estímulos se sucederam em prol de uma "nova" visão para o corpo. O marxismo elaborou uma matriz fértil ao apresentar "modelos influentes do corpo encarado como um foco para a resistência e a crítica populares dos significados oficiais" (PORTER, 1992, p.293), através da obra de BAKTIN. A antropologia cultural elaborou "linguagens para a discussão dos significados simbólicos do corpo" (PORTER, 1992, p.294). Várias teorias estimularam os historiadores

"a tratarem o corpo como a encruzilhada entre o ego e a sociedade" (PORTER, 1992, p.294). O feminismo centrou a discussão "para as questões costumeiramente negligenciadas ou reprimidas do enfoque masculino e feminino da experiência" (PORTER, 1992, p.294). E a demografia histórica, por sua vez, construiu estatísticas relativas ao nascimento, concepção e morte entendidas como o caminho para "o entendimento de todos os aspectos de classe, cultura e consciência" (PORTER, 1992, p.294).

De um lado a Educação Física, de outro a Medicina: ambas têm o corpo como objeto de estudo, direta ou indiretamente colocado. Para perceber de que modo o conceito de corpo movimenta-se na nossa sociedade, delimitamos a sua análise partindo dos enfoques da atividade física e da saúde. Nesses campos, o corpo é uma forma de representação.

Considerando que numa sociedade como a nossa as diferentes formas de representação são instrumentos ideológicos em potencial, qualquer noção "crítica" sobre o corpo deveria pressupor que este, socialmente concebido, retrata os elementos simbólicos sobre os quais a estrutura social se estabelece.

O corpo representa, a depender da época e do espaço, valores vigentes na sociedade. Nesse sentido, as necessidades atribuídas ao corpo têm diferentes significados relacionados à sociedade, incorporando especificidades próprias, desejos reprimidos, outras vezes incentivados, de acordo com o contexto no qual se inserem.

De antemão, cabe colocar que o nosso entendimento a respeito das disciplinas que se "apoderam" do corpo como seu objeto de estudo, de maneira geral, conseguiram apenas elaborar formulações, compreensões

parciais sobre o mesmo, de modo a, cada vez mais, fragmentá-lo, reduzi-lo, limitá-lo. Um exemplo pode ser a não rara comparação que se faz sobre o funcionamento das sociedades e o funcionamento do corpo - análises mecanicistas, organicistas - muitas vezes, o corpo servindo como instrumento de diagnóstico, ou de prevenção, ou de terapia. Todavia, com dupla função: de instrumento, na sua relação com o trabalho, e de objeto, enquanto um meio onde se intervém.

Alguns estudiosos do assunto confirmam a nossa posição, fundamentados nos mais variados argumentos. BOLTANSKI, por exemplo, coloca que "... as teorias implícitas do corpo que subentendem as disciplinas das quais o corpo constitui o campo de investigação privilegiada, estão destinadas a engendrar representações puramente funcionalistas do corpo, espécie de ferramenta ajustada a fins particulares, tendo de certo modo necessidades particulares que devem ser satisfeitas para que ele possa preencher as funções que lhe são socialmente assinaladas" (BOLTANSKI, 1989, p.116).

Contudo, somente rompendo com a vinculação "prática" implícita na condição em que o corpo do outro é objeto de uma estratégia é que se poderá elaborar a edificação, primeiramente "do sistema de relações entre o conjunto dos comportamentos corporais dos membros de um mesmo grupo e, em segundo lugar, do sistema das relações que unem esses comportamentos e as condições objetivas de existência próprias a esse grupo. relações estas que só podem ser estabelecidas (...) se se proceder à análise e à descrição da cultura somática característica desse grupo. Com efeito, se o estabelecimento do sistema de relações entre as diferentes dimensões do comportamento corporal implica a ruptura

com a situação prática definida por uma necessidade social, é porque se faz necessário, e talvez previamente, o questionamento da teoria das necessidades e das funções naturais, seja porque esta reduz o corpo todo a apenas uma de suas necessidades ou apenas uma de suas funções, seja até porque procede à ordenação do conjunto das necessidades e das funções que são atribuídas ao corpo pela consciência comum e pelas ciências que a refletem, a sistematizam, a informam e lhe trazem a caução de sua legitimidade" (BOLTANSKI, 1989, p.117).

Por outro lado, reforçando a idéia do corpo como produto da distribuição desigual entre as classes sociais, BOURDIEU, trabalhando com a noção de "legitimidade social", busca esclarecer que "toda a percepção corporal e as categorias através das quais o corpo é percebido se fundam dentro de uma determinada ordem social e são por ela legitimados..." (COSTA, 1978, p.9). Para ele é nesta "ordem" que, por sua vez, são definidas as categorias através das quais o corpo é "reparado". Dessa maneira, roupas, medicamentos, atividade física, alimentação, dentre outros, enquanto elementos e investimentos que compõem a percepção de corpo, são, ao mesmo tempo, produtos da distribuição diferenciada entre as classes sociais.

De fato, o corpo está na ordem dos tempos. Os mais variados profissionais (da Educação Física, da Medicina), assim como as mais variadas instituições (Exército, Igreja, Escola, Hospital), estão atentos a ele.

Porém, há uma outra possibilidade de se refletir sobre a noção de corpo, que nos parece muito interessante, construída por GUATTARI: "...nos atribuem um corpo (...) produzem um corpo para nós, um corpo ca-

paz de se desenvolver num espaço social, num espaço produtivo, pelo qual somos responsáveis. (...) em nossas sociedades, as grandes fases de iniciação da infância aos fluxos capitalísticos consistem, exatamente, em interiorizar a seguinte noção de corpo: <você tem um corpo nu, um corpo vergonhoso, você tem um corpo que tem de se inscrever num certo tipo de funcionamento de economia doméstica, de economia social>. O corpo, o rosto, a maneira de se comportar em cada detalhe dos movimentos de inserção social é sempre algo que tem a ver com o modo de inserção na subjetividade dominante" (GUATTARI, 1986, p.278).

O autor trabalha com a noção de corpo em correlação com o conceito ou a noção de subjetividade. Desse ângulo, a subjetividade se constituiria na "matéria-prima da evolução das forças produtivas, em suas formas mais desenvolvidas" (GUATTARI, 1986, p.26); num sistema capitalista como o nosso, a sua produção "é industrial e se dá em escala internacional" (GUATTARI, 1986, p.25). Nesse sentido, o corpo é fabricado, serializado, modelado, registrado, enfim, produzido em massa!

Aqui, cabe colocar que os conceitos de indivíduo e de subjetividade estão dissociados. Ainda segundo o autor supracitado, "uma coisa é a individuação do corpo" (GUATTARI, 1986, p.31). Outra coisa é a subjetividade como não "passível de totalização ou de centralização no indivíduo" (GUATTARI, 1986, p.31). De outro modo, a subjetividade "não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material" (GUATTARI, 1986, p.32). E o autor exemplifica: "O que se poderia dizer, usando a linguagem da informática, é que, evidentemente, um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse terminal individual se encontra na posição de consumi-

dor de subjetividade. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc..." (GUATTARI, 1986, p.32).

E, a partir desse enfoque, a seguinte questão se coloca obrigatoriamente: O que permeou as histórias da Educação Física e da Medicina que determinou uma "particular" aproximação entre elas? O que nas histórias dessas disciplinas possibilitou a construção e a "mitificação" da relação atividade física/saúde?

Para tentar responder a essas questões abordaremos a forma como se construiu o conceito de saúde/doença e como se passou da saúde para a doença e da doença para a saúde. Numa segunda fase, como tem sido interpretado o conceito de atividade física. O corpo estará, explícita ou implicitamente, como "pano de fundo", representando as relações que se constituem e se estabelecem nos diferentes momentos históricos. Por último, tentaremos aclarar a dinâmica que permeia essas instâncias quando se relacionam, mantendo o corpo como eixo central.

3. Da doença à saúde

"Há um estereótipo cultural profundamente estabelecido - arrebatador em Rabé - lais, insultuoso no interior da teologia cristã - que retrata o corpo como um chefe rebelde, senhor do desregramento, símbolo do excesso de comida, bebida, sexo e violência - (...). Os historiadores recentemente exploraram as tentativas de grupos sociais dominantes para restringir, reprimir e reformar a mutilação do corpo. Essas estratégias obviamente assumiram formas distintas" (PORTER, 1992, p.310).

Em meados do século XIX, Alemanha e Inglaterra "definiram" as bases científicas que serviriam de referencial para a interpretação das sociedades em seus processos estruturais e superestruturais, ao mesmo tempo da manifestação dos primeiros trabalhos da medicina social. Desde então, por um longo período, houve predominantemente a propagação do pensamento positivista no âmbito das instituições de saúde (GRANDA & BREILH, 1989).

Compatível às necessidades de reprodução do capitalismo monopolista, a prática sanitária hegemônica concentrou seu enfoque nos processos biológicos e físicos, descartando o conceito social na análise dos problemas médicos. A visão de ciência positiva, particularmente, na área da saúde, constitui-se em um modo de intervir e refletir. Esta orientação legitimou-se, uma vez que a sua finalidade era a de manipular as condições de reprodução dos setores fundamentais da força de trabalho, mais diretamente relacionados aos setores agrícola e industrial, que naquele momento se organizavam em novos modelos de produção. Para isso, foi necessário reduzir o corpo a objeto - a um objeto natural - com elevado nível de especificidade e eficiência.

A história das concepções médicas e a história das concepções dominantes sobre o corpo, sobre a saúde, daí porque tratar dessa história neste trabalho. Da mesma forma, a história da Educação Física/Atividade Física também encontra e também cruza com os referenciais da saúde e do corpo utilizados pela área médica, possibilitando estabelecer um paralelo entre essas tramas.

Todavia, não podemos confundir a evolução das explicações e dos conceitos de "mente e corpo" como supostos "progressos positivos" das ciências. Elas "... deviam ser vistas como sinais de reorientações culturais que repensavam as características da mente e do corpo" (PORTER, 1992, p.306).

No início do século XIX a teoria miasmática ainda era o paradigma dominante. O conjunto de princípios em que se baseava entendia que as enfermidades se originavam das emanções resultantes do acúmulo de dejetos. É no final do século que se sucede a primeira vitória da biologia (GONÇALVES & GONÇALVES, 1988). Com a descoberta do micróbio e a definição de que agentes etiológicos específicos eram a causa de doenças, a Epidemiologia, uma disciplina recente, deixa de lado o enfoque social da doença, recém emergente da medicina social (SILVA, 1990). É nesse momento que o referencial positivista se afirma e, por sua vez, também o conceito de unicausalidade, significando que para cada doença existiria um único agente.

Várias mudanças significativas vão ocorrer no século XX. Inicialmente, a unicausalidade começa a ser questionada, paralelamente à afirmação da ecologia - que se iniciara em meados do século anterior - como disciplina científica. Aliás, é esse conhecimento que irá estru-

turar a lógica da teoria ecológica das doenças infecciosas, estabelecendo como princípio básico a interação entre o homem, o agente e o ambiente, a famosa tríade ecológica.

Insuficiente para explicar novas questões que se colocavam diante da produção científica, termina o período da unicausalidade e inicia-se a era da multicausalidade, conceito este que dá forma ao modelo ecológico multicausal. Faz-se importante destacar que esse modelo influencia, inclusive, as ciências sociais, compondo o mais recente substrato teórico para os estudos de sociologia urbana de origem funcionalista (BARRETO, 1990).

As modificações mais significativas do conhecimento em saúde que iam sendo elaboradas são frutos das formas concretas que as instituições de serviço foram adotando (NUNES, 1983). Em outras palavras, as instituições de serviço determinaram a produção e veiculação de conhecimento. O "pensar" e "agir" positivistas são os referenciais das formulações dos pensadores sócio-políticos europeus do século XIX. O entendimento sobre causalidade e evolução das doenças, as investigações epidemiológicas, como também os estudos relativos às transformações históricas da administração sanitária, são exemplos concretos, reforçados pela atitude do Estado.

Para elucidar como esse momento transcorreu na sociedade brasileira, retomar-se-á esse período retratando os determinantes contextuais que suscitaram as ações, mais especificamente, de cunho sanitário.

Ao se estudar o passado brasileiro da medicina, coloca-se, de início, que nos quatro primeiros séculos, dadas as condições culturais e econômicas vigentes num país recentemente descoberto, não houve si -

tuação que propiciasse a formação de um saber nacional próprio (SANTOS FO, 1977; NABUCO, 1986).

Outros fatos somam-se à precariedade setorial da saúde da época. Em relação aos serviços, a falta de hospitais - os soldados doentes eram tratados na Santa Casa em virtude do convênio entre o governo do Estado e a Irmandade; por sua vez, era um hospital que funcionava com mínimas condições, pequeno, não havia enfermarias separadas para tratamento das moléstias infecciosas, enfim, fundamentalmente a falta de acomodação era determinante na cura das doenças da época - os medicamentos, que eram elaborados e dosados a partir da experiência com os próprios doentes, o alto índice de epidemias e praticamente nenhum controle, entre outras coisas.

Em 1763, período em que se transferiu a sede do Vice-Reinado para o Rio de Janeiro, houve mudanças do aparelho estatal relativas à produção de riquezas, à saúde da população, à segurança dos Estados. Essas mudanças se justificaram em preocupações concretas, relativas à população, visando ajustar o povo às necessidades do país naquele determinado momento.

Com relação, especificamente, à saúde, o Governo adotou medidas, das quais destacam-se a organização do espaço para a defesa, a coibição da ociosidade e a disciplinarização dos soldados. Por sua vez, o caminhar para uma outra visão da cidade e suas doenças estimulou uma transformação urbana. É nesse momento que se definiram as ações de cunho sanitarista objetivando o controle do porto, das casas, ruas e praias, resultando na modificação do panorama anterior, na construção das ruas, das estradas, entre outros projetos.

Todavia, NUNES (1983) ressalta o século XIX como o período onde ocorreu o deslocamento do objeto da medicina, ou seja, do conceito de doença para o de saúde, decorrente da própria instalação do poder central no Brasil e das transformações econômicas e institucionais.

Há de se destacar, porém, que as descobertas médicas entre o fim do século XIX e início do século XX, tais como o conhecimento dos agentes patógenos e dos insetos vetores das principais doenças das colônias (febre amarela, elefantíase, doença do sono, peste, entre outras), aconteceram porque, além das motivações científicas, estas viam ao encontro de necessidades das metrópoles. Os militares, os empresários, os funcionários enviados para ocupar novas terras, abrir canais, transformar a economia não conseguiam, assim como os países colonialistas, proteger-se das epidemias tropicais com as quarentenas.

Necessitava-se, portanto, conhecer e atacar nas raízes as causas das epidemias de modo que não interferissem, não interrompessem o processo de penetração colonial. Neste período, explicita-se a dependência dessas pesquisas para com a medicina militar (de ingleses, franceses e americanos). Contudo, quem se beneficiou com essas descobertas, primeiramente, foram os militares e os brancos residentes nas colônias, somente depois, as populações locais.

Nesse sentido, enquanto a ciência, a saúde e a indústria progrediram paralelamente no "Primeiro Mundo", os habitantes do "Terceiro Mundo" tiveram um primeiro contato com a organização moderna através de controles sanitários, de vacinações em massa, da distribuição dos inseticidas e não por intermédio da atividade produtiva, como aconteceu nos séculos passados na Europa.

Em outras palavras, os diferentes momentos econômicos - entre "Primeiro e Terceiro Mundo" - não impediram que a absorção e incorporação de determinados valores, de determinadas necessidades presentes num país de "Primeiro Mundo" fossem também "apropriados" para a realidade do "Terceiro Mundo". Quando GUATTARI parte da idéia de "uma economia coletiva, de agenciamentos coletivos de subjetividade, que, em algumas circunstâncias, em alguns contextos sociais, podem se individuar" (GUATTARI, 1986, p.33), ele aborda a questão implícita aqui.

Ou seja, a subjetividade circula nos vários conjuntos sociais que, por sua vez, podem estar num diferente momento no que se refere aos seus aspectos econômicos. No entanto, por ser (a subjetividade) "essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares" (GUATTARI, 1986, p.33), ela poderia ser experimentada através de "uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade (...)" (GUATTARI, 1986, p.33).

Nesse sentido, e neste caso em particular, tenderíamos a compartilhar com o autor sobre "a circunscrição dos antagonismos sociais aos campos econômicos e políticos - a circunscrição do alvo de luta à reapropriação dos meios de produção ou dos meios de expressão política.." (GUATTARI, 1986, p.33), como delimitações superadas. Logo, "o campo da economia subjetiva" não se subsumiria ao da economia política.

Ao observar que os países de áreas de economia periférica têm rápido desenvolvimento demográfico, vagarosa arrancada econômica e progresso nas ações sanitárias que têm ritmos mais significativos do que

os dos países de economia central ao sistema, isto entre os séculos XIX e XX, BERLINGER (1987) identifica a terapia e a profilaxia específica das doenças infecciosas e outras medidas sanitárias, como responsáveis pela agilização do desenvolvimento sanitário das zonas atrasadas do mundo, destacando diferentes motivos: a "linguagem universal" da medicina, como também das outras ciências; a justificativa para a colonização, essencialmente saúde e instrução, como benefício social; a indústria química e farmacêutica necessitando abrir novos mercados, objetivando de imediato vender mais e, em menor importância, reduzir a incidência de algumas doenças epidêmicas; a necessidade de emancipação dos povos coloniais, fenômeno este relevante nas últimas décadas que, decididos a uma vida melhor, priorizavam formulação e implementação de políticas sanitárias; o exemplo e a intervenção dos países socialistas no campo sanitário; e a influência da Organização Mundial da Saúde e de outras entidades internacionais.

Procedendo-se a um corte para o Brasil no período de 1891, da primeira Constituição republicana, esta delegava aos Estados o abastecimento, às suas custas, das necessidades de seu governo; por outro lado, a União reservava a responsabilidade dos serviços de higiene referentes ao estudo das doenças, às medidas preventivas, à defesa da propagação de doenças na capital federal, aos estudos estatísticos demógrafo-sanitários, à fiscalização do exercício da medicina e farmácia, à análise das substâncias dos portos.

Desta forma, instalou-se uma dualidade administrativa, com órgãos federais e estaduais superpondo-se. Este fato ficou demonstrado dramaticamente, com a ocorrência da peste do Levante, que surgiu, inicial-

mente, em Santos (outubro de 1899), depois em São Paulo (dezembro de 1899) e na capital da República (janeiro de 1900). Nessa época, ficou evidente a precariedade das condições da maioria dos Estados, no sentido de estarem estruturados para as ações de controle sanitário (LUZ, 1986).

Começam a surgir nesse período os Institutos de Pesquisas, fundados em São Paulo e no Rio de Janeiro e que se tornaram os precursores da medicina enquanto ciência em nosso meio, dentre eles, o Instituto Bacteriológico (1892 - SP), momento este em que as instituições culturais no Estado desenvolviam-se marcadamente; o Instituto Butantã (1899 - SP), quando surge a peste do porto de Santos; o Instituto Soroterápico Federal (1899 - RJ), entidade criadora das bases do Instituto de Manguinhos, este convertendo-se, num curto período, no maior centro de pesquisas científicas do país e em escola de professores e pesquisadores, cuja produção repercutiu e influenciou concretamente o desenvolvimento científico, o ensino médico, a tecnologia médica e sanitária e, até mesmo, a própria imagem do país no exterior (ALVES, 1982).

O grande desenvolvimento das organizações de saúde e a ampliação da intervenção do Estado na vida social, que se acentuaria no período seguinte, são resultado dos estudos inicialmente realizados isoladamente por alguns pesquisadores e, posteriormente, pelos Institutos, tais como os citados acima, objetivando a melhoria das condições gerais de vida e com relação à saúde dos indivíduos, sua proteção e recuperação.

Faz-se possível perceber nesse contexto que a introdução e a consolidação do conceito da divisão do trabalho, implícito na dicotomia

entre trabalho físico e trabalho intelectual, "viria a implementar, ainda mais, a utilização da metáfora do corpo como intelecção do social" (LENHARD, 1986, p.142). Ou seja, a sociedade percebia-se muito mais complexa. A diferença no interior do "organismo social" se acentuava a cada dia devido ao avanço cultural e material. Contudo, avançava também o referencial biológico, significando assim a possibilidade de se apropriar de um vasto campo ainda inexplorado..., enfim, constituindo-se ainda num "inesgotável" recurso de investigação.

Com relação à atividade física, especificamente, ela era organizada visando dar ao indivíduo a oportunidade de exercitar "o corpo e o espírito" no sentido de articulá-los ao sistema capitalista que se implementava, e também visando integrar esse indivíduo à ideologia dominante, no sentido de consolidá-la.

Nesta direção, como se articulam corpo, medicina e sociedade?

entre trabalho físico e trabalho intelectual, "viria a implementar, ainda mais, a utilização da metáfora do corpo como intelecção do social" (LENHARÓ, 1986, p.142). Ou seja, a sociedade percebia-se muito mais complexa. A diferença no interior do "organismo social" se acentuava a cada dia devido ao avanço cultural e material. Contudo, avançava também o referencial biológico, significando assim a possibilidade de se apropriar de um vasto campo ainda inexplorado..., enfim, constituindo-se ainda num "inesgotável" recurso de investigação.

Com relação à atividade física, especificamente, ela era organizada visando dar ao indivíduo a oportunidade de exercitar "o corpo e o espírito" no sentido de articulá-los ao sistema capitalista que se implementava, e também visando integrar esse indivíduo à ideologia dominante, no sentido de consolidá-la.

Nesta direção, como se articulam corpo, medicina e sociedade?

4. Da saúde à doença

A Saúde Pública aqui é conceituada como uma "prática social desenvolvida por inúmeras instituições do aparelho estatal, desde as universitárias até aquelas diretamente vinculadas ao Poder Executivo e imediatamente responsáveis pela criação de condições favoráveis ao desenvolvimento econômico a partir da perspectiva do bloco política e economicamente dominante e, ao mesmo tempo, encarregadas de administrar a saúde coletiva dentro de limites que facilitem a legitimação deste bloco frente à sociedade" (CAMPOS, 1991, p.37).

Convivemos com um Discurso Oficial que associa "o desenvolvimento da Saúde Pública à ampliação dos conhecimentos e tecnologias, ao volume de recursos disponíveis nos orçamentos públicos e à capacidade administrativa destas instituições de aplicá-los <racionalmente>" (CAMPOS, 1991, p.37). O conceito de "racional", por sua vez, está diretamente vinculado ao conhecimento científico, ou seja, "racionais seriam aquelas políticas ou programas construídos de acordo com preceitos científicos, legitimados pelo conhecimento clínico ou epidemiológico, e ainda dotados de eficiência, ou seja, capazes de atingir uma adequada relação de custos e benefícios sociais" (CAMPOS, 1991, p.37).

Retomando brevemente o colocado anteriormente, entre 1900-1920, o Estado oligárquico "mobilizou importante parcela dos recursos financeiros de vários Estados da federação, mais significativamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, criando um extenso aparato institucional capaz de realizar campanhas sanitárias, atividade de polícia sanitária e principalmente investido de autoridade política para desenvolver

programas de saneamento ambiental, que terminaram por pesar decisivamente na realização de verdadeiras reformas urbanas, que alteraram a face da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo " (CAMPOS, 1991, p.38), com o intuito de criar condições propícias ao desenvolvimento do modelo agroexportador vigente. Esse fato acarretou uma significativa concentração de poder político no interior das instituições responsáveis pela Saúde Pública, tornando-se um dos aspectos mais marcantes desta fase. Ao controlarem as principais epidemias urbanas, tornaram-se o centro das atenções, ganharam prestígio.

Contudo, foi em meados de 1930 que ocorreu um declínio da Saúde Pública 1. Esta "perde progressivamente importância dentro do conjunto de políticas sociais do Estado brasileiro" (CAMPOS, 1991, p.39). Todavia, CAMPOS (1991) alerta para o fato de que "esta regressão só deve ser considerada do ponto de vista relativo, porque, em termos absolutos, a estrutura sanitária cresce, perdendo, inclusive, o caráter predominantemente regional e assumindo, passo a passo, extensão nacional" (CAMPOS, 1991, p.39).

Complementando a assertiva anterior, BRAGA & PAULA justificam o caráter "restrito" da Saúde Pública de 30: "É possível afirmar que a partir de 1930 emerge e toma forma uma política nacional de saúde e, mais precisamente, instalam-se os aparelhos necessários à sua efetivação. Entretanto, cabe desde já afirmar também, o caráter <restrito> desta política de saúde. <Restrito> porque limitado na amplitude de sua cobertura populacional e nos aspectos técnicos e financeiros de sua estrutura organizacional" (CAMPOS, 1991, p.39).

Contudo, sociedade, medicina e corpo articularam-se claramente e o fizeram de maneira subordinada às relações do processo produtivo, das lutas políticas, culturais e ideológicas. Analisando a medicina como prática social na estrutura capitalista, DONNANGELO (1976) demarcou o ponto de referência mais abrangente que se constituiu na não interrupção do processo de acumulação do capital ou da reprodução das condições econômicas e político-ideológicas da produção. Ou seja, na medida em que o sistema capitalista identificou, na reprodução da força de trabalho, um de seus elementos fundamentais, sugeriu, instantaneamente, uma das formas possíveis de a medicina tomar parte em tal processo, qual seja, através do corpo, dado ser este seu objeto de estudo (sua representação).

Ao perceber, porém, que esse corpo só se definiria no conjunto das relações sociais, manipulou-o, estabelecendo os limites de sua capacidade física e determinando regras para a sua utilização. Nessa direção, a medicina, reforçando a construção desses estereótipos, não apenas criou e recriou situações materiais indispensáveis à produção econômica, mas tomou parte na definição do valor histórico da força de trabalho, o que a colocou, portanto, além de seus interesses tecnicamente definidos.

Com efeito, "não se trata de mera coincidência o aparecimento de revistas especializadas em saúde, higiene e educação física no final dos anos 30" (LENHARO, 1986, p.75). E daí, surge a pergunta: E o corpo? O corpo aparece como o pivô da história?

O fato é que os trabalhos que se debruçam na história da Educação Física, na sua origem, na sua justificativa para compor o rol de dis-

ciplinas no interior da escola, ou para fundamentar as tarefas disciplinares físicas no interior da instituição militar, e que circulam nas bibliotecas ou nas salas de aula, destacam, na sua maioria, três pontos essenciais, a saber: "a moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico incorporado à raça; a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho (...)" (LENHARD, 1986, p.77).

Nesse contexto, as práticas sanitárias não foram mais tão essenciais ao processo da industrialização, ou determinantes na solidificação do poder hegemônico. E mais, o controle social sobre a força de trabalho e sobre as populações marginalizadas do mercado formal "deixou de ser principalmente realizado via ações coletivas características do modelo sanitário, passando tal papel a ser desempenhado pela assistência médica individual (...)" (CAMPOS, 1991, p.41). Nesse período, pós-30, os Institutos de Previdência Social tiveram uma rápida ascensão. Implementou-se uma rede de prestação de serviços de assistência médica individual, destinada aos trabalhadores e a suas famílias, sustentada através da arrecadação dos tributos previdenciários.

Para se ter uma idéia do poder dos Institutos, por volta da década de 60, "a produção e o volume de recursos desta rede ultrapassavam aqueles dos da Saúde Pública" (CAMPOS, 1991, p.41). Logo, a Assistência Médica Individual assumiu o controle social, assim como participou do processo de reprodução e manutenção da força de trabalho. Por outro lado, a Saúde Pública, no período de 30-70, "renuncia as suas pretensões de regular o ambiente urbano, de planejar a organização das cidades segundo os preceitos de higiene ambiental" (CAMPOS, 1991, p.42).

Contudo, ressurgiu, na década de 70, um novo "movimento sanitário", com outras características. A Saúde Pública que reapareceu voltou-se para as questões relativas ao planejamento e administração dos serviços de saúde. Sua tarefa foi encontrar diferentes alternativas no sentido de reorganizar os serviços de saúde.

Em síntese, da sociedade higienizada e regulada transitou-se para os "serviços de saúde regulados". Houve uma "redefinição da política de saúde", na medida em que era entendida como "uma reorganização racional dos serviços, em que a lógica do planejamento substituiria a do mercado" (CAMPOS, 1991, p.49). Cabe ressaltar que, paralelamente, ocorreu uma crise com relação ao modelo de produção de serviços de saúde em todos os níveis: financeiro, político e, inclusive, de legitimidade (na medida em que "...privilegiou a quantidade de serviços prestados em detrimento de sua eficácia, contribuindo para a extensão do processo de <medicalização>" (CAMPOS, 1991, p.49)

Alguns princípios norteadores da nova proposta para a Saúde Pública foram marcantes, entre eles: a idéia de regionalização na organização dos serviços de saúde; o conceito de integração; e a proposta do Sistema Unificado de Saúde (SUS). Nesta linha, ficou explicitada uma nova definição de Saúde Pública, agora trabalhando com formulações relativas à política de saúde e à própria organização dos serviços. "...da discussão centrada na rede básica de serviços e na Epidemiologia saltaram para a crítica do modelo vigente de assistência médico-sanitária, terminando por construir propostas globais de reorganização ou de reforma da política de saúde (...), discutia-se sobre os determinantes do processo de saúde-doença, a ação patogênica do capital, as

perversas condições de trabalho, a mercantilização predominante na produção de medicamentos e equipamentos médico-hospitalares..." (CAMPOS, 1991, p.51).

No entanto, foi no Período Militar e na Nova República que os intelectuais no Brasil conseguiram maior influência no Poder Executivo. Eles foram solicitados para dirigir instituições públicas e para elaborar políticas de saúde (Plano CONASP, Ações Integradas de Saúde e Reforma Sanitária). O enfoque medicalizante e a produção privada predominaram, com destaque de algumas instituições públicas que redefiniram seu papel e, em decorrência, sua força política.

"Na medida em que ocorreu este deslocamento de poder para as instituições tradicionalmente voltadas para a Saúde Pública, aconteceu simultaneamente um acirramento da disputa política pelo controle destas instituições" (CAMPOS, 1991, p.52). Como resultado, de 89 para cá, "se acentua o controle do capital, da assistência médica individual sobre a Saúde Pública" (CAMPOS, 1991, p.53).

Nesse sentido, a Saúde Pública carece de construir "um novo movimento sanitário, que ao mesmo tempo que realize uma crítica radical da atual estrutura médico-sanitária e procure tornar transparentes os reais determinantes do processo de saúde e doença, busque vincular-se organicamente aos trabalhadores e ao conjunto das forças sociais capazes de consolidar a democracia política, social e econômica em nosso país" (CAMPOS, 1991, p.53).

Será que essa seria a grande diferença da atividade física que ressurgiu na década de 70?

5. A atividade física ... na sua perspectiva utilitarista

Para se chegar à definição de atividade física, faz-se imprescindível nos remetermos ao conceito de cultura corporal. A cultura corporal é compreendida, ou está delimitada, por duas instâncias: a Educação Física e o Esporte 2. Estabelecendo um corte para a Educação Física, esta pode se manifestar visando três objetivos, não negando a possibilidade desses três elementos estarem num mesmo patamar, ou um prevalecendo sobre o outro. Esses três objetivos podem ser: saúde, lazer e trabalho. O que determina a possibilidade da relação entre Educação Física e esses três fins é a necessidade. A Educação Física tem sentido quando satisfaz determinada necessidade, relativa à saúde, ao trabalho ou ao lazer.

O que representa a atividade física nesse espaço? A atividade física é um instrumento de expressão do conteúdo compreendido pela Educação Física. O termo atividade física carrega toda e qualquer ação humana que comporte a idéia de trabalho, trabalho aqui enquanto conceito físico. Realiza-se trabalho quando há gasto de energia. O gasto de energia ocorre quando o indivíduo se movimenta. Tudo que é movimento humano, desde fazer faxina até caminhar no parque, é atividade física.

Nesse sentido, existem dois tipos de atividade física: a atividade física que se circunscreve no mundo do trabalho, por exemplo, no trabalho do lavrador, no trabalho de um carregador, no próprio traba-

lho de um professor de ginástica, entre outros; e a atividade física que se desenvolve no mundo do não trabalho ou que se desenvolve no tempo disponível 3, ou seja, não descontextualizada do mundo do trabalho, todavia não diretamente determinada por ele. Dentre os vários exemplos, poderíamos citar o caminhar na praia, o empinar pipa, o jogo dos intervalos de almoço, etc.

A nossa tarefa é analisar a atividade física que se concretiza, se subjetiva no mundo do não trabalho. A prática da atividade física enquanto atividade de lazer. Circunscrevendo-se no âmbito do lazer, ela se coloca enquanto produção e consumo de um produto e enquanto "prática" no tempo disponível.

Por sua vez, ela se subdivide em duas dimensões: uma, dominada e organizada pela classe dominante, recorrendo às camadas inferiores para a força de trabalho. O acesso a ela está restrito e acessível a parcelas da classe dominante. Contudo, todos são induzidos a consumi-la.... Outra, que se constitui no único espaço para os diferentes segmentos da população criar ou recriar sua "atividade física".

Sob outro prisma, hoje existem dois tipos de atividade física: uma que todos conhecem e muito poucos podem fazer (e fazem) e outra muito pouco conhecida e que também muito poucos praticam. A primeira é aquela veiculada pelos meios de comunicação de massa, desenvolvida pelas academias, pelos atletas de alto nível e seria a grande "salvação" para a maioria. A segunda tem sido muito pouco difundida porque propicia condições para o indivíduo se perceber como cidadão, como corpo, como sujeito.

Nessa linha, poderíamos sugerir a seguinte questão: Aumentaram as possibilidades para a prática da atividade física ou aumentaram os apelos para a sua prática?

Sob outro enfoque, a Educação Física escolar, as faculdades de Educação Física e demais instâncias de atuação e investigação, de maneira geral, enfatizaram e continuam enfatizando, na abordagem dos conteúdos, o fazer 4: ginástica, exercício... O fazer para um determinado fim. Por exemplo, na escola, fazer Educação Física tinha (tem) um objetivo muito claro, qual seja, desenvolver a "aptidão física". Somente com exercício físico se pode desenvolver a "aptidão física". Essa postura de fixar única, exclusiva e excludentemente essa tarefa para a Educação Física escolar deixou de lado o conhecimento que esse campo de atuação e investigação construiu, sua história, seu conteúdo, que transcendem o fazer. E aqui surge uma outra questão: a dicotomia entre teoria e prática.

Recorrendo ao dicionário, teoria é abstração e prática é a ação do fazer e, em decorrência, o resultado da ação do fazer. Constata-se, porém, um abismo entre ambos que se verifica na perspectiva do "senso comum".

Pensamos e sentimos, concomitantemente! A abstração não é somente fruto do raciocínio, logo, a teoria não é somente lógica. As várias maneiras de se definir teoria e prática justificam-se a partir da concepção de mundo, de sociedade e de Homem em que se acredita. Esta é a base que estrutura cada forma de pensar, de fazer, de ser.

Ao privilegiar o fazer, a Educação Física escolar, por exemplo, negou a sua faceta de elemento cultural, historicamente construída e

determinada. Justifica-se, portanto, o porquê da Educação Física ser confundida com a atividade física. Se a Educação Física só se manifesta através do "fazer", pelo "simples fazer", é coerente que seja pela atividade física. Todavia, essa é apenas uma das suas várias possibilidades de manifestação!

Sob um outro ângulo, pensando a atividade física como um produto, retomariamos GHIRALDELLI quando cita MARX, Capítulo Sexto (Inédito) de O Capital, no ponto em que este caracteriza dois tipos de produtos: o produto material e o produto não material. Segundo a interpretação de GHIRALDELLI, o primeiro "tem todas as possibilidades de se integrar à lógica do valor de troca e se transformar em mercadoria à medida que se instauram relações sociais capitalistas" (GHIRALDELLI, 1990, p.198). O segundo, "pela sua própria natureza, coloca resistências à sua integração no âmbito das relações sociais capitalistas à medida que não se adapta à forma de mercadoria tão confortavelmente como o primeiro" (GHIRALDELLI, 1990, p.198). E exemplifica: "o produto material, como uma lata de goiabada, um sapato, etc., é produzido para consumo posterior. Quanto ao produto não material, aparece uma nova divisão: existem aqueles que podem ser consumidos posteriormente, como o quadro, o livro, etc., mas existem aqueles que são essencialmente consumidos no ato de produção, como o trabalho clínico do médico, a aula do professor, a efetivação na Educação Física do movimento corporal humano (em forma de aula, jogo, espetáculo, desporto, etc....)" (GHIRALDELLI, 1990, p. 198). E faz a ressalva: "Aqui, neste segundo caso, é que o capitalismo e seu processo de mercadorização encontram mais resistências e so as vencem, dentro de certas medidas, alterando

profundamente o produto em suas qualidades mais íntimas" (GHIRALDELLI, 1990, p.198).

Eis a dialética fundamental da atividade física no mundo urbano-industrial: ao mesmo tempo que propõe uma "libertação" no sentido do reencontro do homem com sua mais concreta natureza, integra-o em mais um setor capitalista do consumo, fetichizando o corpo e seus movimentos.

A atividade física que se desenvolve no tempo disponível igualmente reproduz as diferenças sociais de classe. Pressuposto elementar para que se concretize é, justamente, o tempo disponível. Não podemos esquecer que, em meio às várias tarefas a que se submete diariamente (o trabalho assalariado, o trabalho "extra" e o trabalho doméstico), o indivíduo, na maioria das vezes, não consegue condições mínimas que viabilizem uma qualidade de vida digna, o que lhe possibilitaria a prática "humana" de determinada atividade física.

Na realidade, estamos inseridos numa sociedade composta por uma fração hegemônica que legitima e perpetua essa realidade da forma como está. Para superar, ou melhor, para repensar um mesmo tema é preciso que as pessoas tenham acesso a dados, a informações contraditórias, e aqui nos deparamos com a essência da nossa proposta...

A atividade física hoje está relacionada aos grandes problemas que condicionam o futuro da nossa sociedade, tais como a educação, o ócio, a saúde, a urbanização, a organização do trabalho, entre outras. Por outro lado, a sua prática responde a algumas "necessidades" da criança, do jovem, do adulto. Repensá-la, então, torna-se uma exigência quando se busca transformar a sociedade. E a história comprova a

afirmação anterior: "Paralelamente à evolução das necessidades humanas e sociais, as actividades físicas multiplicaram-se, diversificaram-se e chegaram a um alto nível de elaboração..." (ADAM, 1977, p.264).

Quer dizer, em que medida a atividade física compõe as relações que se estabelecem em nossa sociedade hoje?

NOTAS:

1 A reconstituição da história deste período em São Paulo encontra-se na obra "O capitalismo e saúde pública", de Emerson Elias Merhy, Papirus, Campinas, 1988.

2 Como ressalva, BRACHT: "A cultura corporal de movimento não se restringe nem deixa reduzir-se à forma cultural do esporte, onde o movimento é realizado sob os signos da competição e do rendimento - embora a partir de determinado momento histórico ele tenha se tornado a sua mais intensa expressão ou hegemônico" (BRACHT, 1989, p.69).

3 Tempo disponível: expressão utilizada por MARCELLINO que significa a "possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa" (MARCELLINO, 1990, p.31), ressaltando o caráter "desinteressado" dessa vivência.

4 Foi no trabalho de Nelson Carvalho Marcellino, "Educação e Lazer", Campinas, Papirus, 1990, que nos motivamos a trazer para essa discussão a questão do fazer.

III. A EDUCAÇÃO FÍSICA "SERVINDO" A INTERESSES ... DE POUCOS

1. Alguns elementos analíticos na constituição de um projeto dominante para a Educação Física: uma síntese das décadas de 70 e 80 no Brasil

Quase que diariamente o cidadão brasileiro depara-se com a frase: "saúde é o que interessa, o resto não tem pressa", veiculada pela maior rede de televisão do país. Trata-se de um programa humorístico, com índice elevado de audiência, e que, através da construção de personagem representado por um professor de academia, busca transmitir a idéia da necessidade do exercício físico para a saúde. O ator dramatiza movimentos de ginástica aeróbica, ao mesmo tempo em que os acompanha com a afirmação citada acima. Esteticamente, o personagem aparenta estar saudável: forte, musculoso, formas estas evidenciadas pelo traje (camiseta, calção) que, ao moldar-se ao seu corpo, as realçam.

"Coincidentemente", esse programa de humor televisivo em nada se diferencia do Discurso Oficial. Tivemos um Presidente da República também esportista! Igualmente disponível para a prática do exercício, frequentemente era "flagrado" caminhando, nadando, correndo, e voando ..., respaldado em discurso fundamentado na intencionalidade de passar a imagem de um corpo forte, saudável, ágil e dinâmico...

Ao nível institucional, documentos legais explicitam as intenções do poder público em vincular a Educação Física à saúde, enfatizando a sua dimensão de prática corporal. Tal entendimento encontra-se presente nas políticas educacionais gestadas nos mais distintos períodos, ratificando a presença da Educação Física no espaço escolar enquanto

atividade curricular, objetivando, acima de tudo, a melhoria da aptidão física. Para se justificar como atividade escolar regular, incorpora padrões de referência que buscam respaldo no conhecimento da fisiologia (elementos esses contidos no Decreto no 69450/71, até hoje vigente) (SÃO PAULO, 1971).

Historicamente, merece destaque o papel dos médicos enquanto supostos possuidores de conhecimento específico sobre saúde e sua interferência na Educação Física. Antes mesmo do momento de implantação do curso no país, a Educação Física foi incorporada à área biológica. Para explicar este fato, é imprescindível remeter-se às instituições militares e à ordem médica constituídas no século XIX.

Ambas, identificadas com a visão positivista, partiram do pressuposto da higienização e da eugenia da sociedade, e para concretizá-lo, necessitavam de um instrumento de ação (SOARES, 1990). Cabe ressaltar aqui que, implícitos no conceito de higienização e eugenia, relacionavam-se: saúde e vigor dos corpos, reprodução e longevidade, aumento da população, e "melhoramento" dos costumes e da moral (COSTA, 1983).

Das instituições de Ensino Superior estabelecidas, muito poucas identificam à Educação Física outra área que não a biológica. Na perspectiva das agências fomentadoras de pesquisa, a situação não difere. Há casos até em que a Educação Física constitui-se em subárea das ciências biológicas, exemplificadamente, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

Os referenciais que sustentaram a mitificação da relação atividade física/saúde dizem respeito a todo um contexto econômico, político

e social. De um lado, os higienistas e o Estado contribuíram para a consolidação do binômio atividade física/saúde através dos serviços de higiene que desenvolviam estudos sobre as enfermidades; das medidas preventivas implementadas em função das doenças que surgiam; da preocupação com a propagação de enfermidades na capital federal; dos estudos estatísticos demógrafo-sanitários; da fiscalização do exercício da Medicina e Farmácia; e das análises das substâncias dos portos. De outro, a própria Educação Física, uma área de atuação e investigação recente, "frágil", adequada aos interesses dos higienistas (médicos e educadores), passível de ser utilizada como instrumento de capacitação e aprimoramento da saúde tanto física quanto moral, associada às aspirações de regeneração e purificação da raça (COSTA, 1983). Em outros termos, a Educação Física elegeu como seu protótipo um corpo disciplinado, forte, saudável, paralelamente à formação de uma sociedade ordenada, limpa, moralizada (SOARES, 1990).

Fundamentais para a construção do nosso objeto de análise, tanto no sentido de compreender sua mitificação como no de construir parâmetros para sua desmitificação, são os conceitos de saúde/doença. Na perspectiva de BERLINGER, (1987), durante milênios as doenças simbolizaram a ruptura de equilíbrio. Em outras palavras, a interrupção do processo biológico de evolução da espécie era o efeito, o argumento para a preocupação com as doenças que surgiam. Nesse sentido, as enfermidades constituiriam-se em expressão de desequilíbrio entre o Homem e o ambiente.

Se no século XIX, portanto, o discurso higienista associado à atividade física/saúde girava ao redor de um perfil de morbi-mortali-

dade, em que predominavam as doenças infecciosas, e de um processo de industrialização que se implementava, atualmente justifica-se a partir de outros argumentos.

Hoje se ampliou esse quadro, a doença é também sinal de desequilíbrio entre o Homem e o Homem, ou seja, da incongruência das relações sociais. Não há só uma historicidade da doença enquanto fenômeno coletivo, mas também, uma historicidade na concepção da mesma. Fato concreto é que, se por um lado, existem enfermidades observadas e admitidas em todas as sociedades, independentemente das suas diferenças, em contrapartida, existe amplo espaço intermediário abrangendo crescente número de agravos cuja essência está na dependência direta, em maior ou menor grau de importância, da competição de determinada sociedade em relação às demais (BERLINGER, 1987).

Procedendo a um corte para as décadas de 70 e 80, e aqui também retomando uma das nossas tarefas demarcadas anteriormente, qual seja, justificar o porquê da relevância histórica desse período, reportaríamos, primeiramente, aos diversos documentos oficiais elaborados, ao nível nacional e internacional, nesta fase, tais como: o "Manifesto Mundial do Esporte" (1964), a "Carta Européia de Esporte para Todos" (1966), o "Manifesto Mundial de Educação Física" (1971), a "Carta Internacional de Educação Física e Esporte" (1978), e "Recomendações sobre Educação Física e Desportos aos Estados Membros da UNESCO" (1976), documentos esses que apontaram no sentido de consolidar a idéia da atividade física/saúde.

Da mesma forma, nos documentos que estabelecem diretrizes e bases para o esporte nacional, explicita-se qual seria o objetivo da Educa-

ção Física e do Esporte no país: "o aprimoramento da aptidão física da população brasileira" conforme o disposto no artigo 50., inciso I, da Lei no. 6251/75 (CASTELLANI FO, 1989, p.109).

Da mesma forma, conduzida pela Rede Globo (maior conglomerado de televisões do país), implementou-se uma campanha em 1975, a "MEXA-SE", que na época foi "enquadrada em suas origens à pressão, intuitiva ou consciente, para a mobilização da população brasileira no sentido da atividade física" (PROGRAMA EPT, 1978, p.8), com audiência de 50 milhões de pessoas nos horários principais sob patrocínio comercial.

A organização e implementação dos Laboratórios de Pesquisa sobre Aptidão Física, na década de 70, também foram acontecimentos representativos dessa política nacional introduzida no período: exemplos expressivos constituem os instituídos junto aos cursos de Educação Física das Universidades Federais de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; o da Universidade de São Paulo, USP; e o Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul, não vinculado a uma instituição de Ensino Superior, e um dos mais atuantes (PALAFOX, 1990).

É inegável também o número significativo de escolas de Educação Física que surgem nessa fase: de 12 existentes em 1960, funcionavam 92 na década de 80 (CARAM, 1983).

Contudo, detecta-se ainda o mesmo discurso no que se refere à higienização, no entanto incorporando outros elementos, até então não identificados. Trata-se de um discurso "higienista" reformulado, não mais caracterizado, predominantemente, por seus antigos elementos. O conceito de saúde/doença fundamenta-se em outros preceitos.

O caso brasileiro revela-se particularmente expressivo a esse propósito, em decorrência da transformação do quadro nosológico. Convivemos ainda com as doenças infecto-contagiosas, em larga escala, e também com as denominadas crônico-degenerativas.

POSSAS (1989) construiu de forma original e interessante esse quadro, ao identificar um período de transição epidemiológica em nossa sociedade acarretada por uma heterogeneidade estrutural. De outra forma, a rápida propagação de tecnologia e o dinamismo endógeno de economias como a brasileira fizeram com que as idéias de heterogeneidade passassem a serem interpretadas não mais como "obstáculo estrutural" ou "fator de estagnação" na transição subdesenvolvimento/desenvolvimento, constituindo-se em caráter específico do capitalismo nas formações sociais. Este padrão de transição epidemiológica é expressão, ao nível interno das economias periféricas, do desenvolvimento excludente implementado, ou seja, não acompanhado pelo desenvolvimento social.

Sintetizando, doenças infecciosas e crônico-degenerativas compõem o quadro nosológico brasileiro; o processo de industrialização "adaptado" está consolidado e, mais do que isso, atualmente caracteriza-se pelo avanço da tecnologia e, como consequência, justifica-se menos a necessidade da produtividade pelo indivíduo, já que este está sendo marcadamente substituído pelo processo de automação.

Concomitantemente, nos países da Europa e América Latina, inclusive o Brasil, ocorreu um processo de medicalização da sociedade, o qual, por sua vez, sugere outras formas de pensar a saúde, vale dizer, pensar a doença (GARCIA, 1983).

Não é por mero acaso que na década de 70, em nosso país, também se observou "um crescimento considerável da discussão e da produção teórica na área de Saúde Coletiva, caracterizadas pela incorporação a vários estudos do instrumental das ciências sociais " como aborda TEMPORÃO (1986, p.13), ao discutir sobre "A propaganda de medicamentos e o mito da saúde", destacando que este acontecimento esteve "dentro de um processo mais amplo que envolveu não só os caminhos percorridos pela política da saúde do Estado como o próprio modelo de desenvolvimento econômico e suas repercussões no social. Desta forma, vários estudos deram prioridade à análise das profundas transformações ocorridas no setor saúde, advindas da nova fase vivida pelo capitalismo brasileiro" (TEMPORÃO, 1986, p.13).

Contudo, este não foi um processo isolado. A contribuição de investigadores latino-americanos na construção de um novo paradigma para desvelar novos "recortes e silhuetas" no campo da saúde, inclusive para explicar como esses acontecimentos são produzidos, é inegável. Nos Anais do I Congresso Brasileiro de Epidemiologia, realizado em 1990, encontramos uma citação que caracteriza esse fenômeno latino: "En América Latina la propuesta ha tenido un eco significativo debido al cambio en los perfiles de salud, a la crisis económica y a los problemas financieros del sector salud agudizados por la deuda externa que siguió al boom económico de finales del 70 y comienzos del 80" (LOUREIRO, 1990, p.99), proposta esta fundamentada num enfoque multifatorial, baseada no paradigma socio-ecológico da saúde. Faz-se pertinente ressaltar que a efetiva contribuição desse plano tem sido o estímulo as investigações sobre doenças crônicas e em específico "el estudio de la morbilidad y la mortalidad de las enfermedades cardio-vasculares y la

importancia de ciertos factores tales como presión arterial alta, sobrepeso, hábito de fumar e inactividad física" (LOUREIRO, 1990, p.98).

todavia, MELLO, ao se referir, no prefácio do livro "(IM) Previdência Social-60 anos de história da previdência no Brasil", às principais correntes de pensamento - identificadas pelos autores do trabalho - que explicariam e justificariam a política de saúde adotada pelo Governo, concorda que uma dessas tendências estaria "privilegiando, pura e simplesmente, as camadas de população de melhor nível de renda, que, embora minoritárias, são detentoras do poder político" (MELLO, 1985, p.8).

De outra perspectiva, TEMPORÃO alertava para o fato de que a progressiva relevância econômica e política desse setor que se desenvolvia estava determinada pelo "complexo médico-industrial, ou seja, pelo complexo constituído pelas instituições prestadoras de serviços de saúde, pela indústria de equipamentos médico-hospitalares e pela indústria de medicamentos (...)" (p.13). Desse contexto decorre que "Toda essa patologização leva não só a modificar padrões de consumo médico mas, em realidade, determinaria também modificação de padrões de percepção de morbilidade". E complementa: "logo, toda esta imensa informação sanitária levaria à criação de uma nova consciência de necessidades e prioridades em saúde, e portanto a transformar as posturas frente ao corpo e ao adoecer" (TEMPORÃO, 1986, p.17).

Fato ilustrativo pode ser apresentado por BERLINGER, ao discutir sobre "medicina e política" quando demonstra como os sindicatos podem efetivamente, determinar a transformação das causas desencadeadoras das doenças: "Durante quinze anos a pressão popular foi orientada

principalmente para a ampliação da terapia condizente com seguros, não só para obter um mínimo de proteção para as categorias necessitadas (trabalhadores agrícolas, pequenos proprietários rurais, artesãos, etc.), mas também para satisfazer exigências de duvidosa validade. Houve, por exemplo, protestos, campanhas de imprensa, intervenções parlamentares para obter a ampliação do repertório terapêutico do INAM, incluindo todos os remédios existentes no mercado. Esta medida correspondia aos interesses da indústria, que dispensava os médicos do trabalho de escolher somente remédios permitidos, que acrescentava alguns produtos necessários e muitos inúteis e danosos, mas que não melhorava de maneira sensível a atividade terapêutica, não contribuía para

reverter a orientação dos gastos em saúde' (BERLINGER, 1987, p.18).

Não obstante, a medicina tem sido, desde suas origens institucionais na sociedade brasileira, assim como em todo o Ocidente (séculos XIX), uma forma de conhecer - através do organismo humano - o corpo social e também uma forma específica de intervenção política (LUIZ, 1982).

Nesse sentido, os diversos discursos médicos dominantes, numa outra perspectiva, contribuem na mesma direção. Particularmente, o discurso médico científico-tecnológico incorpora essa ideologia hegemônica em vigor. Este, segundo GOODSON (1989), estrutura-se sobre a lógica da tecnologia que, por sua vez, caracteriza-se pela supervalorização do corpo versus a desvalorização da alma: pelo Homem consumidor em lugar do Homem produtor; pelo produto final como ponto de partida do projeto de conhecimento, em lugar daquilo que é conhecido; pela inver-

são entre meios e fins (o Homem tornando-se meio para o funcionamento da instituição, que é o fim); e pela substituição da relação médico-paciente pela relação instituição médica-doença. Em suma, um discurso sem sujeito humano.

É essencial reportarmos a esse contexto, na perspectiva de procedermos a um paralelo com a Educação Física. "E na década de 80 que as atenções e, de uma certa forma, o reconhecimento do valor do exercício regular como benefício para a saúde começavam a ser sentidos pela sociedade (...), o movimento em torno da atividade física tem forçado a profissão a considerar o relacionamento entre a prática de exercícios e a saúde, e até mesmo as necessidades da sociedade" (BARBANTI, 1981, p.8). Concordando com a percepção do autor, teríamos, contudo, duas ressalvas a fazer: primeira, que anteriormente ao período referido, o entendimento e a veiculação da atividade física como benéfica para a saúde já haviam sido explorados; segunda, que a expressão utilizada "até mesmo as necessidades da sociedade", sugere um outro nível de análise da situação que, até então, não tinha sido considerado e que continua relegado a um plano inferior... Esse problema será desenvolvido mais adiante, no momento em que discutirmos sobre as "necessidades".

Diante desse quadro, torna-se possível evidenciar aspectos relevantes que determinam uma outra perspectiva para a relação atividade física/saúde.

Contemporaneamente, a atividade física, ao tempo que canaliza a atenção da sociedade para sua capacidade de delinear corpos saudáveis, fortes, belos, mascara outros determinantes do setor saúde e do quadro

social brasileiro. De outra forma, se superestima o papel de determinação da atividade física em relação a saúde.

Contudo, se até pouco tempo atrás a tônica do discurso enfatizava a atividade física como promotora da saúde, hoje, paralelamente a esse discurso, convive-se com a disseminação de outro que, ganhando cada vez mais espaço, vincula a atividade física ao poder de remediar a doença.

Em outros termos, pouco existe de conclusivo no meio científico relativo à atividade física propiciando a saúde (AMERICAN ACADEMY OF PHYSICAL EDUCATION, 1983). Por outro lado, as sociedades contemporâneas estabelecem um padrão de vida que determina características marcadamente sedentárias (GRANDA & BREILH, 1989). E, nesse sentido, a atividade física seria um "santo remédio".... Ela vem sendo vendida, comercializada como mais uma droga! Temas como "exercícios são tranquilizantes naturais", "exercícios levam ao aumento de LAD - protetoras contra o colesterol" (REV. BOA FORMA, 1986); "mania de prática de esportes é arma importante na luta contra as doenças do sistema cardiovascular" (SEREJCIKAS, 1991) estão diariamente presentes, principalmente, através dos veículos de comunicação de massa (televisão, rádio, jornal e revista). Todavia, esses apelos têm fundamentação científica! PAFFENBARGER (1988), por exemplo, em estudo com a sociedade norte-americana, concluiu que a atividade física em relação com agravos cardiovasculares foi benéfica, independentemente do sexo, hábitos de vida, faixa etária, entre outras variáveis.

Nessa linha, a atividade física não mais previne, mas retarda a manifestação da doença e aqui, especificamente, a doença crônico-degenerativa que tem como determinantes o estresse e a alimentação, dentre outros fatores.

Entretanto, ambos discursos sugerem discussões aprofundadas!

Não negando as diferenças presentes no conceber a atividade física e sua relação com a saúde, nos vários momentos históricos, esses discursos fundamentam-se em uma ideologia - enquanto visão de mundo - que busca ideologizar - no sentido de falsa consciência - a necessidade de atividade física para se conquistar saúde, imputando ao indivíduo essa responsabilidade, uma vez que a estrutura governamental continua não comprometida com o que interessa, a saúde, já que o resto não tem pressa!

Só que fica a pergunta: qual o sentido dessa história?

1.1. Um projeto de governo: "Exercício e Saúde"⁶

Quando fomos em busca de uma proposta diretamente relacionada à atividade física/saúde nos deparamos, entre outras, com essa idéia do "Exercício e Saúde". E então, essa história até aqui contada começa a ter sentido... Trata-se de um programa que reproduz, justamente, o que viemos discutindo.

Em 1986, foi elaborado e veiculado pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) e do Ministério da Saúde pela sua Divisão Nacional de Doenças Crônico-Degenerativas, o material referente ao "Programa Esporte e Saúde MEC/MS".

Estamos falando do "Programa Nacional de Educação Física e Saúde através do Exercício Físico e do Esporte" que até hoje se desenvolve.

Pois então, é um dos projetos de governo de maior dimensão e de maior impacto da área específica. Está diretamente vinculado à idéia da atividade física/saúde. Neste ano de 1993, ele está completando 8 anos de existência. Isso significa que, apesar das mudanças no governo e de suas concepções, ele tem tido força e justificativa suficientes para superar as eventuais dificuldades para o seu "pleno" desenvolvimento.

Na época contou com a coordenação científica de Cláudio Gil Soares de Araújo e com a coordenação pedagógica de Denise Sardinha Mendes Soares de Araújo. De 78 a 81, o Dr. Cláudio Gil Soares de Araújo tinha sido o presidente-eleito do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), além de coordenar o Comitê de Cineantropometria organizado pela mesma entidade. De 81 a 83, ele assumiu a presidência do Colégio.

Entre os vários objetivos que propunha (propõe) esse programa constam: melhorar a qualidade de vida da população através do exercício físico e do esporte; educar e motivar a comunidade para o binômio exercício físico e saúde; fortalecer a educação física e o esporte na escola enfatizando os aspectos de saúde e socialização; incentivar a prática do exercício físico nas empresas; realizar, incentivar e apoiar trabalhos de pesquisa na área do exercício físico e saúde; avaliar os efeitos do exercício físico e do esporte na saúde da comunidade.

A dinâmica de trabalho para implementação dessa proposta foi a idéia de cursos à distância dirigidos a "50 mil professores de Educa-

edu. física", visando capacitá-los em 'Exercício e Saúde'. Qual era a meta? Promover a saúde através do exercício físico e do esporte. Para tanto elaboraram 8 cartilhas que se constituem em 1 guia de estudo e 7 unidades temáticas:

-UNIDADE 1: BASES BIOLÓGICAS DO EXERCÍCIO FÍSICO

Neste tópico, "foram apresentados os principais aspectos morfo-funcionais do corpo humano que se relacionam com o exercício físico".

-UNIDADE 2: CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM MOTORA

Aqui, os termos foram "conceituados e analisados quanto a sua aplicabilidade em situações de exercício físico", na orientação de atividade física na infância.

-UNIDADE 3: METODOLOGIA DO EXERCÍCIO FÍSICO

Os aspectos metodológicos do exercício físico "sistemizam o raciocínio do profissional de exercício, quanto a prescrição, controle, avaliação e planejamento do exercício físico. Foi enfatizada nesta unidade a utilização de técnicas simples, não-sofisticadas, para uso diário na escola, no clube ou em qualquer outra situação de atividade física".

-UNIDADE 4: EXERCÍCIO FÍSICO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Esta unidade foi dirigida para "a utilização do exercício físico na promoção da saúde do homem sadio e do homem doente. Neste sentido, discutiu-se o papel e responsabilidade de cada um dos elementos de uma equipe multidisciplinar de saúde (...), o papel maléfico do sedentarismo, contrastando-o com o efeito da prática regular de exercícios aeróbicos sobre a qualidade e quantidade de vida".

-UNIDADE 5: EXERCÍCIO FÍSICO EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

Crianças, mulheres, idoso ("com destaque para o conceito de idade funcional") e uma "breve discussão sobre o exercício físico no deficiente mental e/ou físico, ressaltando-se o seu valor na promoção da saúde física, mental e social destes indivíduos" foi o conteúdo abordado neste item.

-UNIDADE 6: HIGIENE DO EXERCÍCIO FÍSICO

Aqui se discutiram "as características das instalações e dos materiais adequados para a prática do exercício físico (...), foram analisados os aspectos relativos ao próprio praticante, passando pelo seu equipamento desportivo (especialmente vestimenta), alimentação e hidratação e horários para a prática. Os fatores climáticos (...), a interação entre tabagismo e etilismo com exercício físico também foi comentada no conteúdo da Unidade".

Essa descrição contribui para explicitar o projeto teórico e as reivindicações e objetos de luta que claramente foram colocadas nesta proposta. E, aproveitaríamos para destacar algumas questões, dentre elas:

- o fato de a idéia do exercício físico estar contando com o apoio do Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional de Doenças Crônicas-Degenerativas: não se trata de coincidência nos reportarmos ao "novo" discurso, que surge no período entre as décadas de 70 e 80, no Brasil, relativo à "necessidade" da atividade física devido às doenças, até então, típicas dos países desenvolvidos. Inclusive, no "Relatório sobre a situação social do país", elaborado pelo Núcleo de Estudos de

Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas (NEPP/UNICAMP), em 1987, encontramos uma ressalva a esse projeto, no assunto "controle de doenças degenerativas", quando se refere à dimensão do alcance da proposta, contudo, alertando para o fato de que "essas iniciativas são evidentemente irrelevantes diante da magnitude do problema. ainda que, diante da pouca ênfase historicamente dada pelo Ministério da Saúde às doenças crônico-degenerativas, signifiquem um pequeno avanço" (BRASIL, 1987, p.274). Em outras palavras, a crítica que procede diz respeito ao "descaso" do governo em privilegiar questões do âmbito específico das doenças, ainda que sustente um projeto de provável repercussão;

- esse programa não pressupunha uma interação direta entre o "agente de saúde", o profissional de Educação Física, e a instância de planejamento do curso, tendo em vista ser um curso "à distância". O "conteúdo programático", as avaliações e outros detalhes para compreensão e aproveitamento do curso eram as formas possíveis de interação. Os mentores estavam, fundamentalmente, preocupados com "a abrangência e a aplicabilidade do material estudado", tendo em conta melhorar as condições de utilização do "poderoso instrumento que é o exercício físico" pelo "agente de saúde";

- no que se refere à bibliografia, ela é, predominantemente, americana, e sua temática trata da atividade física na sua "estreita" relação com as doenças. Isso significa que apesar da maioria dos estudos terem sido desenvolvidos em uma sociedade bastante diferente da brasileira - as variações entre indivíduos que vivem numa sociedade "desenvolvida" e os indivíduos que "sobrevivem" numa realidade "periférica" aos paí-

ces. centrais - este fato não foi empecilho para a utilização desses trabalhos como fundamento para o "conteúdo programático". Ou seja, houve em comum, entre essas duas sociedades, a ocorrência de doenças de "Primeiro Mundo", logo, justificativa suficiente e "convvincente" para se utilizar das mesmas estratégias no sentido de remediá-las.

NOTAS:

5 De acordo com FOUCAULT, "... a crescente preocupação com a boa saúde e a vida longa..." (PORTER, 1992, p. 310) surgiu no Iluminismo.

6 Os documentos e os respectivos guias de estudo estão citados na referência: BRASIL, 1987

2. A Educação Física atendendo a que necessidades?

'O futebol surge na Inglaterra no final do século XIX' e, como outros esportes deste período, tem seu desenvolvimento ligado à necessidade da burguesia de construir espaços de convivência próprios, de modo a diferenciar seu comportamento social daqueles ligados à vida operária. A burguesia forma seus clubes, ali pode colocar seus filhos em convivência, falar de negócios e de política longe do povo. Além disso, jogar futebol indica um determinado status, com o qual a burguesia se diferencia dos trabalhadores e luta contra o seu complexo de inferioridade, gerado no seu convívio anterior com a nobreza. Afinal, uma classe <sem modos>, como a burguesia era vista pela nobreza, faz de tudo para se distinguir do <populacho>, mesmo quando a nobreza já é coisa do passado e seus valores subsistem apenas como inércia superestrutural. Daí que o futebol não é permitido aos operários. Quando estes insistem em praticá-lo a burguesia impõe a distinção entre profissionais e amadores. Os primeiros são os atletas, os jovens da burguesia,

os segundos são os operários, que devem praticar tal esporte sem a sofisticação dos primeiros e longe deles. Todavia, o capitalismo crescentemente estabelece novas formas de auto-reprodução do capital; formas modernas de exploração já não se fazem mais somente com a mais-valia absoluta, mas primordialmente com a mais-valia relativa. Essa nova situação cria, pelo menos potencialmente, a redução da jornada de trabalho. Institucionaliza-se a tendência do capitalismo de proporcionar o aumento do tempo-livre. Com isso os operários vão buscar mais educação e mais lazer, e invadem locais até então reservados às elites. O futebol cai na mãos do operariado, se democratiza e se transforma. Mas a burguesia não se preocupa com isso, pois continua a se utilizar para os mesmos fins de distinção social outros esportes como o tênis, golfe, etc. O futebol, associado aos modernos meios de comunicação de massas, se transforma em empresa capitalista e passa a integrar o mundo burguês de outra forma: é a indústria cultural e

de lazer, fonte de rendas e, concomitantemente, fonte de poder, manipulação política e exercício do controle do tempo livre de toda a sociedade. Novamente o futebol se democratiza e se transforma" (GUIRALDELLI, 1990, p.134).

Com essa breve historicização do futebol, o autor supracitado sintetiza o conceito de necessidade implícito nesse parágrafo e que será a definição por nos incorporada, ou seja, a pergunta que se coloca é: qual o contexto que constituiu determinada necessidade?

Nos últimos tempos a sociedade brasileira, de uma forma geral, vem se constituindo em uma provável grande consumidora de atividade física. Muitos são os apelos para transformá-la em "necessidade básica", parece até que o homem está escravizado a ela, sendo esta noção muito difundida pelos veículos de comunicação de massa e, também, pelas áreas afins ao tema - Educação Física e Medicina. Há um esforço organizado para que o indivíduo incorpore e materialize o "pensar e agir" sobre e em função da atividade física.

O que sustenta essa "necessidade" incutida nas infindáveis propagandas em prol da prática física? A saúde... mas, que saúde é essa? A partir dessas questões, inicia-se aqui a nossa empreitada com o intuito de buscar respostas ou, quem sabe, elaborar tantas outras questões!

O termo Educação Física não é neutro. No decorrer da sua existência ele foi sendo definido sob a ótica de determinada sociedade e sinalizado pelo tempo. Contudo, o significado que o termo carrega, implícito nas diferentes concepções, não foge à mera associação com a atividade física de maneira geral. Verifica-se, predominantemente, o entendimento parcial, limitado ao conteúdo de determinada atividade (fazer Educação Física e jogar basquetebol) que, por sua vez, está re-

lacionado às necessidades que foram, historicamente, assumidas pela Educação Física. Na escola, por exemplo, as necessidades variam: "pode ser o adestramento físico, pode ser a performance física, pode ser a <adaptação ao meio social>, pode ser a seleção <natural> dos mais fortes, pode ser a busca do <talento> esportivo..." (SOARES, 1988, p.20).

O conteúdo da Educação Física, sob esse prisma, fica reduzido. Ao nível das políticas e planejamentos de órgãos oficiais, verifica-se uma ênfase limitada à aptidão física. O mesmo se passa na análise da produção científica da comunidade (SILVA, 1990).

A Educação Física concretiza-se através de instâncias públicas (programas de governo para as escolas, parques, praças, laboratórios de pesquisa, campanhas, instituições de ensino superior e instituições militares, dentre outros) e particulares (academias, escolas, clubes e empresas).

Nesse sentido, a Educação Física será analisada sob dois ângulos: do primeiro, como um elemento que integra um sistema maior, na medida em que está diretamente relacionada ao desenvolvimento de toda a sociedade, exercendo e sofrendo influências das demais esferas da vida social. De um segundo ângulo, a Educação Física será compreendida "em si mesma", ou seja, através das comissões, dos conselhos, das entidades, de suas práticas e saberes.

Educação Física e Esporte correspondem a um ramo singular da economia nacional, que se particulariza na divisão social do trabalho, compondo suas próprias instituições e organizações, um conteúdo técnico que lhe é próprio, quadros de especialistas, centros de ensino superior e de investigações científicas.

Porém, ao definir este setor sob o aspecto económico, é imprescindível diferenciar os profissionais que atuam nesta área e os consumidores dos seus serviços. Ou seja, qualquer pessoa pode praticar Educação Física, ou melhor, atividade física, pretendendo os mais variados fins. A ação poderá ser efetivada individualmente, através de jogos coletivos, de grupos de corrida, da pesca, etc.

Contudo, cada uma dessas formas requer gastos de determinados bens materiais (roupa, calçado, material, etc.), tempo disponível e esforços outros (físicos e intelectuais). Desse ponto de vista, o envolvimento com a prática do exercício físico não se diferencia dos processos de consumo de alimentos, do consumo de roupas, do cuidado consigo mesmo. Nesse sentido, justifica-se associá-la, igualmente, ao que se refere ao consumo pessoal.

O consumo, por sua vez, pode se concretizar de modo individual, embora possa também empregar mediadores. Neste último caso, implica uma atividade de atendimento ao consumo pessoal. E daí surge o conceito de serviço. Estes serviços não necessariamente se realizam pelos próprios consumidores, mas por pessoas para as quais a atividade de prestação de serviços é sua atividade de trabalho. Da perspectiva Gramsciana, eles seriam os "funcionários", quando se analisa a relação entre os intelectuais e o mundo da produção: não é uma relação "imediatista, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é mediatizada, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários" (GRAMSCI, 1968, p.10).

A Educação Física, enquanto uma instância particular que produz serviço relacionado ao seu conteúdo, situa-se na esfera não produtiva, já que diretamente não participa da criação do produto social. O resultado de sua atividade não é um bem, mas o serviço. E, nesta linha, é interessante relembrar o conceito de serviço em MARX: "Esta expresión en general no significa otra cosa que aquel valor de consumo particular que brinda este trabajo, similar a cualquier otra mercancía, pero el valor de consumo particular de este trabajo aquí ha recibido la denominación específica de servicio, porque el trabajo presta servicios no en calidad de cosas, sino en calidad de actividad..." (KUZMAK & OSINTSEV, 1987, p.77).

Cabe destacar que a Educação Física é fonte de bens específicos, de serviços que formam e conformam, conjuntamente com os demais bens produzidos por outros setores da sociedade, a qualidade de vida da população. Desse ângulo, a Educação Física realiza uma relevante tarefa não só social, mas também econômica. Os serviços prestados por ela complementam os meios de vida da população, o consumo.

Exemplificando, hoje, boa parte das pessoas que têm condições econômicas para tal frequentam academias de ginástica. Não iremos entrar no mérito dos diferentes motivos que as levam a essa ação. Pois bem, se observamos de que modo se vestem, perceberemos que a maioria está trajando lycra e tênis. Qual motivo? Os mais diversos ...

Imaginemos se esse profissional acreditasse que os frequentadores da academia não necessitam de tênis e de lycra. Que o conteúdo por ele administrado sugerisse pés descalços e roupa ampla, digamos. E se muitos dos profissionais que circulam nas academias, nos parques, treina-

dores, tomassem essa atitude? De antemão, poderíamos elaborar a hipótese de que muitas "cabeças" estariam a rolar...

Uma das sustentações das empresas que fabricam calçados e acessórios "esportivos" é a própria "concepção e prática" do profissional da área. Se essa categoria resolvesse modificar sua conduta diante dessa problemática, diretamente associada ao consumo, os empresários teriam que chamá-los à mesa de negociações, no sentido de negociarem sobre os diversos interesses em jogo. Por que não? ... Voltando a MARX, "En cada momento dado, junto con los objetos de consumo existentes en forma de mercancías, se cuenta con una determinada cantidad de objetos de consumo en forma de servicios. De esta manera, la cantidad total de objetos de consumo siempre resulta mayor que la que era cuando no existían servicios aptos para el consumo" (KUZMAK & OSINTSEV, 1987, p.78).

Seguindo essa lógica, a "eficiência" sócio-econômica da Educação Física torna-se uma questão fundamental, ou seja, discutir o seu grau de influência nos diferentes aspectos da vida social e no desenvolvimento "integral" do indivíduo, assim como o grau de racionalidade na utilização dos recursos destinados pela sociedade para o desenvolvimento da mesma. Aliás, há outra questão, qual seja, o papel da Educação Física na satisfação das necessidades da sociedade - das necessidades do Estado, da empresa, da categoria profissional e do indivíduo.

Do Estado, no sentido de assegurar o desenvolvimento "integral" do indivíduo - atento, é claro, a interesses de outros setores da sociedade - organizando a utilização "adequada" do tempo disponível de forma a não perder de vista a ideia do desenvolvimento "físico" do in-

dividuo, sinônimo de "descanso ativo", apropriando-se, para tanto, dos meios da Educação Física, atendendo assim a uma tarefa social. Da perspectiva da empresa, criando-se as premissas para um trabalho mais produtivo e para o incremento do volume da produção, atendendo a uma tarefa puramente econômica. Da categoria, na medida em que cria mais possibilidades de trabalho. E do indivíduo, porque este acredita que a prática física "compensatória" só tem a contribuir para a sua capacidade "física e mental".

Diante desse quadro a questão dos interesses se torna por demais complexa, na medida que engloba vários determinantes, nem sempre perceptíveis numa análise. Para facilitar a discussão, abordaremos, no próximo item, o contexto da questão sob quatro ângulos, que embora concretamente não estejam divididos entre si, para análise serão tratados separadamente. São eles: 1) em nível nacional e internacional: o predomínio do neoliberalismo como política econômico-social; 2) a publicidade...em conexão com a indústria cultural; 3) o consumo; e 4) a tecnologia no cotidiano do profissional específico.

3. O projeto dominante específico para a Educação Física em consonância com o projeto dominante de sociedade para o Brasil

Como colocamos no item anterior, a idéia neste momento é proceder a reflexão com o intuito de percebermos a sintonia e, conseqüentemente, o que há em comum entre Educação Física e sociedade brasileira. Para tanto, dividimos a discussão em quatro níveis de modo algum desconectados, quais sejam:

1) EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL, O PREDOMÍNIO DO NEOLIBERALISMO COMO POLÍTICA ECONÔMICO-SOCIAL

Alguns economistas entendem o neoliberalismo como "a prática econômica que responde à <acumulação flexível do capital>" (CHAUI, 1992, p.8). Isto corresponde à forma como o capitalismo se desenvolve diante da descentralização e velocidade da produção que, por sua vez, significa o abandono dos grandes projetos industriais, da produção por inteiro, do produto num só projeto. A produção dispersando-se em microempresas e em empresas de serviços e constituição de oligopólios e cartéis; e os estoques abandonando os conceitos de planejamento, funcionalidade e durabilidade dos produtos.

E, por outro lado, o consumo com a prevalência do descartável e do mercado da moda, da diversidade hesitante das situações ocupacionais e alta rotatividade nos empregos devido às rápidas mudanças tecnológicas e também ao grande crescimento do setor de serviços, conseqüência da descentralização da produção e do consumo.

Devido a esta situação da produção, dos serviços e do consumo desemboca-se na chamada "desregulação econômica e de <idolatria do mercado> (marca registrada do neoliberalismo), isto é, a absorção das lutas sociais e políticas pelas leis da dispersão produtiva, ocupacional e de consumo" (CHAUÍ, 1992, p.9). De outra forma, "o mercado aparece como o único capaz de totalizar e generalizar uma sociedade totalmente fragmentada e em ritmo veloz de mudanças (técnicas e tecnológicas)" (CHAUÍ, 1992, p.9).

Nesse sentido, o mercado se constituiria na única possibilidade de racionalidade capaz de operar a sociedade na exata medida em que, lidando com princípios monetaristas e inflacionários, "parece ser o único que responde racionalmente à lógica da dispersão e da velocidade" (CHAUÍ, 1992, p.9). Em outras palavras, "não se percebe que o mercado simplesmente reproduz e reforça essa lógica, pois ao fazer do monetarismo e da inflação seus mecanismos de controle e de regulação reproduz os pressupostos da produção e do consumo" (CHAUÍ, 1992, p.9).

Para a cultura corporal (no caso, a Educação Física e a própria atividade física, esta entendida como a materialização ou como instrumento de expressão da Educação Física), o neoliberalismo significa transformação na indústria e no mercado cultural. Da mesma forma, a indústria cultural corporal se descentraliza, se fragmenta e se dispersa inviabilizando a idéia de identidade cultural.

Paralelamente, torna-se cada vez mais difícil se referir à produção cultural corporal, neste caso, e cada vez mais fácil falar em serviço cultural. Nas últimas décadas, empresas, bancos, instituições de grande porte, formaram "fundações culturais" que prestam "serviços

culturais". Assim, "A indústria cultural se torna cada vez mais a compra de serviços, culturais isolados que são reunidos para formar o <produto> cultural" (CHAUI, 1992, p.11). Da mesma forma que um computador é fabricado em várias partes do mundo e suas peças somente reunidas nas revendedoras, um time de futebol se compõe de jogadores que se formaram em diferentes clubes, às vezes até em diferentes países, encontrando-se apenas para representar um determinado time, em muitos casos numa curta temporada.

De outra perspectiva, o mercado cultural atualmente opera a partir de nova lógica. Se até os anos 70, mais ou menos, ele se apropriava do produto e o colocava para o consumo e a moda, sintonizando o valor desse produto pelo cálculo do custo-benefício, hoje ele é o próprio mercado (o consumo e a moda). Ele "encomenda" o produto, determina seu conteúdo e sua forma, submete-o às exigências dos patrocinadores, previamente definidas, e retira do profissional qualquer desejo de autonomia!

O que é o mercado (em geral, e o cultural corporal, em particular)? "O mercado é o espaço onde os interesses privados dos detentores do capital (em qualquer de suas modalidades - industrial, financeira, renda, serviços, riqueza, etc.) entram em competição e em conflito para se conservar e se perpetuar. A novidade do mercado neoliberal (por isso o "neo") está no fato de que o enfrentamento dos interesses privados não se realiza como competição entre alguns indivíduos ou proprietários, mas entre cartéis, oligopólios e monopólios. Em outras palavras, o grau de privatização dos interesses se tornou muitíssimo maior. A privatização nesta escala atinge a cultura: cartéis, oligopó-

rios e monopólios dominam a indústria e o mercado culturais" (CHAUÍ, 1992, p.12).

No âmbito político geral, o neoliberalismo denota "o encolhimento do espaço público (Estado, sociedade política, sociedade civil, opinião pública) ou a diminuição da república, da coisa pública (estatal e não estatal, social) e o alargamento do espaço privado dos interesses (o mercado)" (CHAUÍ, 1992, p.13). Por outro lado, a característica do espaço público "moderno" é "a idéia dos direitos (sociais, civis, políticos)"; a característica do espaço privado "moderno" é "a idéia dos interesses (econômicos, sociais, políticos)".

Como a instituição escolar e/ou o profissional de Educação Física podem lidar com uma realidade (por exemplo, dentro do espaço escolar) e, em decorrência, com um determinado conteúdo, com um determinado público, se a política pública institucional privilegia as instituições de iniciativa privada (academia, clube, etc.)?

Exemplificando, é rotina no interior da escola e diante da disciplina Educação Física o aluno requerer dispensa da aula (alegando os mais diferentes motivos), muitas vezes, até para frequentar, horas depois, a academia "da esquina". E aí, várias questões se colocam: desde aquelas relativas à qualidade da aula que o profissional propõe (conteúdo, competência, etc.), até pelo fato de que ao compor um universo amplamente "desejado" - no que se refere ao comportamento, frequentar uma academia - o indivíduo torna-se mais facilmente aceito socialmente, na medida em que se "submete" a determinados padrões entendidos pela sociedade como "necessários" à sua "saudável" sobrevivência...

Quer dizer, em que medida nós, profissionais de Educação Física, somos potencialmente capazes de interferir nessa realidade de modo a reivindicar e negociar interesses outros que não estariam hoje contemplados nesse universo econômico, político e social?

2) A PUBLICIDADE ... EM CONEXÃO COM A INDÚSTRIA CULTURAL

Embora a publicidade tenha sua origem na antiguidade (Grécia, quando se faziam anúncios dos escravos, por exemplo), é no capitalismo (século XIX e, principalmente, XX) que ela vai efetivamente se desenvolver. Contudo, é somente no final dos anos 50 que foi sistematizada a primeira denúncia sobre o caráter de manipulação da publicidade.

PACKARD (1965) vai estudar, analisar e elaborar o que ele denominou de "estratégia do desperdício", promovendo uma crítica à publicidade, partindo do pressuposto de que se produz mais do que se vende. As nove estratégias manipuladoras seriam: 1) a idéia de que sempre tem lugar para mais; 2) a idéia fundamentada pelo "espírito" de jogar fora, do descartável; 3) as formas de obsolescência da função "planejada"; 4) as formas de obsolescência da função da qualidade; 5) as formas de obsolescência da desejabilidade; 6) a idéia do progresso através do caos; 7) a idéia das vendas a crédito, dos cartões de crédito; 8) a promoção do hedonismo; e 9) a estimulação do mercado jovem.

Cabe ressaltar que não existe nenhum poder mágico da publicidade para que ela seja correspondida no seu objetivo que é vender. O que acontece é que essas estratégias são possíveis na medida em que certos produtos vão solucionar determinados problemas. Problemas estes, na sua maioria, também "planejados".

E nos anos 70, particularmente, que se percebe uma reprodução dessa lógica nesses moldes, porém, já com alguns efeitos da dinâmica de expansão de outros países.

BARAN & SWEEZY (1972) aprofundam a discussão ao explicar o mecanismo de funcionamento da publicidade. Eles colocam que a publicidade vai sempre trabalhar no reforço dos desejos, fundamentados nos valores dominantes e nas atitudes pré-existentes. Nesse sentido, a relação da publicidade com a "massa" não é uma relação de causa-efeito simples.

Sob outro enfoque, LAZARSFELD & MERTON (1975) entendem a publicidade a partir da idéia de que ela "ajudaria" o consumidor a racionalizar os seus gastos. Nessa linha, a tendência tem sido na direção de se investir na pós-venda, ou no reforço da compra; e na publicidade conservadora, no caso, para se atingir um maior número de consumidores, pensando na sociedade de massa.

De que forma se insere a Indústria Cultural nesse contexto?

A indústria cultural opera numa sociedade previamente alienada pelo trabalho, e no momento do não trabalho - quando esse ciclo se fecha - continua também alienada. Ela se desenvolve e produz a partir da mesma lógica da grande empresa. Produz em massa. Visa a maximização do capital. E pode promover a fragmentação do trabalho.

A definição de indústria cultural não se aplica a uma empresa, mas a um conglomerado de comunicação, por exemplo, que pode abarcar uma rede de televisão, jornais, etc. que conformam, no seu conjunto, um sistema que está, de alguma forma e em quase todos os lugares, representado.

No caso específico da cultura corporal, a lógica capitalista determina que o movimento corporal humano também tem que se "materializar" para se modificar em produto de consumo. Nesta direção, através da TV, do vídeo, enfim, da mídia, o sistema capitalista almeja a mercadorização das atividades que, a princípio, pareciam resistentes. Logo, "à medida que o movimento corporal humano se mercadoriza ele se violenta, ganha outros contornos, provoca outras subjetividades em seus praticantes e em seus assistentes, forja outra corporeidade, constroi novos padrões de estética, de eficiência, etc. O movimento corporal humano enquanto mercadoria é outro movimento corporal humano, ganha novas características pois se forja dentro de outra perspectiva" (GHIRALDELLI, 1990, p.199).

A mídia determina "o gosto" dentro das leis do mercado. E GHIRALDELLI exemplifica, de forma bastante clara, com o fenômeno da aeróbica: "Neste caso não se trata de um processo onde a realidade das relações sociais capitalistas transformam o movimento corporal humano de uma situação não integrada ao capitalismo para uma situação de integração. Trata-se, sim, de um processo onde ele se transforma à medida que o próprio mercado vai exigindo sua adequação cada vez mais completa aos padrões estéticos, a uma universalização de subjetividade, etc. e outras uniformidades próprias de qualquer movimento corporal humano que se formaliza ..." (GHIRALDELLI, 1990, p.199).

Nesse sentido, a atividade física enquanto mercadoria veiculada pelos meios de comunicação de massa, aquela imediatamente transformada em mercadoria, tende, a nosso ver, também "a assumir (como já acontece em maior escala em outros países, por exemplo nos EUA) as caracterís-

ticas dos empreendimentos do setor produtivo ou de prestação de serviços capitalistas, ou seja, empreendimentos com fins lucrativos, com proprietários e vendedores da força de trabalho, submetida às leis do <mercado>" (BRACHT, 1989, p.89).

Aliás, não poderíamos deixar de nos referir à ADORNO (1975) sobre essa questão: ele defende a idéia de que toda a esfera da cultura viveu um momento de falsa libertação, haja vista que ela acaba caindo nas malhas do mercado. Em outras palavras, a cultura vive uma falsa emancipação porque ela cai na esfera do mercado e se industrializa e, nesse exato momento, ela deixa de ser cultura. A cultura que é matéria-prima da indústria cultural, para ADORNO (1975), já não é cultura.

E, a partir dessa colocação, o que pensar a respeito da cultura corporal? Será que ainda poderíamos denominá-la de cultura, tendo em vista a sua apropriação pela indústria cultural?

Por outro lado é inegável a capacidade de envolvimento, de motivação que, particularmente, a TV consegue transmitir. A mensagem não só mostra mas também possibilita um certo nível de "sensação" de como, por exemplo, é fácil andar de bicicleta, para crianças e velhos, homens e mulheres - o que nada mais é do que um padrão de comportamento - de forma agradável e cativante, mascarando o cotidiano tenso, indiferente, isolado e massacrante tanto para uns como para outros....

E o que dizer do sujeito nesse processo? Existe um sujeito?

BAUDRILLARD (1985), por exemplo, quando discute indústria cultural, coloca que esta, ao reproduzir um sistema cada vez mais engrenado, que transforma a cultura em ideologia e que se reproduz em série, numa profusão de difusão das aparências, não abarca um sujeito social que possa conduzir uma mudança.

ADORNO concorda com BAUDRILLARD (1985) em termos: para ele ainda se tem o sujeito, enquanto beneficiário das circunstâncias, do contexto, embora esse sujeito não seja concebido como realizador de transformação, de mudança.

Diferentemente dos dois autores anteriormente citados, WRIGHT MILLS (1968) acredita num sujeito que promove e não só se beneficia da mudança.

Para formularem esses conceitos de sujeito, tais autores partem da análise do consumo na perspectiva de uma sociedade "de massa". Para ADORNO (1986), existe o comportamento assumido, algo que é produzido socialmente, e existem as vítimas do processo de fetichização. Por sua vez, BAUDRILLARD (1985) rejeita a idéia de alienação para as massas, a massa, segundo ele, possui a característica de neutralidade, na medida em que ela absorve indiscriminadamente e é indiferente. Para WRIGHT MILLS (1968), no período do capitalismo concorrencial houve uma transformação do PÚBLICO em MASSA.

Aliás, para WRIGHT MILLS (1968), a base de ascensão da "elite" no poder é a massificação da sociedade. E o homem "massa" não experimenta a participação política. Nas organizações voluntárias, por exemplo, se tem uma burocratização vindo do alto e pouco poder, por parte das massas, nas grandes decisões. Quem controla esse processo? A educação e os meios de comunicação de massa. E aí, o público se transforma em mercado!

O autor supracitado alerta também para o fato de que a concorrência entre os meios de comunicação é aparente, porque eles funcionam dentro da mesma lógica e, além disso, as pessoas não ficam comparando

as informações. Por outro lado, o volume de informações é grande, e estas são fragmentadas e chegam desconectadas. A conexão ? o público não consegue fazer.

O fato é que a mídia controla ... e a educação, que poderia ser a contraposição, não o é, porque também se massifica. Ela vira um elevador de ascensão social, e, do ponto de vista político, ela é conservadora pelo fato de adaptar o homem a um certo estilo de vida (no próprio processo de democratização se constrói a massificação, já que a formação está direcionada para se entrar numa engrenagem, ou melhor, não há formação de valores).

Voltando ao nosso objeto de investigação, detectamos uma profusão de artigos e reportagens nos jornais, que discutem ou abordam a questão da atividade física na sua relação com a saúde, algumas vezes de forma simplista, outras destituída de uma percepção crítica. Exemplificando, de que modo nos colocarmos diante de um artigo sobre atividade física no "Caderno Saúde" de um jornal?

Com relação à opinião pública, percebemos uma aceitação tácita a esse mito. E poderíamos supor que lhe faltam elementos que a instrumentalizem na formulação de uma análise crítica diante desse contexto. Mas qual seria a contraposição elaborada pelo profissional de Educação Física no que se refere, especificamente, à essa idéia da atividade física/saúde reproduzida pelos veículos de comunicação "de massa", já que corresponde ao fundamento do projeto dominante para a área? Poderíamos enquadrá-lo, ou identificá-lo, compondo essa parcela da sociedade "afastada", digamos assim, da possibilidade de articular, ou de participar, dessa específica transformação?

3) O CONSUMO

Em contrapartida à Revolução Industrial ocorreu a Revolução do Consumo, ou melhor, uma Revolução Cultural. Essa discussão é relativamente recente, contudo, MC CRACKEN (1990) a desenvolveu fazendo duas críticas: uma, relativa ao comportamento do consumidor (seu individualismo); outra, relativa às teorias (positivista, utilitarista, etc.)

O autor acima citado coloca que com a Revolução Industrial surgem os conceitos de tecnologia, de mídia, de moda, etc. que carregam consigo a idéia da obsolescência dos produtos. Esse fato acarreta algumas mudanças diretamente ligadas ao conceito de consumo, dentre elas, do consumo não imediato se transita para o imediato; a produção de excedente determina a necessidade de se mercantilizar o produto; e ocorre também uma reivindicação de estilo.

Quer dizer, a mudança do durável para o não durável, por exemplo, e, acima de tudo, uma mudança de atitude, de padrão cultural, que, por sua vez, passa a exigir mais tempo e mais dinheiro do consumidor.

O consumo se torna um fato social permanente e se diversifica em: elitista, burguês, de massa e democrático, segundo ARRUDA, citada por MC CRACKEN (1990). Surgem as lojas de departamentos e as técnicas de mercado. Os sonhos de consumo estão expostos ... nas vitrines. Não vai haver obrigatoriedade de comprar. Estética, tempo de consumo e lazer começam a ser as preocupações.

MC CRACKEN (1990) alerta para uma questão bastante interessante, no nosso ponto de vista, qual seja, nós nunca compramos só um bem. Ou seja, a unidade não é um produto, na medida em que os bens estão sempre associados uns com os outros. Eles têm significados e compatibilidades com determinados objetos e estilos e com certos produtos.

Particularmente, na década de 80, a lógica capitalista cria a necessidade de se destacar os produtos, e surge a "griffe". As marcas são um símbolo de distinção. No período "Pós-Moderno" a necessidade passa a ser a variação dos símbolos.

A moda sugere outros gostos, a "novidade" se torna a grande vedete. Há explosão do comportamento imitativo que, por sua vez, sugere inovações constantes na própria moda. Novas distinções, as diferenças se dão pela moda.

4)A TECNOLOGIA NO COTIDIANO DO PROFISSIONAL ESPECÍFICO

Para refletirmos sobre o papel da tecnologia nesse contexto, faz-se necessário nos reportarmos há não muito tempo atrás, momento em que se discutia sobre o processo de mecanização. Sobre esse assunto recorreremos à BRAVERMAN (1980), quando elabora a seguinte questão: quando é que vale a pena implementar o processo de mecanização? E responde: quando o valor da máquina é menor que o valor da quantidade de trabalho que ela substitui. E, para o capitalista, quando o valor da máquina é menor do que a quantidade de trabalho pago que ela substitui.

E indagariamos aqui: será que a tecnologia (equipamentos e informática) que invadiu os espaços de lazer substituiu o profissional de Educação Física? Era esse o seu objetivo? A que interesses ela veio atender? E a quais as necessidades veio satisfazer?

Por outro lado, não podemos nos esquecer do conceito de alienação implícito nessa questão. MOTTA (1991), no seu estudo sobre a "Teoria Geral da Administração", nos alerta para o fato de que o papel do "Taylorismo" é determinante nesse movimento de fragmentação do proces-

so de trabalho, tendo em vista que ele aprofunda e dicotomiza em tal grau a participação do trabalhador na elaboração do seu produto que este vai perder, mais tarde, a maneira pela qual vai realizar a sua tarefa. E aqui podemos incluir já a destituição do trabalho intelectual, na medida em que esse trabalho vai ser assumido pela "administração científica", conforme nomeia MOTTA.

Será que aqui não estaria a origem da alienação de uma parcela dessa categoria profissional, na medida em que ela se fragmenta e percebe o seu trabalho fragmentado? Teria sentido levantarmos a hipótese de que esse determinado profissional não se viu atingido por essas mudanças mais amplas já que está isolado do processo de planejamento, do momento de decisão, seja na escola, na empresa, enfim, no espaço público ou privado de trabalho?

A Revolução Industrial surge para superar a capacidade física do trabalhador. A Revolução Informática, mais recentemente, busca superar os limites da capacidade de administrar as estruturas (burocráticas e técnicas). Se esse profissional não as administra, e se possui um domínio técnico específico ainda não totalmente apropriado pelo capitalista, ele se perceberia atingido, no caso, pelas novidades tecnológicas?

Nessa direção, a sociedade que emerge constitui-se de características que lhe são peculiares, entre elas tem-se que é pouco visível o caráter capitalista de sociedade, tendo em perspectiva o momento em que se maximizou o modo de produção capitalista; a figura do patrão também se partiu, agora entra em cena o computador, a tecnoestrutura, etc.

Ou seja, a figura do capitalista se desloca do empresário para a empresa. Há uma incomensurável especialização das máquinas e das pessoas. Ocorre uma massificação dos estilos de vida, paralelamente à produção standartizada. E aqui é que estão as raízes da sociedade de massa e da sociedade de consumo. WRIGHT MILLS (1968) fala em massificação em concordância com a elitização do poder. Em outras palavras, aumenta o número de pessoas com menor capacidade de percepção de conjunto ...

Retornando ao mito "atividade física/saúde", se a sua justificativa passa pela idéia do consumo direto, na perspectiva da atividade física enquanto mercadoria de um serviço: e indireto, no sentido de implicar a compra de determinado material ou equipamento que "permita" a prática de determinada atividade, fica perceptível o papel da tecnologia nessa lógica.

Se antes determinados equipamentos de ginástica eram os apelos mais frequentes para a necessidade de se usufruir dos serviços das academias, hoje convivemos com uma outra idéia a respeito deles: "adquira um aparelho de ginástica, você não terá o desconforto de sair da própria casa para entrar em forma!"

De que maneira o profissional enfrenta essas diferentes formas de se abordar o público? Ele percebe o caráter manipulatório? Arriscando formular uma hipótese, provavelmente, vai ocorrer uma tendência do profissional em oferecer serviços particulares, em casa, para corresponder à lógica do mercado e ao mercado de trabalho....

O fato é que a tecnologia interfere nas relações mais amplas que se estabelecem na sociedade e a definem, assim como na realidade con-

creta em que, enquanto profissionais, atuamos, seja na academia, na universidade, numa praça pública, numa escola particular, etc. Se não estivermos atentos à sua evolução perderemos o fio da história, por um lado, e, por outro, estaremos à margem da possibilidade de cooperar no processo de transformação de nossa sociedade ...

Os grandes avanços da biomecânica, da fisiologia do esforço, entre outras disciplinas - pelas quais nossos conhecimentos foram, prioritariamente fundamentados - sustentam a produção do conhecimento que, por sua vez, resulta, por exemplo, no aperfeiçoamento de um gesto técnico no atletismo que determina os "records" olímpicos.

Pesquisando a Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (RBCE), identificamos a predominância, quantitativamente falando, de artigos relativos a preocupações com os atletas, ao treinamento e a procedimentos avaliativos de capacidade aeróbica, principalmente até o período de 84. Nesse sentido, o interesse pela ciência aplicada reflete e reproduz a política de Ciência e Tecnologia que estimula a sociedade capitalista, a política neoliberal.

Se até então era perceptível associar esses conhecimentos ao esporte "espetáculo", por exemplo, cada vez fica mais fácil estabelecer outras conexões, particularmente, com a atividade física desenvolvida no lazer: as práticas desenvolvidas nas academias podem se constituir num exemplo. Aliás, cabe aqui nos reportarmos, mais uma vez, à BRAVERMAN (1980), que já falava da voracidade do capital ao "comer" também o lazer...

A influência desse conhecimento aplicado e do desenvolvimento tecnológico perpetua-se via: formação acrítica de técnicos e pesquisa-

cores na área: público consumidor; e dificuldade de veiculação de "concepções e práticas" não hegemônicas, que partem de um referencial teórico-metodológico não comprometido com essa lógica de mercado.

As consequências da tecnologia determinam um ritmo para as atividades de lazer muito próximo do ritmo exigido no trabalho. O lidar com as máquinas, com o equipamento e, mais recentemente, com a informática na indústria não se distancia muito de um programa de musculação ou de um treinamento físico dirigido.

Nessa linha, o mundo do trabalho, da produção, da tecnologia invade o mundo do lazer, e a atividade física tem sido um dos instrumentos que viabiliza essa ação. Por outro lado, o profissional "distante" dessa realidade tem reproduzido e legitimado esse modelo. Estaríamos enganados? Poderia esse profissional sentir-se "sem saída" diante dessa lógica, ainda que inserido nela?

No que se refere à incorporação dos equipamentos e das inovações tecnológicas, ao contrário do verificado em outras áreas, aparentemente não há grandes modificações numéricas e qualitativas de força de trabalho. E surge a questão: Não seria porque, mesmo sem capacidade financeira para montar o seu próprio negócio ou trabalhar numa academia informatizada, por exemplo, os profissionais de Educação Física continuam detendo "o monopólio" do saber?

Não podemos nos esquecer de que essa categoria profissional supostamente define quando e como utilizar o material e equipamento, já que seria a responsável pela "adesão" da clientela e interpretação, por exemplo, dos resultados dos testes aplicados para detectar capacidade aeróbica do indivíduo, procedimento usual na avaliação de limites físicos.

Dessa forma, fica evidente que o profissional que trabalha com a atividade física desenvolvida no lazer, apesar da crescente especialização e divisão de tarefas (o professor que trabalha com "step", aeróbica; outro que é especialista em alguma modalidade; o treinador, que assume tarefas diferentes do técnico; etc.), muito pouco tem em comum com o trabalhador de uma linha de montagem - e aqui faríamos uma ressalva à prática da musculação em que os movimentos/exercícios são sempre os mesmos, a depender do equipamento - onde se exige a sua adaptação ao ritmo e à lógica da máquina.

Enfim, o fato é que as mudanças tecnológicas, por sua vez, vão determinando outras maneiras de se consumir ... e, de uma certa forma, o profissional participa nisso. Mas essa é uma outra história...

IV. O POSICIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DIANTE DESSE CONTEXTO

1. De que "sujeito" se fala: definindo o perfil desse profissional

1.1. Sobre o conceito de "sujeito"

Sem dúvida essa é uma discussão bastante polêmica. Contudo, para abordar os diferentes posicionamentos da categoria dos profissionais afins com a Educação Física, fundamentamo-nos, especificamente, no conceito de "sujeito" de dois autores: SADER (1988) e GUATTARI (1986).

A opção se deve pelo fato de o primeiro autor entender a questão dos movimentos sociais como determinantes na constituição de um "novo" sujeito social e histórico, e, do segundo, por entender que "uma micropolítica de transformação molecular passa por um questionamento radical dessas noções de indivíduo, como referente geral dos processos de subjetivação" (GUATTARI, 1986, p.32).

Aliás, seria prudente colocar desde já que GUATTARI (1986) não trabalha com o conceito de sujeito "em si" mas prefere falar em "agenciamento coletivo de enunciação" que "não corresponde nem a uma entidade individuada, nem a uma entidade social predeterminada" (GUATTARI, 1986, p.31).

GUATTARI (1986) percorre um caminho diferente para perceber esse sujeito. Dentro da lógica capitalista de sociedade ele recoloca essa discussão, ao nosso ver, de forma inovadora e interessante para a análise do objeto em que neste trabalho nos detivemos.

Para ele, o sujeito é uma "subjetividade de natureza industrial, maquinica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida" (GUATTARI, 1986, p.25). Por sua vez, a subjetividade é resultado dos agenciamentos de enunciação.

Aproximando esse conceito formulado pelo autor a algumas das categorias analíticas selecionadas por nós no desenvolvimento desta pesquisa, ressaltaríamos, particularmente, o papel da tecnologia e da mídia na produção dessa subjetividade. Ou seja, o papel dessas instâncias na formação da subjetividade, logo, do sujeito.

Por sua vez, SADER (1988) define a noção de sujeito relacionada a um projeto e igualmente vinculada à idéia de autonomia. Autonomia, por sua vez, pressupondo um sujeito influenciado por determinações externas em constante exercício de rearticulá-las, com o intuito de concretizar seu projeto.

Pensando num sujeito coletivo, ainda segundo SADER, "nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui" (SADER, 1988, p.58).

Na perspectiva da instituição, portanto, estaremos nos referindo a um sujeito coletivo "no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas" (SADER, 1988, p.55).

1.2. Características do profissional vinculado à Educação Física

Quando nos interrogamos sobre "concepção e prática" da categoria do profissional de Educação Física com o intuito de analisarmos os seus posicionamentos, cabe caracterizarmos esse grupo: quem compõe essa categoria? qual a sua formação? quais as suas formas de inserção no mercado de trabalho? quais as suas instâncias de representação?, dentre outras questões, particularmente tendo em vista que a Educação Física, enquanto área de atuação e investigação, tem uma história bastante recente em comparação com outros campos do conhecimento.

Entre as várias possibilidades de análise no que se refere as suas formas de intervenção, seria pertinente destacar - alertando para a dinamicidade de inter-relação dessas instâncias - que:

- a maior parcela dessa categoria profissional, que atua nas universidades e faculdades, ou seja, que tem formado os profissionais, constituiu sua formação em outras áreas, tais como Fisiologia, Medicina, Filosofia, etc., com predominância de médicos e biólogos. Esse dado é muito significativo. Somente agora começam a se formar na Educação Física os profissionais que irão atuar nesses mesmos espaços e que irão coordenar projetos a serem encaminhados aos órgãos de fomento.

Sob outro aspecto, é somente por volta da década de 70 que se implementam cursos de Pós-Graduação, em nível de mestrado, em Educação Física no Brasil. Cursos em nível de doutorado atualmente existem apenas dois no país. Programas de pós-graduação que viabilizarão a formação e a titulação de profissionais da própria área de inserção;

- a capacidade organizativa da categoria é fragil. Há algumas instâncias de articulação: uma mais ampla, em que também se inserem profissionais de Educação Física, qual seja, a dos Trabalhadores em Educação: o Núcleo de Estudos e Debates em Educação Física (NEDEF); e a Federação Brasileira de Associações de Profissionais de Educação Física (FBAPEF), cuja grande luta tem sido a própria organização interna e externa da entidade, como pudemos confirmar através de um "balanço da gestão 91/93, publicado pelo órgão de divulgação da instituição em fevereiro de 1993, destacando como questões polêmicas "a unificação dos trabalhadores em educação", e a "estrutura e funcionamento da FBAPEF". Aliás, questões essas abordadas no mesmo patamar da discussão da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Com caráter científico, existem dois ou três organismos mais ativos que congregam profissionais da área e afins, como o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), por exemplo, que ao longo da sua história tem atuado e interferido em questões relativas, direta ou indiretamente, à corporação. Mais adiante, voltaremos a nos referir ao Colégio tendo em conta que essa foi a entidade eleita por nós para identificação de "concepções e práticas" da categoria;

- a grande maioria dos alunos formados em Educação Física vão atuar junto às escolas da rede pública e particular. Uma outra parcela encontra-se nas academias (de musculação, de aeróbica, etc.). Há aqueles que montam o seu próprio negócio. E percebe-se também, nos últimos tempos, uma tendência para a continuidade na formação tendo em vista a carreira acadêmica: são aqueles que hoje estariam dentro da universi-

dade como professores efetivos ou vinculados à pós-graduação. Portanto, são profissionais que dividem o seu tempo de trabalho entre emprego assalariado (escola, universidade, etc.) e atividades de produção de serviços (academias, clínicas, empresas, etc.);

- a formação predominante dessa categoria, portanto, está fundamentada nas ciências biológicas. A própria história da Educação Física brasileira, seu momento de implantação e desenvolvimento reflete esse dado, ou seja, foram profissionais principalmente da área médica que materializaram a proposta "original" do papel a ser assumido pela Educação Física:

- no caso específico dessa categoria, não ocorreu uma fragmentação total das suas funções, devido ao modo como se organiza o seu trabalho e ao papel preponderante do saber técnico. Diante disso, podemos afirmar que foi poupado um certo grau de autonomia desse profissional, particularmente dos "técnicos" com formação universitária.

De outro modo, diante de sua autonomia técnica, podemos considerá-lo um produtor autônomo, na medida em que ele se insere no "livre" mercado, com "livre" honorário e, muitas vezes, é proprietário dos meios de trabalho.

2. As tendências na Educação Física

2.1. Algumas tipologias encontradas na literatura

Todas essas características determinaram e continuam definindo um perfil específico de profissional que foi possível identificarmos através dos estudos da área que se detiveram na tarefa de situar e demarcar tendências ou correntes.

Particularmente, MEDINA (1983), CASTELLANI (1988) e GUIRALDELLI (1990) elaboraram análises que se constituem referências. Em síntese, demarcaram conceitos fundamentais para o esclarecimento e o entendimento dos pressupostos teóricos e metodológicos que sustentaram (sustentam) concepções e práticas dos profissionais específicos e afins.

Segundo MEDINA, existem três concepções fundamentais da Educação Física:

1) a Educação Física convencional, amparada no ponto de vista do senso comum, influenciada pela tradição e pela pedagogia tradicional. Dentre as características que prevalecem nessa perspectiva destacaríamos a desvalorização do corpo na medida em que o circunscreve nos limites do campo biológico e de modo a fragmentá-lo. Os aspectos físicos da saúde e o rendimento estão privilegiados enquanto objetivos. Os profissionais que aqui se enquadram sentem-se "muitas vezes constrangidos ao assumirem o papel de educadores, desvalorizando-se a si próprios e sendo desvalorizados pela comunidade na qual trabalham" (MEDINA, 1983, p.78). Para eles, "a Educação Física se constitui numa <educação do físico>" (MEDINA, 1983, p.78). Os profissionais com esse perfil "são

totalmente envolvidos pelos seus contextos existenciais ou, em outras palavras, pelo meio em que vivem. São objetos, e não sujeitos de sua própria história" (MEDINA, 1983, p.79);

2) a Educação Física modernizadora, que considera a Educação Física como uma "educação através do físico". Assume a dualidade corpo e mente, logo, concebe também a necessidade de se trabalhar o lado psicológico do indivíduo (no sentido individual). Aliás, as mudanças ocorrem neste plano. Ela sustenta "o privilégio dos que podem, mascarando as desigualdades entre os homens" (MEDINA, 1983, p.80). Os portadores desse entendimento não são "donos de seu próprio processo histórico (...), são de certa forma dominados pelo mundo" (MEDINA, 1983, p.81). A noção de saúde aqui privilegia o físico e o mental "superando", portanto, a concepção anterior;

3) a Educação Física revolucionária, como a mais abrangente. O corpo é o próprio homem, no seu todo. A Educação Física é compreendida como uma "educação do movimento" e, concomitantemente, como uma "educação pelo movimento". Ela se define como "a arte e a ciência do movimento humano que, através de atividades específicas, auxiliam no desenvolvimento integral dos seres humanos, renovando-os e transformando-os no sentido de sua auto-realização e em conformidade com a própria realização de uma sociedade mais justa e livre" (MEDINA, 1983, p.81). Os partidários dessa concepção são considerados "agentes de renovação e transformação" da sociedade, porque agem sobre determinismos e condicionamentos. Os aspectos político e econômico se acentuam aqui, como pontos "de passagem ao crescimento humano" (MEDINA, 1983, p.82).

Na perspectiva de CASTELLANI, também três seriam as tendências identificadas no contexto da Educação Física no Brasil:

1) a Biológica, que privilegia a performance esportiva, a produtividade, eficiência e eficácia enquanto objetivos. Nesse sentido, compreende o Homem "biológico" em movimento dissociado do seu caráter antropológico. "Percebe saúde somente em seus aspectos biofisiológicos, não acompanhando o conceito difundido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que trabalha a idéia de "saúde social" (CASTELLANI, 1988, p.218);

2) a Psico-pedagógica, que se caracteriza pela análise das instituições enquanto sistemas fechados, assim como procede a análises a-históricas do Homem como independente de influências das relações sociais de produção. "Tal reducionismo psico-pedagógico responde, na Educação Física, às imposições decorrentes da <Teoria do Capital Humano> - que encontrou eco nas políticas educacionais brasileiras, notadamente em fins da década de 60, início da de 70 - uma das responsáveis pela observância do predomínio das concepções pedagógicas de cunho <tecnicista>, que primam pelo seu caráter fomentador de formação acrítica, tão-somente centrada na busca da capacitação técnico-profissionalizante, originária de mão-de-obra qualificada" (CASTELLANI, 1988, p.219);

3) a concepção Histórico-Crítica de Filosofia de Educação entende o movimento como o elemento da Educação Física, constituído por uma dimensão humana. Logo, o Homem é concebido como "um ser eminentemente cultural e o movimento humano, por conseguinte, representa um fator de cultura, ao mesmo tempo em que também se apresenta como seu resultado" (CASTELLANI, 1988, p.220). Os aspectos sócio-antropológicos do movi-

mento humano se destacam. O corpo aqui representa a possibilidade de expressão de determinado <discurso> hegemônico de uma época e dar conta desse <discurso> "é condição para que ele possa vir a participar do processo de construção do seu tempo (...)" (CASTELLANI, 1988, p.221).

Na perspectiva de GHIRALDELLI há duas tendências do pensamento moderno e contemporâneo que sustentam as concepções e práticas "inovadoras" em Educação Física: a racionalista e a anti-racionalista. Para o autor, ambas vão ao encontro da Educação Física "Tradicional", mas com preocupações diferentes. A primeira é crítica. A segunda busca "conscientizar" e está atenta ao "prazer".

A crítica que o autor acima citado elabora sobre elas perpassa os caminhos que as legitimaram no contexto da Educação Física. Para ele, ambas souberam identificar o objeto e instrumento da Educação Física, o movimento corporal humano. Contudo, se a primeira o condena, na medida em que a aula de Educação Física se transforma numa aula sobre o movimento e não mais com movimento, a segunda percorre o outro extremo ao fazer uma "apologia de situações espontaneístas" (GHIRALDELLI, 1990, p.198), ou seja, a aula trabalha o "movimento livre", as "práticas alternativas" e, não raro, "sucumbem paradoxalmente a certas psicologias que fazem a inversão entre forma e conteúdo" (GHIRALDELLI, 1990, p.198).

Assim, as duas tendências perdem o movimento corporal humano quando o encontram. A saída, para o autor, seria deslocar a análise do âmbito da "crítica da razão pura" para a "crítica da economia política", para, dessa forma, sairmos da "discussão sobre os condicionamentos <internos> do nosso objeto de estudo - o movimento corporal humano

da Educação Física - e entrarmos pelos condicionamentos histórico-sociais que a sociedade atual em suas instâncias mais desenvolvidas coloca no processo de consubstanciamento das técnicas, padrões, estilos do movimento corporal" (GHIRALDELLI, 1990, p.198).

Em termos concretos, isso representa, no nível da concepção e práticas, a necessidade de articular "os estudos que venham a historicizar os conteúdos - captando, para cada um deles, suas transformações reais nesse processo de mercadorização do movimento corporal humano - e as experiências nos campos, quadras, etc., que possam reproduzir (ainda que, necessariamente, de forma <artificial>) os estágios de desenvolvimento de cada conteúdo durante esse processo" (GHIRALDELLI, 1990, p.199). De outra forma, coloca o autor, "trata-se de fazer uma espécie de historicização <prática>, buscando diferenciar objetivamente as situações subjetivas geradas pelo movimento corporal humano em seu processo de integração-resistência as determinações do mercado" (GHIRALDELLI, 1990, p.199).

2.2. As tendências da "instituição": o CBCE

A maior parte dessa discussão, senão toda ela, foi construída a partir da visão do profissional que, de alguma forma, participou, efetivamente, no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

Fundado em 17 de setembro de 1978, o CBCE é uma sociedade de caráter científico e cultural que congrega profissionais e estudantes das mais variadas áreas do conhecimento, que têm, em comum, o interesse pelas Ciências do Esporte.

Poucos são os estudos que se detêm na análise das concepções e práticas dos profissionais da área via inserção institucional. A origem do CBCE, sua história, assim como sua representatividade, será explicitada à medida que se perceber o grau e a forma de seu envolvimento, não só diante de questões diretamente relacionadas à corporação e aos seus próprios interesses, mas também de problemas de âmbito nacional, indiretamente relacionados à mesma.

Cabe destacar que não nos detivemos, de forma extensa, na história e análise da instituição, mas na trajetória das correntes políticas que se fizeram (fazem) presentes em determinado momento nesse espaço de ação. Corrente política aqui compreendida como uma parcela organizada da categoria profissional que se identifica com uma mesma concepção de Educação Física, com a forma como se dão as relações sociais e que, por conta disso, elabora e articula projetos políticos comuns, objetivando indicar rumos que viabilizem ações concretas.

A Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) foi o substrato. Particularmente, os editoriais mostraram-se uma fonte rica de sub-

criar para caracterizar "concepções e práticas" identificadas durante determinado momento, assim como "as notícias de destaque", os congressos (temáticas) e os artigos (assuntos).

Pois bem, no decorrer desses completos 15 anos de CBCE, foi possível indentificarmos 3 tendências de representação que se organizaram em grupos bem definidos. O período de 78 a 85 foi marcado por uma tendência predominantemente CONSERVADORA. Vários são os elementos que apontam nessa direção. A destacar, elegeríamos: o enfoque biológico/fisiológico sustentando a visão de mundo, sociedade, homem, e de atividade física/saúde; a suposta "neutralidade" política da instituição e dos seus atores; a normatização (estabelecimento de normas) confundida com a burocratização (abuso de poder, situação pela qual os indivíduos possuem mais poder para o desempenho de tarefas); uma prática administrativa de caráter "científico", que concebe uma organização do tipo formal, que estabelece nas suas relações a identidade de interesses com o objetivo de que sejam máximos os resultados.

O período de 85 a 89 foi identificado a uma fase de TRANSIÇÃO em que se percebe ainda forte influência da tendência anterior, contudo, já marcado por uma nova visão de mundo, de sociedade, de homem e de atividade física/saúde. RENOVADORA seria a sua denominação. Dentre as características mais marcantes destacaríamos: o CBCE atento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como uma das vias para fazer política numa perspectiva mais ampla; o "crescente" posicionamento político assumido por alguns membros do grupo; a gradativa descentralização de poder que se concretizou no fortalecimento das secretarias estaduais; e a experiência "democrática" de eleição vivida pela comu-

nidade por ocasião do IV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), onde tivemos a oportunidade de presenciar o primeiro debate público entre as duas chapas que, na época, concorriam à direção da entidade.

O período compreendido de 89 até hoje ainda se revela, no nosso ponto de vista, indefinido, logo, optamos por não nomeá-lo e não nos determos na sua discussão.

- A tendência CONSERVADORA:

"Por que conservador? Tratamos do adjetivo "em si" e recorrendo ao dicionário, porque é conservador "o indivíduo que em política opina pela conservação da situação vigente..." (p.316).

A política gestada durante esse período foi marcada pela idéia de estruturação/legitimação do CBCE. A que essa idéia estava ligada? Nada foi mais esclarecedor do que os "depoimentos" publicados no periódico da entidade a respeito da trajetória percorrida pela instituição para identificarmos as relações que esse grupo estabelecia com outras organizações, com profissionais afins à área, com as universidades, laboratórios, etc.. Aliás, optamos por transcrever alguns trechos de editoriais e artigos, não só com o objetivo de ilustrar a nossa discussão, como também, propiciar ao leitor um contato direto com o material a que tivemos acesso.

Pois bem, os mentores utilizaram para a criação e fundação do Colégio o modelo americano. Na época, os "American Colleges" estavam em

evidência... Os princípios norteadores da instituição, que determinaram a sua implantação e o seu desenvolvimento, são explicitados através da seguinte idéia: "...Esse crescimento baseou-se na simplicidade e na pureza de seus próprios ideais e de suas origens (...) Nada de credos políticos e religiosos, nada de favorecimentos, mas a ética em primeiro lugar. O CBCE poderá estudar a política do esporte, sem fazer política no esporte".

Na época, o Colegio tinha a perspectiva de "correr o mundo" e já se fazia presente em muitos países num curto espaço de tempo: no Havaí, em 79, no Annual Meetin of Sport Medicine an Pan-Pacific Conferen-ces, "considerado por muitos que atuam na área de ciências do esporte como o mais importante do mundo"; no Paraguai, na I Jornada Internacional de Medicina Desportiva e Educação Física; na Arábia: em Porto Rico, quando a organização dos VIII Jogos Panamericanos promoveu um Congresso de Medicina Esportiva; na Argentina, onde um representante da entidade supervisionou um Curso de Medicina del Deporte, organizado pela Federación Argentina de Medicina del Deporte; e, no Canadá, através do presidente eleito, o Prof. Claudio Gil Soares que realizou parte do seu curso de graduação médica na Unidade Córdio-respiratória do Hospital da Universidade de Mc Master.

No editorial do número 1, volume 2 de setembro de 80, a diretoria descreve e justifica essas viagens dirigindo-se aos membros do Colégio através de uma carta, a "Carta aos amigos", onde ela cita as cidades visitadas, a que nos referíamos anteriormente, e outros eventos regionais que vale destacar:

... como se não bastasse o sucesso do meu 1º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, ano passado, em São Caetano do Sul, fiz três Congressos regionais neste 1980, Porto Alegre, Maranhão e Volta Redonda.

... passei pelo Comitê Olímpico Brasileiro, pelo Conselho Nacional de Desportos e pela Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério de Educação e Cultura...

Calma, amigo velho! Não vá pensando que estou gastando sua anuidade em passagens de avião: esta palavra não existe no meu balancete (...). tenho tirado pombos (e coloridos) do bolso, e como toda mágica o segredo é do próprio artista, este seu criado".

Os nos dois parágrafos seguintes, foi possível identificar os contatos que se estabeleciam entre a entidade e demais órgãos governamentais visando os mais diversos objetivos:

"Sabe? Tenho andado com um pouco de astenia física e mental". aqui, a dicotomia físico/mente ou corpo/mente. "Penso muito em novas aventuras. Nem sei quantas vezes fui aos aeroportos despedir e receber meu pessoal que em grande número esteve convocado para seleções nacionais e para os Jogos Olímpicos de Moscou.

(...) Meu Presidente está agora em Brasília, convocado pela SEED-MEC para participar de um plano nacional de pesquisa em Ciências do Esporte".

No que se refere ao veículo de comunicação da entidade, a Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (RBCE), é o retrato da administração e operacionalização gestadas pelo grupo. Encontramos num dos editoriais um relato sobre algumas das preocupações da diretoria:

"Neste exemplar, você já reparou pequena modificação de cor nas letras da capa; isso serve para diferenciar os vários números do primeiro volume. O artigo de fundo, na página seguinte, vai aparecer sempre que necessário. O artigo original, de Sandra M. Cavasini, sobre personalidade de atleta, vem confirmar a importância cada vez maior da psicologia em ciências do esporte. Em seguida, você verá a transcrição da mesa-redonda de fisiologia, realizada durante o nosso Congresso e coordenada pelo Prof. Maurício Leal Rocha; foi escolhida pela importância e **oportunismo** do tema. No artigo de revisão, uma abordagem especial na atividade física da mulher; um assunto ainda em discussão, **que mereceu até um congresso (...)**

Esta publicação tem um texto mais longo que a primeira, embora o número de páginas seja menor. É que o papel anda caro e então, resolvemos diminuir o tamanho da letra, para caber mais em menos espaço. Afinal, quem faz ciência é acima de tudo um prático".

De um outro ângulo, quando comentam os trabalhos veiculados pela RBCE, colocam que "foram da área biológica, não por culpa dos editores, mas porque foram os trabalhos enviados". Quer dizer, aqui temos que ter o cuidado de perceber que, reforçando essa tendência, estavam os profissionais que, se não participavam administrativamente do Colégio, posicionavam-se politicamente diante da sua "filosofia", por exemplo, ao remeterem ou não artigos que estariam reafirmando o referencial biologicista, mecanicista do grupo.

Foi possível também identificarmos os conceitos de Colégio, ciência, pesquisador e projeto adotados, por exemplo, na referência ao I Congresso do CBCE:

"...E foram 700 as inscrições. E os trabalhos científicos vieram de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Amazonas. Foi a prova inequívoca de que o Colégio era realmente Brasileiro!

Mas de nada valeriam o conagraçamento (...), se o nível científico não atingisse um alto grau. E aí sim, esteve o ponto mais alto do evento (...). Na verdade, a antropometria, a atividade física da criança, a educação, a fisiologia e os esportes amador e profissional, foram abordados num contexto tão amplo, quanto prático e científico".

Outras afirmações do tipo "... se pode fazer ciência com boa vontade, resignação e espírito aberto" são encontradas no material analisado. Para o profissional que se enquadra nesse perfil, a "boa vontade" e a "busca da perfeição" são "próprias de quem faz pesquisa".

No nosso ponto de vista, essa tendência respalda suas idéias, conceitos, forma de problematizar, e de sistematizar o conhecimento, e suas experiências, numa visão positiva de ciência. Quando aborda questões relativas à "natureza da pesquisa", ela trabalha a análise dos dados única e exclusivamente a partir da estatística, não só enquanto técnica de trabalho, mas como referencial teórico-metodológico.

Para essa vertente, "dentro da metodologia ou pesquisa, a Estatística ocupa lugar de destaque, sendo talvez uma de suas principais ferramentas, chegando até erroneamente a se confundir uma com a outra". E afirmam: "O crescimento de métodos estatísticos, e fazendo uma analogia com a estória da origem primeira do ovo ou da galinha, o progresso obtido pela Estatística em grande parte dependem do avanço da Ciência".

Sobre as áreas do conhecimento e a figura do profissional, para esse grupo, a medicina - particularmente, a medicina esportiva - "envolve um complexo formidável de conhecimentos de muitas áreas médicas e afins, que colocam o médico desportivo como figura imprescindível e preponderante na escolha, na formação e na manutenção do grande atleta; ou na melhor evolução de qualquer delegação esportiva, ou no estabelecimento do melhor programa de saúde para a juventude brasileira.."

Nessa linha, ficam evidentes os objetivos privilegiados por essa corrente para justificar a presença do médico como o único profissional capaz de viabilizar: a exaltação do trabalho com atletas de alto nível; o esporte de caráter competitivo; e a melhoria da saúde do povo. E cabe perguntar: Não seriam essas as metas claramente condizentes com o projeto hegemônico de Educação Física que se constituiu na sociedade brasileira ?

Trazendo a discussão para o papel do profissional de Educação Física nesse contexto, prevalece a visão reducionista, limitada à condição de uma área de atuação e investigação recente, sem tradição, em formação. Para essa corrente política, o professor de Educação Física "não pode mais ser representado como o homem forte e de boa vontade que <distraia> os alunos (...). Que frustrava-se ao ver seus pedidos de compras de aparelhos de ginástica serem preteridos (...). Hoje, mais do que nunca, ele está envolvido no processo global de formação sócio-cultural do nosso jovem; hoje, ele deve associar seu apito e seu cronômetro ao trabalho de laboratório de fisiologia do exercício; hoje ele é o responsável pelo surgimento dos atletas e pelo desenvolvimento de suas potencialidades; em resumo, hoje ele não é mais o <professor de ginástica>, mas o mestre de ciências do esporte".

Alguns elementos nesse parágrafo sugerem uma visão do profissional de Educação Física que estaria fadado à submissão do conhecimento da medicina esportiva; assim como, ao suposto avanço do seu papel de recreacionista para o de "mestre em ciências do esporte", com o respaldo, é claro, do referencial biológico/fisiológico.

O conceito de atividade física que predomina e com que se trabalha sustenta-se no referencial das ciências biológicas ao se estudar a atividade física no seu sentido do "fazer" pelo "simples fazer", portanto, descontextualizada da sua condição de manifestação cultural caracterizada pelo conteúdo da Educação Física.

Os artigos, em sua maioria, reproduzem uma preocupação orgânica em relação à atividade física e sua influência "benéfica ou maléfica" para o organismo. Nota-se, portanto, além da visão maniqueísta entre o que é bom e o que é mal, a atividade física como único determinante capaz de explicar a possibilidade, por exemplo, de um maior ou menor rendimento físico.

É perceptível essa compreensão de atividade física também através de outros acontecimentos que marcaram época e que, de uma certa forma, foram apoiados pelo CBCE, tais como a Campanha "Adote um Atleta", que contou com a participação de vários membros do Colégio incentivando a idéia; a Reforma do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, da Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo ("inaugura ainda este ano majestosa obra para treinamentos, administração e departamentos de ciências do esporte. Nesse Centro, considerado um dos maiores e mais bem equipados do Brasil, trabalham vários membros do CBCE"); e a criação e implantação de laboratórios em São Paulo, entre eles, o do Cen-

tro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, o das Faculdades Integradas de Guarulhos e o da Faculdade de Educação e Cultura do ABC.

E, para finalizar o nosso estudo sobre essa tendência, gostaríamos de sugerir a leitura de uma crônica, de Osmar Pereira S. de Oliveira, publicada em 79, volume 1, número 1 da revista, muito interessante, a respeito do surgimento do Colégio:.

- a tendência RENOVADORA:

Essa vertente, no interior do CBCE, se apresenta como "provocadora". Em que sentido?

Se por um lado, manifesta apoio pelo "Programa Exercício e Saúde", de iniciativa do governo federal, do qual falávamos anteriormente, por outro lado, estimulou a discussão e veiculação de uma nova proposta para a Educação Física, que surge naquele período, que foi a tese do Prof.Dr.Manuel Sérgio, que propunha a ciência da motricidade humana.

Os artigos publicados pela RBCE que se fundamentavam no referencial biologicista, e que até então eram predominantes, deram lugar aos enfoques pedagógico, sociológico, filosófico e político na abordagem dos conteúdos da Educação Física/Ciências do Esporte.

Nesse período também, foi instalada uma assessoria do Colégio para o assunto das Novas Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Aliás, percebemos, paralelamente, uma preocupação com questões relativas aos grandes desafios da sociedade brasileira como: a promulgação da Nova Constituição Nacional; a elaboração dos Planos Nacionais dos setores da Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, etc.

Esse tipo de preocupação esteve presente também na agenda do grupo anterior, contudo, com um enfoque diferenciado. Se lá era passada a idéia da importância de o Colégio estar sendo representado num grande evento, ou num evento que merece consideração, aqui, entendem-se essas instâncias como possibilidade política e ideológica de a instituição se fazer representar de modo a interferir, efetivamente, nas políticas

educacionais, sociais, gestadas na sociedade. E intervir contrariamente aos interesses privilegiados pelo governo, pela iniciativa privada e, em específico, pelo projeto hegemônico de Educação Física para a sociedade brasileira.

Na revista publicada em 88, volume 9, número 3, cuja temática intitula-se "O que é ,deficiência,?", elaborou-se, no editorial, uma crítica explícita à atuação do grupo anterior, que vale transcrever:

"A história da revista do CBCE, até então marcada pela estreita visão de ciência, visão esta que sempre privilegiou o lado biológico do homem, com temas como: a performance, o rendimento e a eficiência dos treinamentos físicos, colocando em destaque o rigor, a "neutralidade" e o poder da concepção positiva de ciência, não possibilitou até este momento que outros níveis de abordagens fossem publicados.

Hoje, porém, este mesmo periódico aparece com outra roupagem. Num linguagem sem muitos jargões, mais rigorosa, comprometida e séria apresenta uma outra forma de abordagem, que pretende levar aos membros do CBCE, não um conhecimento sagrado e de difícil compreensão e aplicação, mas um conhecimento comprometido com a denúncia, com a crítica, na busca de soluções concretas para os problemas sociais.

(...)

Toda seleção e organização dos mesmos, foi pautada muito mais pela necessidade de informar, de engajar os membros do CBCE nesta luta social, do que pelo desejo de homenagear os "deficientes" ou tornar público resultados empíricos de pesquisas nesta área.

Este portanto, não é um número especial, mas especial é a forma, como a informação está sendo veiculada e, especial é o espaço conquistado dentro da linha editorial da RBCE.

Resta-nos apenas agradecer ao CBCE pelo espaço cedido e continuar lutando para que novas frentes sejam abertas e que a visão sectária e corporativa de ciência seja estirpada do pensamento dos membros pesquisadores do CBCE".

Aqui fica muito clara uma tendência fundamentada em princípios não consonantes com o ideário dominante dentro da sociedade. Se alguns conceitos, algumas idéias, alguns projetos ainda estão vinculados a uma política de "Exercício e Saúde" do governo, isso se dá no início do período que caracterizariamos como, predominantemente, marcado pela tendência RENOVADORA.

Essa tendência interpreta a história como "um processo dinâmico". Na sua relação com a produção científica entendiam que o seu desenvolvimento se dava "em determinadas condições históricas e de acordo com determinados interesses, estando inter-relacionado e conectado com outros fenômenos sociais, contraditórios e próprios de uma sociedade que se estrutura sob a égide do modo de produção capitalista" (RBCE 1988, V.10, N.1).

Nessa linha, consideravam a necessidade de se aliar a outros organismos sociais que se manifestavam na sociedade civil e que também elegiam como seu objetivo "a democratização da ciência, entendendo-se isto como sendo o acesso da maioria, tanto ao processo de produção, quanto ao usufruto do conhecimento científico, por ser este em nossa sociedade, um dos principais elementos de emancipação e de humanização, portanto, instrumento de luta, nos interesses de classes" (RBCE, 1988, V.10, N.1).

A instituição, para essa corrente, incorpora outras características. Torna-se a possibilidade de "um canal competente na luta pelo desenvolvimento e estabelecimento de novas formas de relações entre os poderes constituídos e os interesses da maioria do povo brasileiro, para que a produção e usufruto dos benefícios que poderão advir do desenvolvimento científico, também nesta área, não sejam privilégios de poucos, mas sim, direito de todos os brasileiros" (RBCE, 1988, V.10, N.1).

3. As tendências dos "sujeitos" ... ou os "sujeitos" das tendências?

Hoje, o indivíduo, a família e, de certa forma, as necessidades manifestadas socialmente estão subordinadas à lógica do mercado, como pudemos explicitar no decorrer desta pesquisa. Assim, inclui-se também o preenchimento do tempo disponível. Este também está intimamente relacionado, determinado pelo mercado que, incessantemente, cria e remodela entretenimentos que se ajustam às circunstâncias econômicas, políticas e sociais. Fluem em profusão os oligopólios e monopólios empresariais que transformam o tempo disponível em meio para ampliação do capital.

O sentido de unidade partiu-se. O consolo para o homem passa a ser a possibilidade do consumo. E o uso que se faz da atividade física em muito tem contribuído para esse "negócio". O fato é que a atividade física desenvolvida no tempo disponível, como está sendo difundida, deixa "a desejar", enquanto momento para se aliviar tensões e para en-

contros e reencontros com o próprio ser. Mas não disfarça o seu acordo com a lógica capitalista ao se propor, incansavelmente, reconciliar o homem com o mundo do trabalho, de um trabalho desumanizante que de forma alguma o aproxima da sua "essência", da sua consciência da realidade na qual se insere.

Contudo, esse quadro da sociedade e da atividade física, em particular, não se constituiu e perdurou apenas porque os interesses dos detentores do poder e do Estado estão sendo contemplados. Seria muito difícil implantar e solidificar uma proposta para o preenchimento do tempo disponível, sem que a maior parte da categoria dos profissionais de Educação Física não só concordasse com ela mas também se empenhasse em concretizá-la...

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que assim como os processos de gestão, os sujeitos sociais são elementos estratégicos no processo de consolidação de qualquer proposta!

Cabe ressaltar que não necessariamente a influência dessa categoria se dá de forma direta, ou seja, na sua efetiva participação no planejamento de ações, mas, de alguma forma, tem contribuído para que determinada proposta seja ou não viável.

E, nessa linha, os defensores do projeto dominante para a Educação Física, ou o bloco político que gestou e que dá sustentação à política neoliberal, têm o firme propósito de assegurar a sua hegemonia desenvolvendo uma estratégia assentada em dois movimentos: primeiro, estender até os seus limites máximos a atividade física de mercado; segundo, ampliar a atenção à atividade física para além da fatia populacional economicamente condizente. Para atingir tal objetivo, eles

vêm desenvolvendo ações de luta ideológica e cultural, visando formar opinião pública favorável.

Os sujeitos mais ativos da articulação neoliberal são aqueles que têm interesse econômico imediato na preservação do modelo dominante: empresários de produtos de consumo e proprietários de academais, por exemplo e - por que não "provocarmos"? - a própria categoria profissional, consciente ou inconscientemente.

Os profissionais de Educação Física são, entre todos os segmentos do bloco neoliberal, alguns dos mais ativos, ou dos mais passivos - haja vista a própria história da Educação Física - do ponto de vista da elaboração cultural e ideológica, funcionando como um intelectual coletivo que municia os demais interessados com argumentos e propostas legitimadoras de um modelo para a Educação Física.

E devemos ressaltar que não aparece nos argumentos em favor da atividade física nenhum reconhecimento do direito à saúde e da obrigação (responsabilidade) de o profissional e a sociedade proverem meios para a sua socialização..., que não só dentro da tirania do mercado capitalista.

Sob outro aspecto, esse mesmo profissional, formado, predominantemente, para a escola, para a academia e para o clube, não percebe, não detém instrumentos que lhe permitam situar-se na esfera da sociedade. Por que o profissional de Educação Física não é o narrador esportivo se, supostamente, detém um conhecimento específico que o diferencia dos demais profissionais e que lhe proporciona condições não somente para narrar jogos esportivos, como também para compor quadros administrativos, planejar, e não só executar tarefas? Por que não assume esses outros espaços de atuação?

O que percebemos é que há duas situações que pressionam contrariamente à questão formulada: a primeira está relacionada à própria "marginalização" da área e, conseqüentemente, do profissional na sociedade brasileira. Nós, profissionais de Educação Física, somos conhecidos e reconhecidos apenas como aqueles que aplicam um determinado conhecimento. E, vale dizer, aos olhos não só dos outros mas, às vezes, de nós mesmos, ... somos apenas capazes de fazer. Refletir sobre ... nunca. Em decorrência desse fato, áreas como o jornalismo esportivo, as secretarias de esporte, entre outras, não são identificadas como apropriadas para a categoria.

A segunda situação se origina de nossa própria "ignorância", enquanto categoria profissional. Ou seja, não somos formados para ocupar e atuar em outros espaços de trabalho que não os "convencionais". Noções de planejamento e políticas de Educação Física e Esportes não são conteúdos facilmente encontrados nos currículos das faculdades. A idéia de que não teríamos competência para assumir determinadas áreas em que o assunto fosse também relacionado à cultura corporal ou esportiva prevalece entre a própria categoria.

Quando reverteremos essa situação? Não podemos continuar "negando" um determinado conhecimento adquirido que percebe diferentemente as atividades desenvolvidas no tempo disponível. Conhecimento que não se restringe no "fazer" mas na compreensão da possibilidade de se converter essas práticas num momento de experiências, vivências transformadoras... (MARCELLINO, 1983).

Portanto, se de um lado vivemos uma "carência" de informações que nos instrumentalizem para a ação em áreas políticas e de planejamento,

por exemplo, por outro lado, não serão as outras categorias profissionais que nos irão alertar para a pertinência em ocupá-los, até porque estaremos abrindo outros caminhos para nós e, ao mesmo tempo, dividindo-os com outros.

O nosso valor, o que nos diferenciaria de outro profissional que atua na área esportiva, seria a nossa capacidade em "narrar" uma modalidade esportiva partindo do pressuposto de que ela é um fenômeno cultural que se modifica, ao longo do tempo, refletindo mudanças que se processam na sociedade. Este seria, a nosso ver, um posicionamento diferenciado dos atuais narradores que valorizam, predominantemente, a contagem dos pontos, ou, em outros termos, a competição, que é um valor presente e dominante na sociedade capitalista, de modo geral. Esta não seria apropriada como fim "em si mesmo", mas como meio para a compreensão de determinado fenômeno esportivo.

Há que se repensar a forma como se tem analisado a relação dos profissionais envolvidos com a atividade física desenvolvida no tempo disponível com a estrutura dos serviços, por exemplo, tendo em vista que grande parte dos profissionais trabalham de forma autônoma e liberal. É fundamental esclarecer como se dão essas relações dentro da área.

Partindo da hipótese de que o capitalismo "recriou", sob outras condições, o trabalho autônomo, entenderíamos a força crescente da corrente neoliberal entre os profissionais do campo do lazer. Nesse sentido, detentora da hegemonia, sua força decorreria da sua capacidade de representar satisfatoriamente os interesses da categoria.

Neste trabalho, detectamos uma heterogeneidade de correntes políticas, com relativa representatividade, a partir de seus diferentes projetos políticos. Contudo, verificou-se também que alguns elementos, alguns entendimentos são comuns a elas, particularmente com relação à questões que foram nossa preocupação, relativas à associação atividade física/saúde.

Contudo, fica em aberto o problema de detectar o que de comum haveria entre essas correntes políticas e a característica desses profissionais enquanto categoria social ocupando um determinado lugar na estrutura de classes da sociedade brasileira.

Em resumo, as questões a serem sugeridas seriam as seguintes: Até que ponto os interesses dessa categoria são comuns aos dos prestadores capitalistas de serviços de lazer, já que os profissionais estão diretamente inseridos na estrutura social e na dos serviços de lazer em particular? Ou, em que medida a prática desta categoria serve aos interesses de manutenção e reprodução dos atuais padrões de dominação capitalista?

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

1. A relação atividade física/saúde como reflexo do "movimento" que se processa na sociedade brasileira

Não foi à toa que tratamos, no decorrer deste estudo, de explicitar o conceito de corpo, saúde/doença e atividade física que, a nosso ver, tem determinado mudanças diretamente relacionadas, mais especificamente, à relação atividade física/saúde. De outra forma, essa questão reflete as mudanças que ocorrem, ao longo do tempo, nas formas de se pensar e lidar com o corpo e vice-versa.

A cultura de consumo advoga a concepção "auto preservacionista" do corpo. Sugere ao indivíduo as mais variadas estratégias no combate à deterioração do corpo e incute nele a idéia de prazer e de "auto expressão" através desse seu "objeto". Objeto porque está estilizado não só internamente na nossa sociedade mas também, lembrando GUATTARI (1986), na medida em que o sujeito é uma "subjetividade de natureza industrial" (GUATTARI, 1986, p.25).

As mudanças tecnológicas, a indústria cultural, a idéia do consumo e a política de mercado neoliberal, de que tratávamos anteriormente, deram conta de jogar ao indivíduo a responsabilidade da qualidade de vida, do bem-estar, através da "manutenção" desse "objeto".

Aliás, a ênfase sobre a "manutenção" do corpo e da aparência na cultura de consumo sugere, segundo FEATHERSTONE (1991), duas categorias básicas: o corpo interno e externo. O corpo interno se refere ao contexto da saúde e ótimo funcionamento do corpo que, por sua vez,

novo universo. Nessa linha, esse estilo de vida consumista é incorporado também pela parcela da sociedade destituída de poder aquisitivo de compra. Seja no consumo das imagens "em si", seja na sua tentativa de se apropriar desses valores, dentro de seus limites (geográficos, financeiros, de linguagem, etc.).

O fato é que esse momento em que vivemos nos passa a idéia de uma época "neurotizada" pela idéia da atividade física/saúde associada à beleza estética como o único caminho para o sucesso, para a felicidade e para o dinheiro. Como coloca FEATHERSTONE (1991), quanto mais perto o corpo estiver das imagens de juventude, saúde, boa forma e beleza, veiculadas pela mídia, mais alto é o seu valor de troca.

E esse corpo agora não só pode como deve ser exposto. As roupas reproduzem e estimulam esses novos valores. O corpo deixa de ser um "pote de pecados"..., as qualidades corporais são exaltadas. Contudo, para se conquistar a aparência "desejável" há que se ter muita vontade e se esforçar no trabalho com esse corpo.

Se o indivíduo tiver alguma dificuldade em como proceder para conquistar essa aparência desejável não será pela carência de orientações e sugestões de dietas, atividades físicas, equipamentos, enfim todo o aparato comerciável de que a sociedade dispõe, cria e recria.

As atividades de lazer têm sido o mote para a venda de produtos e serviços associados à boa forma física. Quase sempre os apelos se referem à necessidade de se aproveitar o tempo disponível com atividades que melhorem a aparência física ou que promovam a saúde, ou, ainda, remediem a doença (incluiríamos aqui não só as doenças causadas pela vida atribulada, estresse, coronarianas, mas, também, direta ou indiretamente associadas ao envelhecimento).

De que modo a tecnologia se insere nesse universo? Nos deparamos diariamente com esse corpo "ideologizado", como coloca SANTIN (1990), através das imagens que se processam via televisão, jornais, revistas, vídeos. E essas imagens, por sua vez, na maioria dos casos, já foram trabalhadas por computadores altamente refinados que as elaboram de modo a "limpar" qualquer imperfeição esteticamente não desejável. As revistas que veiculam o nu e as atrizes que são dubladas nas cenas de nudismo podem ser exemplos desses avanços da tecnologia e da informática.

"O termo manutenção do corpo indica a popularidade da metáfora máquina para o corpo. Como carros e outras mercadorias de consumo, os corpos exigem manutenção, cuidado regular e atenção para preservar a eficiência máxima. Como o consumo de mercadorias aumenta, o tempo exigido para cuidado e manutenção aumentam, e a mesma orientação racional instrumental adotada com relação às mercadorias é voltada ao corpo" (FEATHERSTONE, 1991, p.182).

A tendência em transformar as horas disponíveis em horas de trabalho de manutenção mais intenso e de avaliação da performance é uma imposição colocada ao indivíduo que busca o "máximo" da vida!

As propagandas que passam a imagem da necessidade de se manter o corpo, dedicando algumas horas do dia a atividades físicas como corrida, caminhada, ciclismo, já são rotina na televisão, nas revistas e nos jornais desde algum tempo.

E, mais recentemente, devido ao pouco tempo disponível e à violência das ruas na nossa rotina, os apelos têm-se voltado também para a possibilidade de vivenciar essas práticas no espaço interno da própria

casa: os novos aparelhos e equipamentos como esteiras rolantes, bicicletas e até mesmo artefatos para musculação já podem ser adquiridos pelo telefone e instalados num pequeno compartimento.

As celebridades do mundo artístico cada vez mais têm divulgado os seus rituais diários de beleza, recheados com os mais diversos exercícios e dietas, através não só dos livros (autobiográficos), mas também das fitas de vídeo que são um recurso publicitário bastante versátil e acessível.

Nesse sentido, se a Educação Física tem se mostrado uma eficiente executora de seu papel "instrumental" na concretização desses princípios, idéias e valores, o que dizer da Saúde Pública enquanto campo de conhecimento, atuação e investigação?

A Saúde Pública, a nosso ver, reforça a idéia de que o indivíduo é o responsável pela degradação de sua qualidade de vida. A sua mensagem se fundamenta no pressuposto de que as enfermidades são causadas pela negligência do indivíduo com relação ao seu corpo. Nessa direção, está constantemente lembrando ao indivíduo o seu compromisso com os cuidados alimentares, o excesso de bebida, o fumo e a necessidade de atividade física na promoção da saúde. Essa tendência na Saúde Pública pode ser exemplificada via propagandas de televisão, jornais e revistas. No item "VI. ANEXOS", selecionamos alguns artigos de revistas e jornais que ilustram o que viemos estudando neste trabalho.

Ainda que concordemos com a lógica da "preservação da saúde", ou com o princípio da Medicina Preventiva, temos que ter claro que uma coisa é um movimento amplo ao redor das questões básicas de melhoria da saúde, educação, habitação, visando justamente atingir as condições

minimas e dignas de qualidade de vida. Movimento esse que articule com os setores, particularmente, da área social, do governo, da sociedade civil, e que o indivíduo participe e se inclua nessa luta.

Outra coisa é lutarmos diariamente pela sobrevivência e apresentarmos um quadro gradativamente caótico da situação de pobreza, fome, pauperização das condições básicas de vida, paralelamente às constantes pressões para que nos apropriemos - e como únicos responsáveis - do nosso bem-estar. Nesse sentido, não podemos deixar de relacionar também essa tendência da Saúde Pública de reforçar os valores da sociedade de consumo em nosso meio, particularmente a partir da década de 70.

As orientações sobre receitas, dietas, quantidade de exercícios também têm sido veiculadas através da área da saúde, com objetivo de habilitar o leitor a manter um equilíbrio entre seus hábitos (alimentares, físicos, comportamentais) e seu ritmo de vida.

Nos últimos tempos tem surgido um número cada vez maior de artigos que discutem atividades físicas na área de saúde, ou que, na área de esportes, lazer, ou "cotidiano", carregam, não só nas entrelinhas, o princípio da saúde. Revistas intituladas "Boa forma", "Saúde", comercializadas em bancas de jornal, surgem nas últimas duas décadas. Revistas especializadas em corrida e outras modalidades esportivas sugerem a prática da atividade física para se viver mais, entre os infinitos apelos na mudança de estilo de vida. Como a "forma física" é um apelo que vende, os produtos a ela associados diariamente multiplicam-se.

Como se não bastasse toda essa "dramatização", pesquisando artigos que pudessem "derrubar", ou melhor, questionar essas mensagens, não pudemos deixar de citar o trabalho de RUBIN ANDRESS, citado por FEATHERSTONE (1991), que procedendo a uma revisão extensiva da literatura sobre boa forma concluiu que atualmente os gordos vivem mais. Ou seja, as relações que se fazem entre idade, peso e altura são imprecisas. E acaba afirmando que boa forma não tem a ver com saúde.

Contudo, na medida em que ter uma "boa aparência" é o caminho para um estilo de vida "de sucesso", "de prazer", as pessoas vêem-se impelidas a se sujeitar a hábitos que muitas vezes não condizem com "a promessa": Você já viu um "esportista" de final de semana expressando prazer durante a sua atividade de corrida, por exemplo? Na maioria das vezes eles não vêem a hora em que aquele "ritual" termine, e justificam: "É difícil mas faz bem", ou "Se eu não praticar uma atividade física estou perdido...", ou ainda, "Eu tenho que fazer alguma coisa senão não dá".

Estética é sinônimo de boa forma que é sinônimo de saúde. E o consumo de atividade física, de determinados alimentos, de vitaminas, de equipamentos, de material cada vez mais sofisticado é a saída que se coloca nessa sociedade de consumo.

Os benefícios? incomensuráveis... beleza, vida social "agitada", redução de riscos na ocorrência de doenças causadas por estresse, o bem-estar e o sucesso! O indivíduo que não "se afina" a essa lógica é considerado, enquanto pessoa, preguiçoso, "negativo", sem força de vontade, fraco, sem ânimo, sem autoridade, poder, importância, influência e expressão.

É esse aparato "planejado" - pela sociedade como um todo (empresários, governo, publicidade, tecnologia, informática, etc.) - para relembrar, diariamente, às pessoas as suas obrigações com o seu corpo e, direta e indiretamente, com o consumo que propicie a efetiva atenção a ele, faz com que elas cada vez mais se distanciem, e muito, da crítica, da percepção da realidade que as envolve.

Concluindo, na medida em que o mito compõe o nosso cotidiano, sinalizando uma determinada compreensão da realidade - "sem necessidade de provas" -, ele assume a função de "modelar" o indivíduo e não de explicar os fatos.

É nesse sentido que o mito atividade física/saúde ganha "forma"!

Todavia, acreditamos ainda que a análise crítica sobre ele nos coloca, enquanto sujeitos da história, de modo não "alienado" diante do seu poder.

VI. ANEXOS

1. Algumas imagens retratando o cenário reconstituído até aqui:

SAÚDE

Exercitando-se pela saúde

ROBERTO GUIMARÃES ALFIERI

Movimente-se! Não fique parado! Ande, corra, nada, jogue tênis, não use o automóvel — todas são expressões já incorporadas ao nosso cotidiano, com o objetivo de ativar, acalorar e revigorar todo o organismo.

Pesquisas científicas indicam que uma atividade física regular pode produzir verdadeiros milagres pela saúde — por exemplo, reduzir as taxas do "mau" colesterol, elevar as do "bom" colesterol, fortalecer o músculo do coração, melhorar a capacidade de oxigenação, aliviar o estresse, melhorar a imagem de si próprio.

A partir dos anos 70, ruas e parques foram tomados por milhares que redescobriram o prazer de manter o corpo em forma pela realização de exercícios periódicos. Academias de ginástica proliferaram e a "malhação" se generalizou, tornou-se atividade "in".

Mas, agora, há uma extrema adaptação e prudência. Corre-se o risco de ancorar uma falsa percepção por um excesso igualmente nocivo. Cada organismo tem uma necessidade e uma capacidade de se exercitar. Não necessariamente o que é bom para o seu amigo será também para você. É preciso, fundamentalmente, aplicar o

bom senso. Intensidade, duração, frequência e modalidades da atividade física devem ser individualizadas.

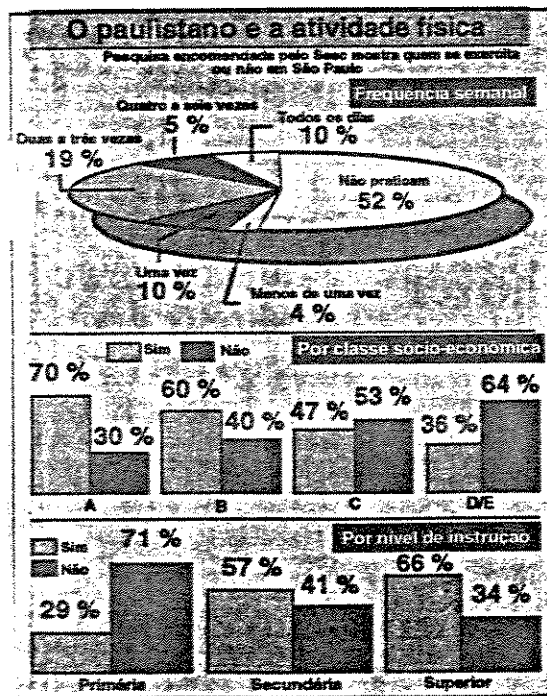
Não se aconselha iniciar a prática de exercícios por si próprio. Antes, é preciso bem avaliar a saúde como um todo, incluindo como determinados órgãos respondem ao esforço físico. Esta prática fará conhecer os limites de cada um e contribuirá decisivamente para se possa individualizar as orientações e, assim, reduzir os riscos de solicitar indevidamente o corpo.

Nossos mais longevos antepassados exercitavam-se naturalmente para executar as tarefas diárias, mas os benefícios físicos dessas práticas ficavam prejudicados, porque se defrontavam com perigos e doenças — por exemplo, infecções — que lhes abreviavam a vida ainda relativamente jovens. Vivemos outra realidade. Nossos contemporâneos estão tendo a oportunidade de alongar a vida através da prática regular de exercícios. Pelo menos, a de acrescentar mais vida a seus anos.

ROBERTO GUIMARÃES ALFIERI, 41 anos, é professor de Educação Física e de Saúde na Universidade de Coimbra.

O médico, Roberto G. Alfieri, (supervisor da Equipe Médica de Praias de Esportes) se coloca a favor da atividade física regular pela sua possibilidade de "produzir" verdadeiros milagres pela saúde.

O SESC encomenda uma pesquisa para identificar: quem se exercita em São Paulo



Domingo, 3 de outubro de 1995

Cidades

O Estado de São Paulo

C-7

PRATIQUE

Legião de esportistas invade as cidades

"Mania" da prática de esportes é arma importante na luta contra as doenças do sistema cardiovascular

MARCELO SEREICKAS
Da Redação

da vez mais gente tenta se das chamadas "doenças mas" —como estresse, hiensão e obesidade— com a ta de atividades físicas. É a, principalmente nos finais manã, ir aos parques públi- las cidades e deparar-se com res de pessoas caminhando, ndo, andando de bicicleta ou do exercício.

a, apesar de a prática de res ser uma boa receita para vida melhor e mais longa, mbém pode representar o cimento de outras doenças, mesmo morte prematura, se s cuidados não forem toma- Entre eles, está a necessida- e se consultar um médico que ele a sinte se a pes- em condição de se submeter idades físicas.

Braço, o hábito de se exer- começou a ganhar força no o da década de 70 e se aceu bastante nos anos 80, ania do culto ao corpo teve o após a conquista do tricam- o mundial de futebol pelo i na Copa do México, em Na época, o então para- físico da seleção, Cláudio lho, usou em seu trabalho o do Cooper de condiciona- físico, desenvolvido na dé- de 60 pelo médico norte-a- tano Kenneth Cooper.

seu trabalho, Cooper afir- que os exercícios aeróbicos ondição necessária, mas não

suficiente, para que uma pessoa viva mais. Esse tipo de atividade fortalece o músculo cardíaco e aumenta a capacidade pulmonar.

Além dos exercícios aeróbicos, o controle da taxa de colesterol no sangue, através de uma ali- mentação mais saudável, é fator necessário para que os riscos de um enfarte sejam reduzidos.

As pessoas que não praticam atividades físicas, e que desejam começar, podem optar pelo mais simples e barato dos exercícios aeróbicos: a caminhada. Segundo Kenneth Cooper, andar pelo me- nos três vezes por semana, duran- te 30 minutos, é uma boa forma de iniciar a luta contra as doenças cardiovasculares.

Cooper afirma que o grande segredo em qualquer atividade aeróbica é manter a regularidade. Por isso, ele condena as pessoas que praticam esportes apenas nos finais de semana. "O corpo hu- mano" precisa que a atividade física seja realizada de forma mais contínua. Os atletas de fim-de-semana têm grandes chan- ças de morrer em um delta."

Existem alguns outros cuida- dos. Não se deve começar os exercícios sem um aquecimento prévio, de três a cinco minutos. Para isso, deve-se movimentar braços, pernas e pescoço, além de realizar o alongamento dos músculos desses membros. Ao final do exercício, também não é recomendável parar a atividade de uma vez. O corpo precisa "esfriar" gradativamente. Para



Kenneth Cooper faz aquecimento antes da corrida de 3 mil metros com atletas anônimos na pista do parque do Ibirapuera

isso, é preciso ir diminuindo o ritmo do exercício aos poucos e, ao encerrar, realizar mais uma sessão de alongamento.

Cooper aconselha as pessoas que optarem pelas caminhadas para que não ultrapassem o marco de 12 km por semana. No caso dos corredores, a distância de 25

km semanais é considerada a ideal. Para aqueles que praticam ginástica aeróbica, o médico norte-americano diz que a opção deve ser sempre pelos exercícios de baixo impacto (sem muitos saltos). Semanalmente, a quanti- dade de exercícios não deve ul- trapassar quatro horas.

Outro conselho é ser perseve-

rente. Os benefícios da prática esportiva vêm da continuidade. É importante que não haja pressa em progredir. Cada pessoa tem que respeitar o seu limite.

Existem ainda outros cuidados. Cooper considera o cigarro um grande inimigo do bom funcio- namento do sistema cardiovascu-

lar. Deve-se também ter cuidado em relação à alimentação. É im- portante que sejam consumidos mais frutas, verduras e legumes. Carnes e ovos devem ser contro- lados, e conveniente também evi- tar frituras, como forma de redu- zir no sangue a taxa de colesterol, um dos fatores que levam aos ataques cardíacos.

O médico, Kenneth Cooper, sugere a prática de atividades físicas, como "andar pelo menos três vezes por semana, duran- te 30 minutos".

Para ele, "é uma boa forma de iniciar a luta contra as doenças cardio- vasculares".

Prova realizada pelo
Secretário de Esportes e
Turismo do Paraná mostra que
a população é sedentária.
Caminhando em parques como os
de Curitiba é um hábito ao
vício de poucas paradas.



MAIS EXERCÍCIOS, MAIS SAÚDE

O Paraná quer afastar o
fantasma do sedentarismo
para que a população não
"ganhe" doenças na
proporção em que perde o
fôlego



Reportagem: Zé Neto (Curitiba)

54 BOA FORMA

Saúde é o que interessa, o resto não tem pressa. O apelo do personagem do programa humorístico de TV, diante do paranaense dos anos 90, continua sendo, no máximo, motivo para uma boa piada. Sedentário, longe tanto das academias de ginástica como das caminhadas pelos belos parques distribuídos pelo estado, ocupa precocemente seu lugar na fila dos candidatos a problemas cardíacos — que matam mais que câncer e acidentes de trânsito juntos, no país. O diagnóstico é resultado de uma viagem que começou em 1989: foram 30 mil quilômetros percorridos, 57 municípios visitados e 14 044 pessoas examinadas por técnicos da Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná. O velho ônibus Dodge reformado, usado pela Secretaria para transportar os técnicos — sete professores de Educação Física, um médico clínico geral e uma bioquímica —, teve um desempenho impecável. O mesmo não se pode dizer das pessoas avaliadas.

Ao ver os números finais, que começaram a sair do computador no início deste ano, Paulo Roberto de Oliveira, idealizador e coordenador do projeto, se mostra preocupado com o panorama vislumbrado na pesquisa. "Em vez de Ministério da Saúde, o que temos deveríamos chamar de Ministério da Doença", ironiza. O secretário de Esportes e Turismo, Edson Gradi, mantém o mesmo tom: "Algo tem de ser feito senão, em breve, nosso povo estará em cadeia de rodas". É fácil entender a

preocupação de Gradi quando se compara os dados atuais com os obtidos em 1973, na cidade de Londrina, em uma pesquisa de menor abrangência também coordenada por Oliveira. Um jovem de 18 anos corria, em média, 2 436 metros em 12 minutos. Hoje corre apenas 1 814. Ou seja: o baixo nível de condicionamento físico já é uma realidade entre os jovens e vai piorando progressivamente depois dos 19 anos, com evidentes prejuízos à saúde.

Menos exercícios, mais doenças

O secretário Gradi também encontra motivos de preocupação nos 11,9% do total de examinados no projeto que se limitaram aos exames clínicos, não podendo participar dos testes que exigiam esforço físico. "Pertencem ao chamado grupo de risco coronariano", explica Oliveira. O que não quer dizer que tais pessoas não possam desenvolver uma atividade física regular, desde que com acompanhamento médico.

Deste grupo de risco — identificado após minucioso questionário e uma avaliação médica —, 15,19% apresentaram níveis altos de glicose no sangue, ou seja, são diabéticos. Outros 28,51% registraram excesso de colesterol, causa principal da arteriosclerose. Em 279 pesquisados, o nível de colesterol ultrapassou 259 mg, o que os deixa no perigoso estágio em que as chances de coronariopatia são cinco vezes maiores que as das pessoas com nível abaixo de 200 mg. E mais: 25,13% apresenta-

Mais exercícios e mais saúde!
ou
Menos exercícios e mais doença!



TREINAMENTO PERSONALIZADO UM PROFESSOR SÓ PARA VOCÊ

APTIDÃO FÍSICA

Em vez de enfrentar o agito e os horários das academias, muitas pessoas estão optando pelos serviços de um professor. Essa é a nova tendência nos Estados Unidos, que já encontra mercado no Brasil.

Reportagem: Carlos Henrique Amado
Fotos: Bin Albuquerque

A idéia, a princípio, era manter a privacidade de astros e estrelas do cinema americano. A solução foi contratar professores de ginástica para programarem seus exercícios em casa. Hoje, essa prática não é mais privilégio dos "megastars" hollywoodianos. O personal training (treinamento personalizado) transformou-se numa nova tendência em fitness e grande número de americanos optam pela atividade física feita em casa, contribuindo assim para a formação de um novo ramo de profissionais: os treinadores personalizados.

Segundo levantamentos da Ifes (The Association For Fitness Professionals), entidade americana que reúne profissionais da área de fitness de todo o mundo, nos Estados Unidos existem aproximadamente 15 000 professores especializados nesse trabalho. O personal training está sendo levado tão a sério que as universidades norte-americanas já estão formando pessoas especificamente para esse atendimento. O americano Douglas Brooks, 33 anos, casado com a professora Candice Copeland, uma das idealizadoras da ginástica aeróbica de baixo impacto,

BOA FORMA 37

A categoria profissional, nos Estados Unidos, está se especializando para atender as novas apelos do mercado de trabalho...

Saúde graças ao exercício - uma lei da natureza

Jerry Morris e Michael Collins

A própria pessoa é que sabe qual é o tipo de exercício que mais lhe convém. Mas a prática de exercício físico devia ser fortemente encorajada por mensagens provenientes de organismos públicos.

Fazer exercício dá uma sensação de bem-estar. Ajuda a evitar a obesidade e doença coronária. Ajuda as pessoas idosas a guardar a sua independência.

Qualquer tipo de actividade sensata é bom para si. Exercício mais vigoroso do que ao que está acostumado melhora o funcionamento do corpo e reforça o coração, os pulmões, os músculos, os ossos e as articulações.

O exercício mantido durante tempo suficiente para o fazer respirar mais forte do que normalmente é particularmente eficaz para ajudar a fortalecer o coração. O oxigénio inspirado é utilizado pelos braços e pernas no seu trabalho. Isto acontece quando se pratica ginástica rítmica, caminhada, ciclismo, dança, natação, futebol, quando se corre ou se rema, e muitas outras formas de actividade. Fazendo exercício regularmente e aumentando muito gradualmente o seu vigor, melhorará a sua condição física e a saúde do seu coração. À medida que se torna mais activo e saudável, o exercício deve fazê-lo respirar forte e transpirar. Deve fazer exercício pelo menos duas vezes por semana e durante 20 minutos pelo menos. A protecção contra ataques cardíacos consegue-se a um nível moderado de capacidade; não precisa de atingir o seu potencial máximo. Não esquecer que a boa

condição física não se pode guardar. Quando se pára com a actividade a condição física deteriora-se rapidamente.

Muitas pessoas desejam fazer exercício em grupo. A biblioteca, câmara ou centro de actividades locais devem poder dar-lhe o endereço de clubes de atletismo ou outros onde se pratica essa forma de exercício.

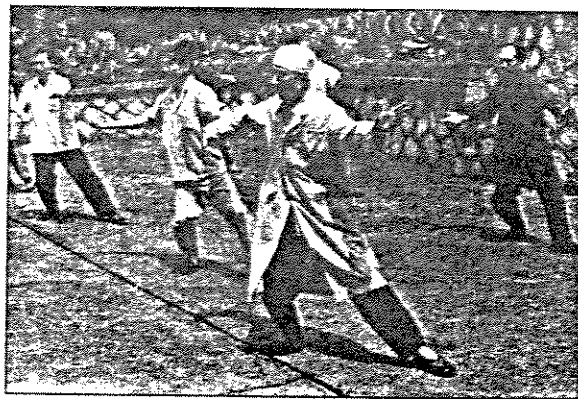
Encorajar as pessoas a serem activas ...

A própria pessoa é que sabe qual é o tipo de exercício que mais lhe convém. Mas a prática de exercício físico devia ser fortemente encorajada por mensagens provenientes de organismos públicos. A sociedade devia fornecer facilidades para as pessoas citadinas irem até ao campo, caminhos seguros para passeio e para andar de bicicleta, piscinas e instalações de recreio. Vários sectores do estado deviam colaborar nestes esforços. Deixar a promoção da saúde exclusivamente nas mãos dos ministérios da saúde é assegurar o seu fracasso.

Em geral, a quantidade de exercício feito pelas pessoas dos países desenvolvidos declinou de maneira nítida durante o século XX. Agora é preciso uma alteração cultural, estabelecendo um regime mais sensato dando realce à vida, restaurando a actividade física como um elemento integrante da vida de todos os dias. Os agentes de saúde podem mostrar o caminho mas o seu êxito exige um esforço enorme por parte da sociedade em geral. Se não se progredir agora, o Terceiro Mundo provavelmente adoptará as tecnologias de poupança de trabalho e os estilos de vida sedentários do ocidente e sofrerá cada vez mais das doenças resultantes da prosperidade.

Médicos e enfermeiros podem ser modelos eficazes

A educação do público sobre exercício precisa de ser subtil: folhetos e anúncios não são suficientes. O poder da televisão pode ser mais eficazmente aproveitado. É também necessário instruir os trabalhadores de saúde sobre questões pessoais e públicas. Os serviços de



Chineses praticando Tai Chi - ginástica corporal e mental.

Este artigo foi reproduzido da Revista da Organização Mundial de Saúde (OMS) cujo tema central, "A saúde do coração", retrata a preocupação com as doenças cardiovasculares e as diversas formas de se prevenir delas.

BIENAL

Livros sobre esportes são raros nos estandes

MARCOS MALAFAIA

Da Reportagem Local

A Bienal do Livro de São Paulo é uma pequena mostra do pouco interesse da área editorial nos esportes e da consequente escassez de livros sobre o assunto. Percorrendo os 18 mil metros quadrados do prédio da bienal, que abriga 225 estandes e cerca de 120 mil títulos expostos, o leitor que queira encontrar bons textos ligados ao esporte terá que procurar minuciosamente.

O total de livros esportivos não chega a cem — menos de 0,1% do universo apresentado. A editora que tem maior quantidade de títulos é a Ediouro, seguida pela Saraiva.

Apesar da ausência do produto, não falta consumidor. "Vem muita gente procurar livros de esporte. Dizem que está difícil achar, porque não tem muita variedade", disse Lillian Viviane Ferracini, 18, estudante contratada pela Ediouro para trabalhar na bienal.

Segundo Lillian, os mais procurados são os sobre kung-fu, principalmente por crianças e adolescentes. "É impressionante como eles ficam alucinados com esses livros". Os que vendem mais são "Os Segredos do Ninja", de Ashida Kim e "Ninja, os Segredos da Invisibilidade", de Francisco D'Urbano.

Outras modalidades procuradas são o futebol, voleibol e handebol. Na maioria, os livros sobre esses esportes se prendem a explicações de regras e táticas básicas. Não há um título sequer que aponte inovações ou analise a estrutura das modalidades no país ou no exterior.

Em fundamentos específicos, apenas um destaque: "Aprenda com o Maior Golheiro do Mun-

Leitor busca a boa forma

Da Reportagem Local

Um dos raros "tesouros" esportivos mais visitados na bienal tem sido a prateleira de títulos referentes à educação física, no estande da editora Record.

No cardápio, alguns livros pouco aprofundados tecnicamente, mas de muito apelo, como "30 Dias para Perder a Barriga", "Cinco Minutos por Dia para Manter-se em Forma" ou "Programa de Preparo Físico do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA para Homens e Mulheres". Essas publicações têm ótimo rumo de venda. (MMA)

do "dicas e truques" de Sepp Maier (Ediouro). Maier foi goleiro da seleção alemã em 74 e 78.

Outra atração é o livro do inglês Bill Buford sobre a violência dos torcedores de seu país, conhecidos como "hooligans". "Entre os Vândalos" pode ser encontrado no estande da Companhia das Letras (ver quadro ao lado).

Nos assuntos de bastidores esportivos, a sensação é "Os Senhores dos Anéis, Poder e Drogas nas Olimpíadas Modernas", dos ingleses Vyv Simson e Andrew Jennings. O livro detalha os acontecimentos — às vezes ácidos — por trás da organização dos Jogos de Barcelona e cita nomes.

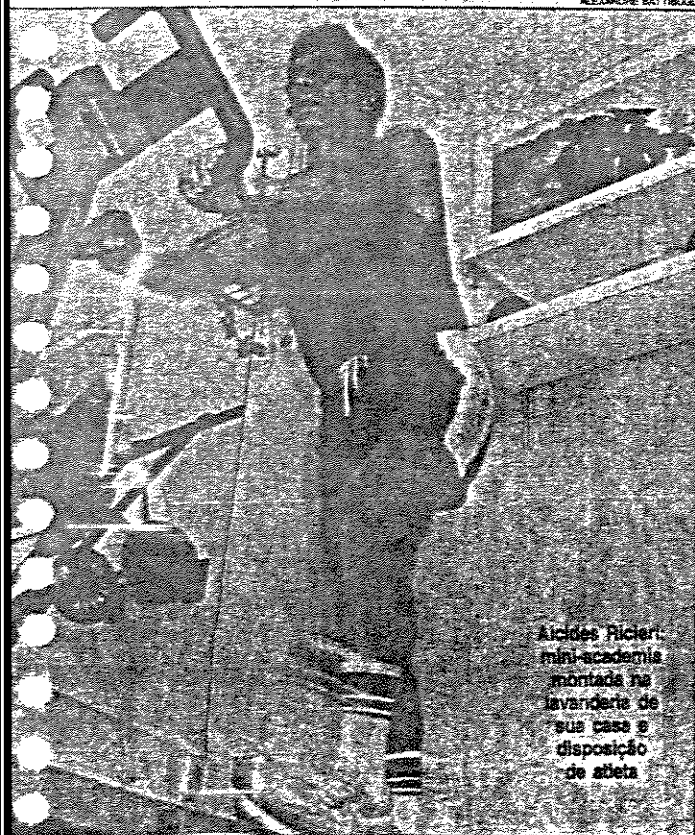
Hoje é o último dia da bienal, que funciona no Ibirapuera (zona sul de São Paulo) e fica aberta até as 22h.

De certo modo, este antigo comprador a maior quantidade de livros sobre a "boa forma" em comparação com os livros sobre esporte. O que significa, consequentemente, a maior procura pelas "receitas" para se conquistar uma aparência e saúde desafiadoras.

CORPO

EM FORMA

(sem sair de casa)



Aécioes Ficiari:
mini-academia
montada na
lavandaria de
sua casa e
disposição
de atleta



José Augusto Rosário Rodrigues:
no quarto ou na sacada do
apartamento, manutenção diária



Eliana Regina Silveira:
"A solução é provisória, quero voltar
à academia e fazer natação"

Uma nova tendência: a prática da atividade física dentro de casa.

A tecnologia, com os modernos equipamentos, tem respondido às "necessidades" dos adeptos de aparelhos mais compactos e de fácil deslocamento.

CORREIO POPULAR

Fundado por Alvaro Ribeiro em 4/9/1927

A tragédia da Saúde

GASTÃO WAGNER DE SOUSA CAMPOS

Maior do que a crise brasileira só o cinismo de nossas elites. Sempre foi assim. Não sei por que ainda teimamos em esperar o contrário. Afinal, o Brasil foi um dos últimos países a terminar com a escravidão explícita. Faz cem anos e parece que foi ontem!

Com a Saúde Pública está se passando algo semelhante. O que foi concedido, com uma mão, está sendo retirado em dobro com a outra (e de passagem, ainda não deixam de aplicar um peteleco nos reformistas que é pra aprenderem a não meter o nariz onde rico faz a festa).

Em outubro de 1988, foi incluído na Constituição o tal de Sistema Único de Saúde. Idéia nobre, moderna, racional, e tão pejada de justiça que até se prometia saúde para todos no ano 2000. "Saúde, direito de todos e dever do Estado."

Ironias à parte, legalmente, houve extensão do direito à atenção médico-sanitária. Daquele período em diante o acesso aos serviços não dependeria mais da existência de vínculo previdenciário. Adotaram-se princípios gerenciais considerados ultravancados, como o da descentralização — que aqui tomou a forma de municipalização da assistência — e o da participação de usuários na gestão do

sistema — conselhos foram criados por este Brasil afora.

No papel tudo muito bonito, conforme recomendava a técnica e informava uma política de inspiração democrática. Neste particular, os conservadores perderam e aprovou-se uma lei que acenava uma promessa de justiça.

Aí, apareceram os fantasmas. Agourentos. Recordo-me de um específico que há 2.500 anos, lá no fundo da Grécia bradava que "... justiça, na realidade, não é nada mais do que o interesse do mais forte".

Pois a classe dominante brasileira tanto retorceu a lei, tanto não a aplicou, que a implantação do novo sistema está se transformando num pesadelo.

E juro que não há outro termo além de crueldade para designar a política de saúde imposta ao povo nesta última década. Em 1988, o governo da União gastava US\$ 80 por ano com a saúde de cada brasileiro. Em 1992, gastou-se apenas US\$ 27 per capita. Uma redução de mais de 200%. E tudo feito na surdina, na calada da noite. Só descobrimos isso hoje porque o Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva da UFMG, a Associação Médica Brasileira e o IBGE, associaram-se metendo-se a escarafunchar o erário.

Então, apesar da reforma do sistema, assistimos a uma imen-

sa crise. Cruel crise. Política de liberada de desassistência, de abandono de milhões e milhões de doentes, de gestantes, à sua própria sorte. Presenciamos a falência da saúde pública: de braços cruzados vimos à cólera invadir pelo Norte um País perplexo. Hoje constatamos o fechamento de hospitais públicos, sua rápida degradação, a crise. Cruel.

Toda vez que a elite de um país consegue criar um consenso impenetrável, a humanidade sofre. E no Brasil construiu-se uma explicação monolítica, um único projeto que se apresenta como científico, quase todos que têm voz passaram a repetir basbaquices, neoliberais, cruéis, tolas, mas apresentadas com status de sabedoria oriental, japonesa.

Pois bem, terminar com a tragédia na saúde depende da derrota, do enfrentamento deste senso comum, tão estúpido que nos impede até de enxergar a realidade: na nossa cara retiraram mais de 200% da verba da saúde. Pra onde foi este dinheiro? A quem interessará o déficit público a este custo?

Há que se voltar ao tema.

Gastão Wagner de Sousa Campos é professor de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Unicamp e autor dos livros *Saúde Pública e Defesa da Vida* e *Reforma da Reforma: Repensando a Saúde*.

E, enquanto se pratica a atividade física a nossa Saúde vai, cada vez mais, se deteriorando...

Jornalistas e atletas dividem culpa pela mesmice

Pobreza no vocabulário esportivo sempre foi atribuída aos jogadores, mas eles garantem que imprensa tem sua parcela de responsabilidade

ELIAN ARRUDA

O vocabulário "pobre" dos atletas e jornalistas já tem um certo consenso. O que a profusão de Educação Física está fazendo... para não estar aqui?

As mesmas perguntas sempre. As mesmas respostas. Com esforço, alguns repórteres e jogadores têm conseguido fugir da mesmice e das mesmas construções ao longo dos dias de um campeonato. São raras exceções. A primeira conclusão é de que os jogadores não estão preparados para responder questões que fogem de rotina. Eles, no entanto, dividem com os jornalistas a culpa pela pobreza da linguagem. O goleiro Zetti, do São Paulo, disse recentemente que sempre responde a mesma coisa porque as perguntas são iguais. Na opinião de grandes técnicos de futebol, porém, vem-se notando uma evolução gradual no vocabulário da área. Armando Nogueira, articulista do *Journal do Brasil* e participante do *Campeonato Verde* da TV Cultura, disse que há uma preocupação estilística nos grandes jornais.

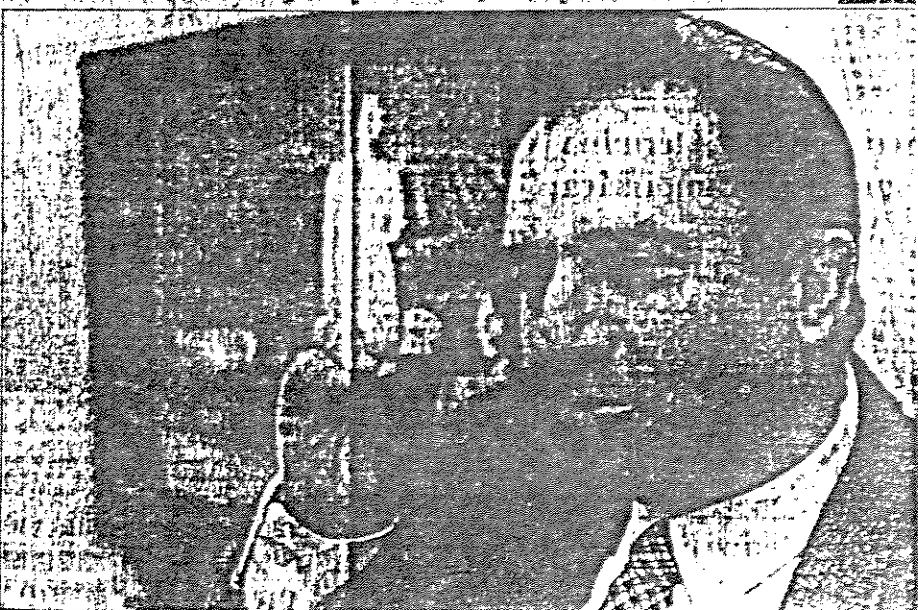
"Os jogadores estão mais cultos, mais preparados", acrescenta Wanderley Nogueira, repórter e apresentador do programa *No pique da Fan*, da Rádio Jovem Pan, de São Paulo. Mas o progresso ainda é limitado, tanto que os chavesões estão aí. "A vida é cheia de clichês", argumenta Armando Nogueira.

O apresentador do *Campeonato Verde* e comentarista de Rádio Jovem Pan, Flávio Prado, agradece para compartilhar a opinião de Zetti. Para ele, a culpa não é unilateral. É aproveitada para dar uma adreçada em ambas as partes. "O nível cultural dos jogadores é baixo. Mas o jornalista também tem se acomodado na rotina". Ele não deixa, porém, de fazer algumas mudanças que vem ocorrendo há cerca de cinco anos. "O Maricão e o Marcelinho, do Corinthians, e o Rei, do São Paulo, são capazes de dar respostas diferentes a perguntas óbvias". De sua época, ele aponta, como a terminologia das respostas inteligentes do "doutor Sócrates", na sua opinião, o único com "altíssimo nível cultural", com quem se comparava em 19 anos de carreira. "O Sócrates é marcante por sua inteligência. Eu não podia ser como ele", completa.

Armando Nogueira, de 66 anos, está no jornalismo esportivo desde 1950 e vê com alegria as mudanças na área. Ele acha que esta geração de repórteres trazendo a rotina. E credita a evolução à melhoria na qualidade do futebol, o que acaba proporcionando grandes espetáculos. "O repórter não pode se limitar ao comum. A informação tem dimensão épica", analisa Armando. Ele, entretanto, lamenta a impropriedade atribuída ao verbo confuso, muito usado entre um bloco e outro dos telejornais matutinos esportivos. Para o jornalista, é suficiente e suficiente. E no caso não há, como que faz compensação. "O futebol seria dizer 'assim' ou 'veja'. Isso é uma agressão à língua", afirma.

Na opinião de Armando, outro ponto que atrapalha a capacidade crítica do repórter é a função de ator. O ideal seria um repórter não criar intimidade entre jornalista e jogador. "O atleta tem de ser tratado como fôlego e não como amigo. Assim, haverá mais liberdade para informar. O desenvolvimento é fundamental", comenta. Ele, biologicamente, se recorda que por vezes criou situações estranhas de seu clube, o Botafogo do Rio de Janeiro. "Mas a ética passou a apertar a pulso chafariz", afirma.

A evolução no jornalismo esportivo é incontestável. Mas ela acompanha o caminho natural das mudanças. Pedro Luis, de 74 anos, leu o esporte em 1974 e hoje dirige o *Esportes da Rádio Gazeta*, de São Paulo, repete-se o desenvolvimento do jornalismo esportivo, mas ainda é adepto do seu estilo de narração. Pedro Luis marcou época porque jamais usou um clichê. Para ele, a linguagem usada pelo jogador Osmar Santos, da Rádio Globo e da TV Manchete, antes paulistana, envolvia-se a banalidade. "Nunca precisei de chaves porque tratava com o elemento surpresa. Era o jogador quem assistia no jogo para a notícia e descrevia tudo a partir de lá".



Osmar Santos no estádio de Rede Manchete. Supostas de amigos fazem locução criar expressões que se incorporam ao cotidiano dos jornais e valem muito

Osmar Santos inova e é chamado de 'pai da matéria'

Quem nunca ouviu falar "gostinho, tipo no chique, pinta na perna do buda", entre outros termos no futebol, com certeza passou algum tempo em outro planeta. O responsável pela introdução destas palavras no cotidiano de muita gente é o narrador Osmar Santos, o "pai da matéria", conforme é chamado por alguns amigos ainda hoje. O mais recente modismo entre os aficionados por futebol é a expressão "animal", que o jogador excepcional em campo. Ele começou cedo, aos 12 anos já frequentava a rádio de Osvaldo Cruz, sua cidade natal. Aos 16, mudou-se para Marília, mas sempre com a característica invariante de inovar. Ele usava as transmissões mais desconstruídas. Cinco anos depois, o "gostinho". Depois Santos se transferiu para a capital. E foi a partir de sua vida, com o nome de referência à oportunidade que teve na Rádio Jovem Pan, onde substituiu

Dicionário da Bola	
Animal	— Osmar Santos para os jogadores. A expressão surgiu na Rádio Jovem Pan, de São Paulo, e se tornou popular.
Chave	— Osmar Santos para os jogadores. A expressão surgiu na Rádio Jovem Pan, de São Paulo, e se tornou popular.
Chave	— Osmar Santos para os jogadores. A expressão surgiu na Rádio Jovem Pan, de São Paulo, e se tornou popular.
Chave	— Osmar Santos para os jogadores. A expressão surgiu na Rádio Jovem Pan, de São Paulo, e se tornou popular.
Chave	— Osmar Santos para os jogadores. A expressão surgiu na Rádio Jovem Pan, de São Paulo, e se tornou popular.
Chave	— Osmar Santos para os jogadores. A expressão surgiu na Rádio Jovem Pan, de São Paulo, e se tornou popular.
Chave	— Osmar Santos para os jogadores. A expressão surgiu na Rádio Jovem Pan, de São Paulo, e se tornou popular.
Chave	— Osmar Santos para os jogadores. A expressão surgiu na Rádio Jovem Pan, de São Paulo, e se tornou popular.
Chave	— Osmar Santos para os jogadores. A expressão surgiu na Rádio Jovem Pan, de São Paulo, e se tornou popular.
Chave	— Osmar Santos para os jogadores. A expressão surgiu na Rádio Jovem Pan, de São Paulo, e se tornou popular.

João Pereira. A mudança provocou um locutor que revolucionou, e Osmar como um novo jogo. O canalizador é desconstruído, já que o futebol reflete o momento de atualizar o jogo. E ele faz isso. O "gostinho". Fernando Vazquez, da Rádio Globo, foi

em embalo e adquiriu um pouco de sua linguagem. Osmar Santos não repete, nem tenta imitar e abandonar seu estilo dinâmico e desconstruído de narrar as partidas de futebol. Apenas adaptou aos alguns termos porque foram substituídos por outros. "Gostinho", no

entanto, é a expressão usada desde os tempos de Marília. Sua terminologia é dirigida. Não usa mais as mesmas expressões nos dois estádios de televisão. Se — no do rádio não vão para a TV. Ele explica: "O rádio é diferente, o rádio exige mais velocidade".

Finalizado por uma entrevista por rádio, Osmar Santos não se preocupou com a quantidade de palavras. Mas assegura que a linguagem hoje é de acordo com a linguagem de um estilo. Mesmo garantindo que jamais mudará a linguagem que usa nas transmissões. Osmar admite que não ficou muito influenciado por outros. O lado mais calido ficou mais sério.

Mas de onde Osmar tira as palavras que usa? Ele acredita que os jogadores sempre sugerem o que se está ouvindo no campo esportivo. O "animal", por exemplo, surgiu entre jogadores de 15 anos, aficionados por jogos. Como disse, está na hora de atualizar o jogo. Mas de onde ele tira as palavras? Ele acredita que os jogadores sempre sugerem o que se está ouvindo no campo esportivo.



Zetti, goleiro do São Paulo, reclamação pela pobreza nas perguntas

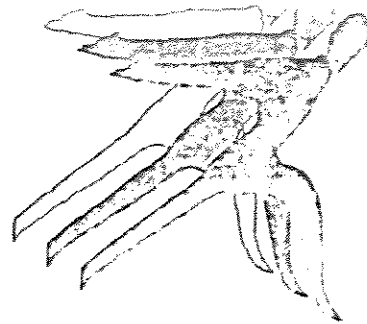
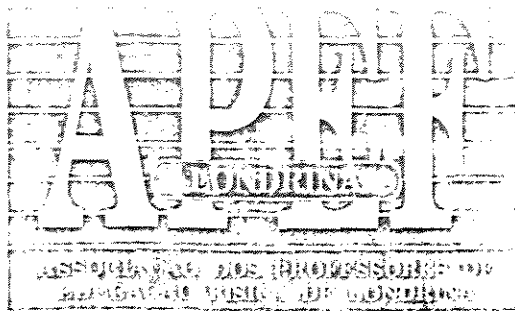
Juarez Soares condena alienação

A mudança estilística no jornalismo esportivo não agrada a todos. O comentarista Juarez Soares, da TV Bandeirantes, acha que houve uma queda na qualidade das notícias de grandes jornais como *Folha de São Paulo* e *Jornal da Tarde* em relação à época de lançamento de ambos. A mudança nas perguntas dos repórteres deve-se à falta de interesse. "O jornalista esportivo é alienado", avalia Juarez. "O futebol não é um mundo à parte, ele faz parte do mundo", completa.

Juarez afirma que o processo de renovação deve ser acelerado pelos jornalistas. Para ele, os repórteres estão se informando, estão deixando de lado a antiga construção para vender lugar a uma participação ativa na sociedade. "Eles estão se abrindo. E temo que evoluam mais que os jornalistas", disse Juarez, entretanto, não faz vistas grossas às alterações no setor. "As mudanças estão acontecendo, mas de forma gradual. lenta". Ele faz uma análise da época em que *TV e 77* foram importantes fontes de informação. Não deixa de citar que o esporte já recuperou muitos pontos, mas, por exemplo, "Folha não se renovou".

O comentarista condena o uso de chaves e acha "lamentável" a expressão "animal", de Osmar Santos. "Não podemos esquecer que do outro lado existem pessoas inteligentes", Juarez faz ainda menção ao "maior locutor esportivo do País", Pedro Luis. "Ele não criou ficção, não criou, mas uma escola de locução", fala.

Com experiência dos tempos de repórter de campo, porém, Juarez responsável por alguns momentos inovadores no futebol, como durante o segundo jogo do Juaç do Espírito Santo, Paulista. O técnico do Palmeiras, Wanderley Luxemburgo, estava brigando com o jogador Osmar Santos, de Gólgota. Juarez Soares pediu para o repórter Eli Coimbra apertar o microfone, e Coimbra abertou para o pégo dos jogadores. Juarez não se importou, "antes faz uma festa". Quando Eli Coimbra chegou, Luxemburgo pediu para o jogador. "Você é desconstruído está querendo me f...". Não superou. Juarez explicou: "O Luxemburgo disse que o jogador é palmeirense e está querendo me prejudicar, entendeu".



BOLETIM TÉCNICO INFORMATIVO - ANO II - Nº 2 - JUNHO 1993

Aptidão Física Relacionada as Habilidades Motoras Versus Aptidão Física Relacionada a Saúde

Enquanto parece certa unanimidade com relação a sua importância em termos de atividade física, uma definição mais consistente quanto a aptidão física, não tem sido universalmente aceita. No entanto, através de inúmeras pesquisas neste sentido, torna-se cada vez mais evidente que, em razão dos aspectos multifatoriais de seus componentes, a aptidão física deve ser considerada em duas vertentes: a aptidão física relacionada à saúde e a aptidão física relacionada às habilidades motoras (PATE, 1988; BOUCHARD et al., 1990; BARBANTI, 1991; CORBI, 1991). Uma clara distinção entre as características dos componentes direcionados a aptidão física relacionada à saúde aos componentes direcionados a aptidão física voltada primordialmente às habilidades motoras, poderá auxiliar os professores a estabelecerem as metas e objetivos, além das estratégias de ensino a serem adotadas nos programas de educação física escolar direcionados à promoção da saúde.

A aptidão física relacionada a saúde obriga aqueles aspectos de função fisiológica, oferece alguma proteção aos distúrbios orgânicos provocados por um estilo de vida sedentário (CORBIN; FOX & WHITEHEAD, 1987). Desse modo, a aptidão física relacionada à saúde torna-se extremamente sensível ao desenvolvimento de determinados tipos de programas de atividades físicas, e, em termos motores, englobam os componentes da resistência cardiorespiratória, força/resistência muscular, flexibilidade e alguns parâmetros da composição corporal. Por outro lado, a aptidão física relacionada às habilidades motoras incluem aquelas capacidades físicas que possibilitam uma prática eficiente dos esportes. Desse modo, em adição aos aspectos relacionados com a saúde funcional, os quais são fundamentais para a performance atlética, os componentes especificamente direcionados a aptidão física relacionada às habilidades motoras são a agilidade, o equilíbrio, e a coordenação, a potência e as velocidades de deslocamento e reação (PATE, 1988). Os programas de educação física escolar, tradicionalmente tem preconizado a abordagem de atividades que levam os educandos a vivenciarem experiências das mais variadas possíveis na área motora. Já nos primeiros anos de escolarização, as crianças são introduzidas de forma efetiva nestes programas, porém, infelizmente, com um predomínio bastante acentuado quanto à prática de esportes e de outras atividades organizadas, onde existe uma maior solicitação dos com-

ponentes da aptidão física relacionada às habilidades motoras.

Neste particular, a literatura especializada tem nos apresentado fortes indícios no sentido de que as habilidades motoras se modificam de forma significativa com a prática, no entanto, uma vez alcançados determinados níveis tendem a se manterem estáveis sem qualquer alteração positiva (NELSON, 1991). Em contraposição, sabe-se também, que os níveis de prática das habilidades motoras são altamente dependentes dos aspectos genéticos, fazendo com que, cada sujeito venha a apresentar um determinado potencial a ser desenvolvido (PERUSSE et al., 1987). Assim, parece mais lógico imaginar que poucos educandos deverão alcançar níveis de excelência que os levem à prática de esportes competitivos, porém, a grande maioria, pelo menos, devem ser levados a atingirem níveis mínimos de competência, no sentido de apresentarem "background" motor suficiente para atenderem aqueles aspectos do cotidiano que envolve a realização de movimentos. Consequentemente, não restam dúvidas de que o desenvolvimento da aptidão física relacionada às habilidades motoras deverá ser sempre contemplada nos currículos de educação física escolar, sobretudo, nas idades onde os educandos apresentam uma maior sensibilidade a essas características motoras, porém, deve-se levar em conta seus fatores limitantes em termos de atividade física.

Dentro desta visão, os aspectos da aptidão física especialmente direcionados a saúde funcional deverão apresentar um maior significado nos programas de educação física escolar. Níveis "ótimo" dos componentes da aptidão física relacionada à saúde, resultam de programas de atividade física especialmente desenvolvidos para esta finalidade. A prática de determinados esportes no meio escolar pode, eventualmente, promover alguns aspectos da aptidão física relacionada à saúde, porém, ao contrário do que se verifica na aptidão física relacionada às habilidades motoras, onde existe um elevado índice de retenção, a aptidão física relacionada à saúde não pode ser acumulada, e, portanto, necessita de constante manutenção através de programas de atividades físicas regulares.

Desse modo, se o desenvolvimento de programas voltados a atender as habilidades motoras, através da prática de esportes e de outras atividades recreativas, torna-se um importante recurso nos anos de escolarização, tendo em vista a oportunidade de levar os educandos a apresentarem uma mais

elevada capacidade de realização de trabalho físico na infância e adolescência, os programas direcionados a atender a aptidão física relacionada à saúde, seguramente, se constituem em mecanismos imprescindíveis na medida em que, além de contribuírem para que os jovens possam inibir o aparecimento de fatores de risco que mais tarde venham a contribuir para o surgimento de sintomas relacionados com disfunções de caráter degenerativo, oportunizam experiências educativas que os levem, futuramente, quando já fora da estrutura escolar, a se proteger contra problemas e distúrbios associados com as doenças hipocinéticas - aquelas relacionadas ou causadas por falta de atividade física.

Neste particular, durante as últimas décadas, tem sido notório o maior interesse de determinados segmentos da população pela prática da atividade física, não raramente respaldada por informações bastante superficiais e, por vezes, apresentando falsos conceitos quanto à relação aptidão física e saúde. Lamentavelmente, abdicada nesta realidade, tem proliferado o aparecimento de clubes, academias e grupos independentes de pessoas que, procurando usufruir do "pulo" da aptidão física, apostam no nível de desinformação da população, através do oferecimento de programas baseados em princípios extremamente deturpados, e, por sua vez, provocando graves prejuízos à saúde de nossa população. Talvez, se este mesmo entusiasmo, em termos de prática de atividade física, fosse observado nos currículos da educação física escolar, através de iniciativas que assumissem a responsabilidade, não apenas de desenvolver programas de esportes e atividades recreativas, mas, primordialmente, de propiciar uma fundamentação teórica e prática voltada a aptidão física relacionada à saúde, estes conhecimentos, quando assimilados pelas crianças e jovens, poderiam ser transferidos para a idade adulta, fazendo com que, a população viesse a ter informações suficientes para incorporar conceitos mais seguros quanto aos hábitos de prática da atividade física com o objetivo de melhoria e conservação da saúde.

Darriugnan Pinto Guedes
Prof. Adjunto do Dep. de Fund. da
Educação Física da UEL

Joana Elisabete Ribeiro Pinto Guedes
Profa. Assistente do Dep. de Fund. da
Educação Física da UEL

Ato' a Associação de Professores de Educação Física de Londrina (APEF/Londrina) está preocupada com uma "fundamentação teórica e prática voltada a aptidão física relacionada à saúde...".

A BATALHA DOS MUSCULOS

PORQUE AS MULHERES "MUSCULAM"?

- 1 Deixar o corpo mais rígido
- 2 Aumentar a massa muscular
- 3 Emagrecer

ALVOS PREFERIDOS

- Nádegas
- Coxas
- Barriga

EM RELAÇÃO A OUTROS ESPORTES DE ACADEMIA

VANTAGENS

- Resultados mais rápidos
- Melhor "definição" muscular

DESVANTAGENS

- Monotonia na repetição dos exercícios
- Esporte pouco aeróbico

CONHEÇA OS PRINCIPAIS MUSCULOS QUE PODEM SER "TRABALHADOS"

SINAIS DE LIMA "MALHACÃO" BEM FEITA

- Barriga mais dura
- Nádegas empenadas
- Coxas ressaltadas

CUIDADOS ESPECIAIS

- Orientação permanente de um professor
- Uso de "cargas" mais leves
- Frequência de, no máximo, três vezes por semana
- Treinos mais curtos

RESTRICÕES

- Pressão arterial elevada
- Problemas ortopédicos (coluna e articulações)
- Gestantes no último trimestre

COMO MELHORAR OS RESULTADOS OBTIDOS

- Associação com outros esportes
- Dieta específica para musculação
- Complemento alimentar com aminoácidos

Inspiradas pela "megastar" Madonna as mulheres têm se motivado, cada vez mais, à prática da musculação

A atividade física como critério na seleção de emprego.

Vida 'além do trabalho' revela perfil

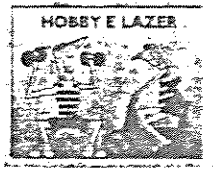
Prática de esportes e hobbies podem ser fator de desempate na disputa por uma vaga

Esporte é o 'campeão'

Da Reportagem Local

"O que você faz no seu tempo livre?" foi a pergunta feita pela Manager Assessoria em Recursos Humanos a 2.655 profissionais de São Paulo, Campinas, Rio e Belo Horizonte, com renda anual de US\$ 15 mil a US\$ 140 mil. O objetivo da pesquisa realizada entre dezembro de 92 e setembro de 93 era identificar a relação dos profissionais com atividades de lazer. Esportes e leitura foram os "campeões" de preferência. Os principais resultados nos quadros ao lado.

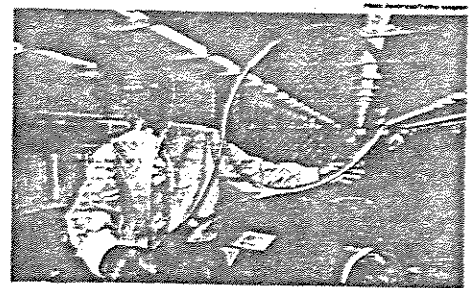
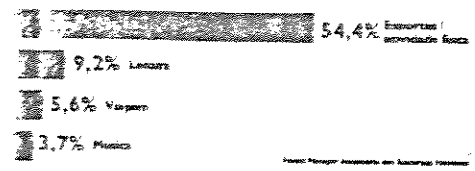
Segundo Ricardo de Almeida Prado Xavier, 48, presidente da Manager, futebol e livros técnicos de manutenção de ranking de jogadores dos profissionais.



Gerente pretende imitar japoneses

Da Reportagem Local

Alexis Piessmann Gonçalves, 31, gerente de qualidade na Atricular Express, zela pela qualidade de sua saúde — prática corrida, natação, musculação e ainda joga tênis nos fins-de-semana. "Quando deixo de ir, sinto os efeitos do estresse", diz. "Estamos estudando a implantação de intervalos de dez minutos a cada hora de trabalho para que os funcionários façam exercícios e alongamentos, como fazem os japoneses."



Alexis Gonçalves diz que não sai de casa sem o equipamento

JOSE VICENTE BERNARDO

Da Reportagem Local



Escolher moradia, escolher o carro, escolher o curso, escolher o emprego... São as atividades de lazer que os profissionais de hoje estão mais preocupados em planejar. E isso não acontece apenas nas agendas de empresários, executivos e profissionais preocupados com a busca do equilíbrio físico e mental. Eles podem — se planejados de maneira correta — aumentar a produtividade no trabalho. Podem ainda, segundo "headhunters" (caçadores de talentos para as empresas), dar pistas sobre o perfil pessoal e profissional do candidato.

Inevitável em qualquer processo de seleção, a pergunta sobre o que o profissional faz em seu tempo livre tem por objetivo observar características como individualidade, intuição, sociabilidade ou propensão a correr riscos. "Lime básico que orienta qualquer filme de ação ou drama é provavelmente mais motivado do que um profissional de fundo de fundo, que deve aceitar a convivência em grupo", diz o "headhunter" Robert Wong, 42, vice-presidente da Kory Ferry International. "Não quer dizer que um é melhor que o outro — essas características devem ser analisadas dentro do contexto da cultura e das necessidades da empresa".

"Teoricamente, a amplitude de gama de interesses indica um maior potencial cultural, o que pode ser restrito das crescentes limitações financeiras", avalia o consultor Fretes Vilela, 69, vice-presidente da empresa de consultoria e "headhunting" Boverio do Brasil. Para ele — que já deu em corretores e escultores marcenários — a prática de atividades desportivas "pressupõe maior facilidade de tomar decisões e tomar decisões".

Desempate

Ha casos em que o hobby chega a ser o fator de desempate na disputa por uma vaga. "Um executivo que não gosta muito de trabalhar com a família, por exemplo, poderá ter conflitos com uma empresa que exija esforços extras ou viagens", diz René Alvarez, 60, presidente da Alvarez & Associados, Consultores Gerenciais. Robert Wong conta que um executivo foi o escolhido para determinada vaga em Brasília por causa de sua principal atividade extratrabalho: fazer churrasco. "Ele tinha sido superior a todos na hora do churrasco, mas foi eleito porque o presidente da empresa é fanático por churrasco e a possibilidade de integração seria maior".

Ansiedade a trabalho

"Tudo o que nos dá prazer surge nos nossos potenciais e atividades a monitorar: nossas atitudes — ao contrário da depressão, caracterizada pela ausência de interesses, e da ansiedade, marcada por um constante estado de alerta a uma ameaça real ou imaginária", diz Sigmar Maivezzi, 51, professor de psicologia na Universidade de São Paulo (USP) e Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo Maivezzi, é comum encontrar executivos incapazes de se concentrar em uma tarefa ou qualquer atividade lúdica por causa do estado de ansiedade gerado no trabalho. "Conheço pessoas que não conseguem passar três dias de férias na praia com a família, longe das pressões do trabalho. O diretor de uma grande empresa, por exemplo, demora três horas para se desligar quando chega em casa, mesmo quando assiste TV ou ouve música". Por isso, diz ele, a prática de atividades de lazer deve nascer de um processo natural.

Atividade é prejudicial se virar vício ou 'caça' a status

Da Reportagem Local

A escola e prática de atividades físicas, culturais ou esportivas devem obedecer critérios que contribuem para a autoconsciência financeira e, principalmente, o bem-estar físico e mental de praticante. Fazer do hobby um vício ou "caça" ao status pode reverter benefícios e ansiedades.

"Há 15 anos, era importante para um executivo dizer que jogava golfe. Hoje a maioria não procura o que é bom, mas o que de fato dá prazer", avalia Ricardo de Almeida Prado Xavier, presidente da Manager.

Mesmo assim, o consultor René Alvarez, da Alvarez & Associados Consultores Gerenciais, acha que deve dar um "desconto" nas declarações de seus entrevistados, que muitas vezes não resistem à tentação de passar uma imagem mais pomposa que a real. "No meu tempo, por exemplo, eles dizem que leem três jornais por dia. Se não fizerem outra coisa o dia todo", brinca.

"É um vício, uma religião". Assim Joe Cox, 40, presidente da construtora Coxport, define seu hobby — o voo livre. "Não recomendo, é muito perigoso. Uns 30 conhecidos meus morreram em acidentes de asa delta. Mesmo assim, se honesto, deixo até a empresa em segundo plano".

"Acidentes fazem parte da coisa", você pode praticar alpinismo e ser atropelado atravessando a rua", diz Alexis Piessmann Gonçalves, gerente de qualidade e reengenharia na American Express. Para ele — que já praticou pólo aquático, pesca submarina e tiro e hoje joga tênis — faz musculação e correção de postura — o "fator" que se sente bem gera trabalho de qualidade.

Para discutir a relação entre lazer e trabalho, a T&D Treinamento e Desenvolvimento programou o seminário "Sucesso Profissional e Felicidade Pessoal", que começa dia 23 no Hotel Copa D'Or, no Rio Virginia Cavalcanti, 45, consultora e autora de dez livros sobre o assunto, ministra "workshops" sobre como transformar cada momento — mesmo durante o trabalho — em atividade de lazer. "Eliminando a fronteira entre trabalho e lazer, a produtividade melhora e a capacidade de lidar com a possibilidade de estresse" (JVB).



Empresário diz que é 'viciado'

Da Reportagem Local

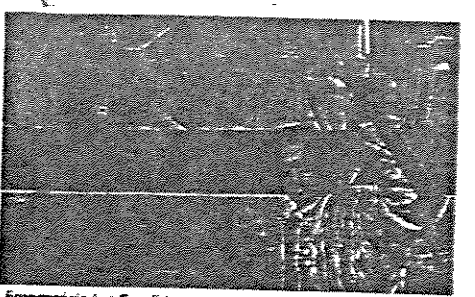
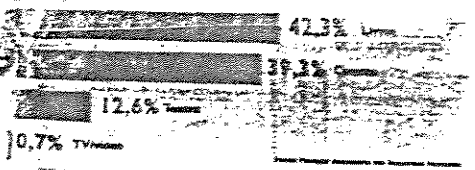
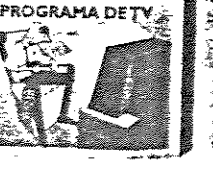
O empresário Joe Cox, 40, começou a voar de asa delta há 18 anos, quando praticava caça submarina e tênis. "Fui parando com os outros esportes para me dedicar ao voo livre. Acabei virando um viciado, uma religião. Não trabalho às quartas-feiras e, na segunda, tenho que fazer um esforço especial para me concentrar novamente no trabalho". Ele não reconhece essa sorte de lazer também por outro motivo: "É perigoso".



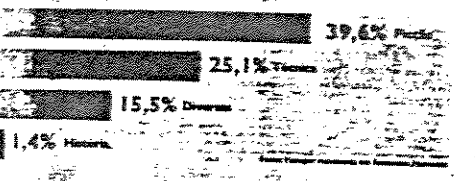
Executivo 'ama' vinhos e amigos

Da Reportagem Local

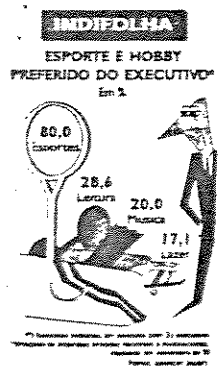
Vinhos — ele tem mais de 600 —, comida — é dono de uma empresa de alimentação industrial — e vôlei: são as maiores "paixões" de Almir Ribeiro Neto, 40, presidente da ATA Alimentação. "Jogo com executivos de 70, 80 anos que se encontram há 30 anos", conta. "Vale muito pelo convívio que pelo esporte". Ribeiro mantém há oito anos uma adega no interior de São Paulo, que controla por computador.



Empresário Joe Cox lidera o campeonato paulista de voo livre



Almir Ribeiro controla sua coleção de vinhos por computador



Restaurantes incrementam cardápio com pratos 'light'

FILOMENA SAYÃO
Da Reportagem Local

Nas décadas passadas, era o culto ao corpo. Nos anos 90, a preocupação é outra: saúde. Além de fazer esportes, o brasileiro tem procurado dietas mais equilibradas, com menos gordura. Nessa onda entraram os restaurantes, que para servir bem seus clientes, mudaram sua cozinha.

Pratos "light", com menos calorias, são introduzidos no cardápio. A culinária mediterrânea — que usa verduras, peixes e óleo de oliva — começa a se sobressair, diz Massimo Ferrari, proprietário do restaurante Massimo. Além disso, os preparativos para o verão incluem a chamada ditadura da balança — aqueles quilinhos a mais ganhos no inverno precisam ser perdidos.

A nutricionista do hospital Albert Einstein Rosana Rael, 26, define o que é um prato "light": "Ter seu ingrediente principal com redução calórica de cerca de 25%". Já que uma pessoa de 30 anos precisa ingerir entre 2.000 e 2.200 calorias por dia, em uma refeição dessas ele poderá comer até cerca de 700 calorias, afirma.

Belarmino Iglesias Filho, 33, um dos proprietários das churras-carias Rubaiyat, acompanha de perto as mudanças dos consumidores. "Eles substituem as frituras por grelhados ou assados."

Ele prova suas afirmações na ponta do lápis. Estatísticas feitas pela administração do Rubaiyat mostram que em 1992, 48% dos

seus clientes consumiam guarnições como batata frita, banana frita, mandioca, creme de polenta etc. De janeiro a agosto deste ano, 25% dos clientes optaram por esse tipo de entrada mais gordurosa.

A procura por pratos leves subiu vertiginosamente. No ano passado, 25% dos seus frequentadores pediam saladas. Neste ano, 70% pedem por esse prato. O restaurante até criou um "bowl" de saladas com folhas e legumes.

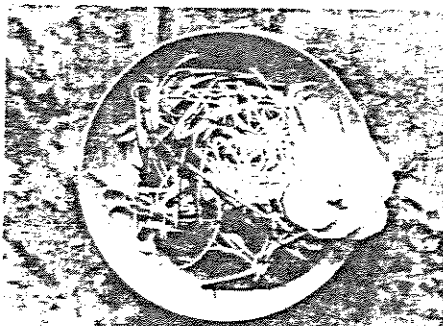
Sérgio Arno, 32, proprietário do La Vecchia Cucina, há muito evita o creme de leite e a manteiga, ingredientes reconhecidamente gordurosos. "Sou partidário do óleo de oliva, que não faz mal."

Da sua cozinha praticamente não saem frituras. "De uns dois anos para cá o frequentador mostra uma preocupação por comida mais saudável". Seu próximo cardápio, que começará a ser oferecido a partir da segunda quinzena deste mês, não fica sem pratos com poucas calorias. Exemplo: "salada de mar" (frutos do mar saltados em óleo de oliva com tomate ao forno, com 120 calorias).

"É irreversível a tendência de se optar por uma comida mais light", diz Ary Perez, 39, um dos sócios da unidade avenida Paulista da rede de pizzarias Cristal. Outra de suas observações: "Muita gente trocou a bebida por água mineral para acompanhar a refeição". Diz ele que suas pizzas que levam queijo têm, em média, 350 calorias.



Massimo Ferrari, proprietário do restaurante Massimo, junto de uma de suas receitas estilo "light" com peixe e verduras



Prato de salada do restaurante Banana Café com 50 calorias



Uma picanha grelhada com rúcula tem cerca de 200 calorias

A opção pelo cardápio "light" se antes era devida ao "culto ao corpo", hoje se traduz na preocupação com a saúde...



Saúde da Família

Pelo entendimento entre Paciente e o Médico

O Informe Publicitário da Associação Paulista de Medicina responsabilizando o indivíduo pela sua saúde.

Crença em saúde e não na doença

Você acredita que é possível ter um comportamento diário em relação ao seu corpo e a sua mente, que levem você a ter saúde ao invés de doença? Sim ou não?

Se respondeu sim, significa que você tem uma crença interior, difícil de explicar, que aceita algumas orientações médicas, para cuidar da sua dieta, exercícios e hábitos pessoais. Isso significa que você acredita no valor da saúde e aceitará muitas das recomendações que serão feitas nesse e nos próximos números da Saúde da Família. Faça uma coleção, dessa série. Procure colocá-la em prática para si e sua família os itens aqui mencionados. Escreva pedindo mais informes. De-

sigue esse trabalho que a A.P.M. e o C.R.M. estão fazendo para a população.

Se respondeu não, significa que acredita muito em forças externas a você, na azar e na sorte. Você culpa Deus, a poluição, o governo e os médicos quando surge uma doença. Provavelmente, não estará disposto a fazer nenhum esforço diário para investir em saúde. Quando o médico lhe informar que deverá cuidar do físico e do emocional, para que não tenha proble-

mas sérias quando envelhecer, você não dará atenção. Experimente mudar. Siga essas orientações gerais para uma boa Saúde.



Caminhada lança a 'ginástica voluntária'

Centenas de atores participam do evento, que começa às 9h em quatro pontos diferentes do centro da cidade

Prática luta
contra estresse
Especial para a Folha

As unidades do Sesc estão não inscrições para curso de ginástica voluntária. A prática esportiva tem o objetivo de lutar contra o sedentarismo e o estresse, um programa de educação corporal. "O mais importante é fazer a pessoa sentir o que é melhor para seu corpo e de que ela pode trabalhar", diz Luciano J. C. Viola.

A ginástica voluntária, que resulta de pesquisas desenvolvidas por uma equipe do Sesc, pode ser em qualquer lugar. Na integração social e cultural é parte importante do movimento, porque motiva praticantes a posturarem de si e dos outros, o torna os movimentos leves.

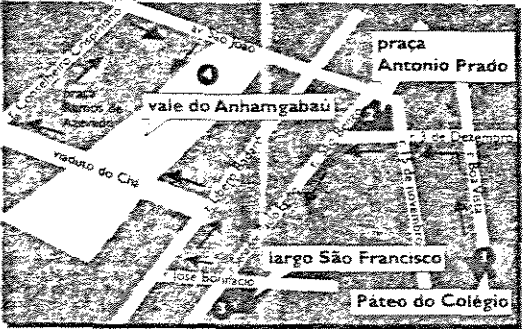
acompanhe a caminhada pelo centro de São Paulo

1 Na primeira estação da caminhada, às 9h, os grupos teatrais Fora do Sério e Cia. Brasileira de Mistérios e Novidades, os corais Beito, Zimara e Infantil do colégio Augusto Laranja apresentam uma performance sobre o surgimento da cidade, com índios, anjos, reis e outros personagens.

2 Às 9h, a Trupe de Atmosfera Nomade e a Companhia Dramática Brasileira fazem uma caricatura do centro: 19 "clowns" representam corretores da bolsa de valores, office-boys, advogados e outros estereótipos da pressa na capital.

3 A partir das 9h, nas duas estações de rádio montadas no local, os locutores Rosi Campos e Jairo Matos entrevistam o público, apresentam rádio-novelas e programas de calouros. O DJ Teo Verneck chama as pessoas para reivindicar a cidadania.

4 Desde 10h, os grupos XPTO, Intrepida Trupe, Acrobático Fratelli, de bailarinos e mímicos, apresentam pequenos espetáculos ao som da Orquestra Jazz Sinfônica. Com a chegada da caminhada ao vale, por volta de 12h30, acontece um baile ao ar livre. Todos os grupos que se apresentaram nas outras estações se reúnem e convidam o público a dançar.



LÚCIA CAMARGO
Especial para a Folha

Uma nova modalidade de atividade física, a "ginástica voluntária", será lançada hoje em São Paulo. Uma caminhada pelo centro da cidade, com a participação do público, abre o evento. O Sesc montou quatro estações culturais funcionando simultaneamente de 9h até 12h, onde 200 atores estarão apresentando espetáculos e divulgando a ginástica. Às 12h30 acontece o baile de encerramento no vale do Anhangabaú (veja roteiro ao lado).

No Pátio do Colégio, a atriz Lígia Veiga dirige uma performance sobre o nascimento da cidade. Os atores da Cia. Brasileira de Mistérios e Novidades e o grupo Fora do Sério vão representar a corte e os anjos paulistanos. Os corais Beito e Zimara serão os índios, e as 85 crianças do coral infantil do colégio Augusto Laranja serão os anjos.

A segunda estação, na praça Antonio Prado, será uma crítica ao nervosismo do centro financeiro. Parodiando corretores da bolsa de valores, advogados e outros tipos apressados, 19 "clowns" vão subir e descer freneticamente dez escadas coloridas.

O largo São Francisco vai ser disputado por duas emissoras de rádio. A programação da rádio do apresentador Petronio Gontijo é dos anos 30, enquanto os locutores Rosi Campos e Jairo Matos comandam a emissora dos anos 90. Ambas terão entrevistas com o público, rádio-novelas e programas de calouros. A programação das rádios e os espetáculos teatrais dos grupos Canarê Babel e Bons Tempos vão ter como tema o resgate da cidadania. "Não reivindicamos a cidadania contra a fome. A briga do Sesc é em busca de mais e melhores espaços de lazer, a nossa parte para a melhorar a qualidade de vida dos paulistanos", afirma Felipe Mancebo, técnico teatral do Sesc.

Uma praça com estatuas, bailarinos de pluma, garotas e sufistas será montada no Anhangabaú. Quando a caminhada chegar ao vale começa o baile comandado por J. C. Viola, que vai demonstrar, junto com os 40 bailarinos de sua Cia. de Dança, os movimentos da "ginástica voluntária", ao som de rock e valsa da Orquestra Jazz Sinfônica. O grupo teatral XPTO, os circos Intrepida Trupe e Acrobático Fratelli vão dançar sobre pernas-de-pau.



Integrantes da Cia. Brasileira de Mistérios e Novidades, que participam do evento hoje no centro de São Paulo

Movimento é anti-espartano

Especial para a Folha

"Ginástica voluntária" é melhor que aeróbica, musculação e qualquer outro condicionamento físico, segundo seus criadores. "O esforço espartano para ficar em forma leva ao desespero. O objetivo da ginástica voluntária é o prazer", afirma o bailarino J. C. Viola. Um dos organizadores da caminhada, Ricardo Fernandes, espera uma reação negativa das academias de ginástica. "Estamos comprando briga", diz.

De 28 a 30 de setembro aconteceu em São Paulo o "Forum Internacional de Ginástica Voluntária", no Sesc Pompeia. Participaram professores de educação física, bailarinos, médicos e ambientalistas brasileiros e estrangeiros. O gerente do Sesc, Elfrê Antonio Rizzo, define a ginástica como "uma nova filosofia na qual a pessoa assume a responsabilidade sobre o próprio corpo".

No encerramento do fórum, foram lançados o livro "Ginástica Voluntária", de Danilo Santos de Miranda, que ensina os princípios, dá dicas de como praticar e convida as pessoas a formarem clubes de ginástica voluntária, e o jogo "Andar", no qual ganha pontos quem acertar questões sobre respiração, alimentação, vestuário e integração social. (LC)

Uma nova proposta que surge, "a ginástica voluntária", como "contraposição" ao que aí está. E, aqui fica a pergunta: Será?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMERICAN ACADEMY OF PHYSICAL EDUCATION. Exercise and health. Illinois, Human Kinetics, 1983.

ADAM, Y. Desporto e política. In: Desporto e desenvolvimento humano. Lisboa, Seara Nova, 1977.

----- O desporto, objecto de lutas ideológicas e políticas. In: Desporto e desenvolvimento humano. Lisboa, Seara Nova, 1977.

ADORNO, T.W. A indústria cultural. In: COHN, G.(ORG.). Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. São Paulo, Nacional, 1975.

----- A indústria cultural. In: HORKHEIMER, M. & ADORNO, T.W. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Zahar, 1986. 2a ed.

ALVES, G.M. Instituições das américas: a fundação Oswaldo Cruz se moderniza para atender os programas de saúde no Brasil. Interciência, 7(6), nov/dez, 1982.

ARANHA, M.L.A. & MARTINS, M.H.P. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo, Moderna, 1986.

BARAN, P. & SWEEZY, P. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

BARBANTI, V. Aptidão física e saúde. Rev. da Fundação de Esporte e Turismo. Ano 3, n.1, 1991.

BARRETO, J.L. A epidemiologia, sua história e crises: notas para pensar o futuro. In: Epidemiologia: teoria e objeto. São Paulo, HUCITEC/ABRASCO, 1990.

BAUDRILLARD, J. A sombra das maiorias silenciosas. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BERLINGER, G. Medicina e política. São Paulo, HUCITEC, 1987.

BOLTANSKI, L. As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro, Graal, 1989. 3a. edição.

BRACHT, V. Esporte-Estado-Sociedade. Rev.Bras.Ciên. do Esporte, 10 (2):69-93, 1989.

BRAGA, J.C.S & PAULA, S.G. Saúde e previdência - estudos de política social. São Paulo, HUCITEC, 1986.

BRASIL. Secretaria de Educação Física e Desportos. Exercício e Saúde. Brasília, SEED, 1986.

BRASIL. Relatório sobre a situação social do País. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP - UNICAMP, 1987.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

CAMPOS, G.W.S. A saúde pública e a defesa da vida. São Paulo, HUCITEC, 1991.

----- Os médicos e a política de saúde. São Paulo, HUCITEC, 1988.

CARAM, L.M. Considerações sobre o desenvolvimento da Educação Física no ensino superior. Rev.Bras.Ciênc. do Esporte, 4 (2), 1983.

CASTELLANI FO, L. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. São Paulo, Papirus, 1988.

CHAUÍ, M. Política cultural/cidadania cultural. Síntese da palestra proferida na 44a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada na USP/São Paulo, em 15.07.92.

COSTA, A.M. Riqueza de pobre: um estudo em antropologia da saúde. Dissertação de mestrado, Antropologia Social/UNB, Brasília, 1978.

COSTA, J.F. A ordem médica e a norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

- DIAS, E.F. Hegemonia: nova civilta ou dominio ideológico? Rev. História & Perspectivas, Uberlândia, 5: 5-43, JUL/DEZ, 1991.
- DONNANGELO, M.C.F. & PEREIRA, L. Saúde e sociedade. São Paulo, Duas Cidades, 1976.
- FEATHERSTONE, M. Consumer culture and postmodernism. Londres, Sage, 1991.
- FERREIRA, A.B.H. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Civilux, s/d.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- GARCIA, J.C. Medicina e sociedade: las corrientes de pensamiento en el campo de la salud. Educ.Med.Salud, 17(4): 363-397, 1983.
- GHIRALDELLI JR., P. Educação Física e pedagogia: a questão dos conteúdos. Rev.Bras.Ciênc.do Esporte, 11(2): 133-135, 1990.
- . Indicações para o estudo do movimento corporal humano da Educação Física a partir da dialética materialista. Rev. Bras.Ciênc. do Esporte, 11(3): 197-200, 1990.
- GONÇALVES, A. & GONÇALVES, N.N.S. Saúde e doença: conceitos básicos. Rev.Bras.Ciênc.Mov.. 2(2): 48-56, 1988

- GOODSON, P. Uma breve reflexão acerca da filosofia da educação médica hoje: a morte como sintoma. Dissertação de mestrado, PUCCAMP, 1989.
- GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Civilização Brasileira, 1968.
- GRANDA, E. & BREILH, J. Saúde na sociedade. São Paulo, Cortez/Rio de Janeiro, ABRASCO, 1989.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro, Vozes, 1986. 2a. ed.
- KARNEN, H. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. (Orgs.). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- LAZARSFELD, P.F. & MERTON, R.K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: COHN, G. (ORG.). Comunicação e indústria cultural. São Paulo, Nacional, 1975. 2a ed.
- LENHARO, A. Sacralização da política. Campinas, Papirus, 1986.
- LOUREIRO, S. Brasil desigualdade social doença e morte. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Epidemiologia. Campinas, setembro, 1990.

LUZ, M.T. As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

-----, Medicina e ordem política brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MARCELLINO, N.C. Lazer e educação. Campinas, Papirus, 1990.

MARCELLINO, N.C. Lazer e humanização. Campinas, Papirus, 1983.

MEDINA, J.P.S. A educação física cuida do corpo...e mente. Campinas, Papirus, 1983.

MELLO, C.G. Prefácio. In: OLIVEIRA, J.A.A. & TEIXEIRA, S.M.F. (IM) Previdência social - 60 anos de história da previdência no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes/ABRASCO, 1985.

MC CRACKEN, G. Culture and consumption. Bloomington and Indianápolis, Indiana University Press, 1990.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde. Tese de doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1989.

MOTTA, F.C.P. Teoria geral da administração: uma introdução. São Paulo, Pioneira, 1991. 16a ed.

- MOUSTARD, R. Desporto e ideologia. In: Desporto e desenvolvimento humano. Lisboa, Seara Nova, 1977.
- NABUCO, J.T. Um médico do Brasil colônia: o cirurgião mor Manoel Fernandez Nabuco e sua gente. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- NUNES, E.D.(Org.). Medicina social: aspectos históricos e teóricos. São Paulo, Global, 1983.
- OLIVEIRA, V.M. O que é Educação Física. São Paulo, Primeiros Passos, 1983.
- PACKARD, V. Estratégia do desperdício. São Paulo, IBRASA, 1965.
- PAFFENBARGER, R.S.JR. Contributions of epidemiology to exercise science and cardiovascular health. Med.Sci.Sports.Exerc. 20(5): 426-437, 1988.
- PALAFIX, G.M. Educação Física no Brasil: aspectos filosófico-pedagógicos subjacentes à política nacional em ciência e tecnologia para esta área no período 1970-85. Dissertação de mestrado, PUC/SP, 1990.
- PORTER, R. História do corpo. In: BURKE, P. (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 1992.

POSSAS, C. Epidemiologia e sociedade: heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil. São Paulo, HUCITEC, 1989.

Rev.Boa Forma. Atividade física e o seu coração. N.2, 1986.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SANTIN, S. Aspectos filosóficos da corporeidade. Rev.Bras. Ciênc.Esporte, V.11, N.2, JAN/90, p.136-145.

SANTOS FO, L. História geral da medicina brasileira. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1977.

SEREIČIKAS, M. Legião de esportistas invade as cidades. Jornal Folha de São Paulo, 21 de julho de 1991.

SILVA, G.R. Avaliação e perspectivas da Epidemiologia no Brasil. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Epidemiologia. Campinas, setembro, 1990.

SILVA, R.V.S. Mestrados em Educação Física no Brasil: pesquisando suas pesquisas. Dissertação de mestrado, Centro de Educação Física e Desportes/Universidade Federal Santa Maria, 1990.

SOARES, C.L. Fundamentos da Educação Física escolar. Rev.Bras.Ciën.do Esporte, 10 (1): 19-27, 1988.

----- O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: 1850-1930. Dissertação de mestrado, PUC/SP, 1990.

TEMPORÃO, J.G. A propaganda de medicamentos e o mito da saúde. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

WRIGHT MILLS, C. A elite do poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.